



WOMEN

**ANAIIS DO
V ENCONTRO
NACIONAL DE
EDUCAÇÃO
SOCIAL**



VENES

ANAIIS DO
V ENCONTRO
NACIONAL DE
EDUCAÇÃO
SOCIAL

Educação Social:
consolidando caminhos
na perspectiva
da emancipação social

Expediente

Comissão Organizadora do V ENES
Casa de Passagem do Recife
Centro de Cultura Luiz Freire - CCLF

Fenatibref
Fetquim - SP
Fórum Nacional DCA
Grupo Ruas e Praças
Kindernothilfe e.V
Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
Projeto Meninos e Meninas de Rua
Retome Sua Vida
Sindicato dos Químicos do ABC
Sindicato dos Químicos de São Paulo

Coordenação Executiva
Centro de Cultura Luiz Freire – CCLF
Rua 27 de Janeiro, 181, Carmo, Olinda – PE
CEP: 53020-020
Fone: 81 – 33015241
E-mail: cclf@cclf.org.br

Projeto Gráfico e Diagramação
Via Design Criação Estratégica

Fotos
Hélder Tavares
Monocromo Fotografia

A reprodução do todo ou parte deste documento é permitida somente para fins não lucrativos.
Título: V Encontro Nacional de Educação Social – educação social: consolidando caminhos na perspectiva da emancipação social.

ISBN:
Tiragem desta edição: 2.200 exemplares impressos
Impresso no Brasil
1 edição: 2011

Edição realizada com o apoio financeiro da: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República
Capa e design gráfico: Via Design

Dados internacionais de catalogação da publicação:
Educação social: consolidando caminhos na perspectiva da emancipação Social.
Anais do V Encontro Nacional de Educação Social. 1ª ed. Olinda, PE: Centro de Cultura Luiz Freire, 2008. Maria Edivânia Serafim dos Santos (org). Recife: Olinda, 2014.

120 páginas
Não inclui bibliografia

ISBN:
1. Educação social – Experiências e perspectivas – Direitos humanos - política.
2. Movimentos sociais - Infância e adolescência – Mulheres – Movimento Negro – Trabalhadores Rurais.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **7**

O V ENES: INSTITUCIONALIDADE E ORGANIZAÇÃO **9**
Objetivos, eixos temáticos e organização
Contexto de acontecimento
Palavras de abertura

TEMATIZAÇÃO DOS EIXOS: EXPOSIÇÕES E ELEMENTOS DO DEBATE **23**
Educação social: consolidando caminhos na perspectiva da emancipação social
Referenciais sobre as práticas da educação social no Brasil
Os desafios da formação continuada e do fortalecimento da rede nacional de educação social

ACERCA DOS TEMAS EM DEBATE: REFLEXÕES TECIDAS EM DIÁLOGO **77**
Referências metodológicas
Considerações e apontamentos

RELATOS DE EXPERIÊNCIAS SOBRE EDUCAÇÃO SOCIAL E ARTICULAÇÃO **91**
DE EDUCADORES NA AMÉRICA LATINA E CARIBE
Da Rede Latino-americana e Caribenha pela Defesa dos Direitos dos Meninos, Meninas e Adolescentes
Da Associação Internacional de Educadores Sociais
Da experiência do Chile
Da experiência da República Dominicana - no contexto do Caribe

ANEXOS

Programação
Carta de Olinda
Moção de repúdio
Planilhas sobre as práticas de educação social no Brasil, conforme perguntas geradoras do debate sobre o tema 1

113

APRESENTAÇÃO

Este livro consta dos registros dos diversos momentos que constituíram o V Encontro Nacional de Educação Social, realizado no período de 13 a 16 de novembro de 2008, em Olinda, Pernambuco.

Os textos aqui reunidos nos entregam as palavras que deram os contornos organizativo e temático do Encontro; que fiaram suas questões, suas reflexões e debates, traduzindo-o em partilha de experiências, publicização de conhecimentos e diálogo, e, neste entrelaçamento, formação.

As falas aqui registradas são rebentos e manifestações de experiências coletivas, tecidas com os fios da ação política e educativa, e engendradas como desejo e luta por dignidade, justiça e transformação. Nesta perspectiva, o Centro de Cultura Luiz Freire – instituição responsável pela organização do livro que ora se apresenta – considera que os registros aqui contidos dão continuidade ao caráter formativo que o Encontro Nacional de Educação Social traz em seu cerne. Pois que, de modo diferente, igualmente nos dá elementos de informação e reflexão e nos convida à indagação, ao debate e, por que não, à pesquisa.

Dado o caráter de registro até então explicitado, buscou-se assentar o Encontro, o mais fielmente possível, em sua própria estrutura de acontecimento. Assim, o livro está organizado em quatro capítulos: o primeiro, o V ENES: institucionalidade e organização, apresenta e sistematiza os objetivos, eixos temáticos e contexto de acontecimento Encontro, bem como suas palavras de abertura. O segundo, tematização dos eixos: exposições e elementos dos debates, textualiza, na íntegra, as conferências dos diversos sujeitos que abordaram os eixos temáticos do V ENES. O terceiro, acerca dos temas em debate: reflexões tecidas em diálogo, retoma as questões tematizadas nas conferências, apresentando considerações e apontamentos elaborados pelos diversos participantes do Encontro. Por fim, no quarto capítulo, estão registrados os relatos de experiências sobre educação social e articulação de educadores na América Latina e Caribe.

Carmen Silveira de Oliveira
Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente.



O V ENES: INSTITUCIONALIDADE E ORGANIZAÇÃO

Objetivos, eixos temáticos e organização

O V Encontro Nacional de Educação Social (V ENES) se circunscreve no esforço de articulação e ação conjunta de organizações da Sociedade Civil, na perspectiva de dar (a) continuidade ao debate e intercâmbio nacional de experiências; (b) promover a reflexão e busca da elaboração coletiva de metodologias, (c) criar espaços para o debate sobre a Política de Educação Social por educadores, gestores, pesquisadores, entre outros; (d) buscar colaborar com o processo de construção de elementos que orientem nossa postura frente ao debate internacional acerca do tema Educação Social; e, por fim, (e) Garantir uma participação efetiva dos educadores/as da região nordeste tendo em vista seu caráter nacional e a grande dificuldade da participação desses atores nos encontros anteriores pela distância geográfica. Neste sentido, contou com a presença de cerca de 1.200 participantes, sendo estes educadores/as e outros/trabalhadores/as da educação social no Brasil.



Tomando-se como referência tais perspectivas, o V ENES teve como objetivo geral, proporcionar espaço para o debate sobre as questões relacionadas à educação social que, necessariamente, incluem ações de formação, de produção de conhecimento, de intercâmbio de experiências/informações e de elaboração coletiva de metodologias. E como objetivos específicos,

- » Identificar os caminhos da educação social na perspectiva da emancipação social;
- » Proporcionar espaço de reflexão e formação aos educadores sociais e profissionais envolvidos em programas de atendimento, estudos e pesquisas e oferecer possibilidade de multiplicar práticas adequadas e inovadoras no cotidiano das ações profissionais, sociais e comunitárias;
- » Problematicar os principais referenciais da prática da educação social no Brasil;
- » Relacionar os desafios da formação e o fortalecimento da rede nacional;
- » Colaborar com a construção de metodologias e práticas para implementação de ações/atividades que estimulem o avanço coletivo dos envolvidos - educadores, demais profissionais, crianças, adolescentes;

- » Sistematizar, em conjunto com os educadores sociais e demais profissionais, as experiências levantadas, debatidas e avaliadas durante o Encontro para que se tornem subsídios para as práticas pedagógicas;
- » Discutir o atendimento articulado como referência na implementação das políticas públicas de caráter universal, principalmente no tocante a prática pedagógica dos educadores sociais junto aos adolescentes em cumprimento das Medidas Sócio Educativas;
- » Contribuir com a construção coletiva de metodologias para aplicação do atual ordenamento jurídico-institucional no cotidiano das instituições voltadas ao atendimento da população infanto-juvenil;
- » Aprofundar o debate sobre a formação, o papel e a ética do educador social;
- » Aprofundar o conhecimento sobre a rede de financiamento, para ampliar a cooperação técnico-financeira, fortalecendo as políticas públicas e, em especial processos de formação;
- » Reafirmar o protagonismo infanto-juvenil.

As articulações, reflexões e debates sobre a Educação Social no V ENES tiveram como foco a consolidação de caminhos na perspectiva da emancipação social, desdobrando-se em dois eixos temáticos: referenciais sobre as práticas da educação social no Brasil e os desafios da formação continuada e do fortalecimento da rede nacional de educação social. Tais questões, porém, foram tematizadas desde os olhares (e experiências) dos Movimentos voltados para a infância e adolescência; Movimento negro; Movimento de mulheres e trabalhadores rurais, como poderemos observar no próximo capítulo.

No que diz respeito à dimensão metodológica do encontro, o modo desde o qual se deram as reflexões, debates e elaborações que lhe deram vida, o V ENES constituiu-se de (a) conferência de abertura, sobre educação social: consolidando caminhos na perspectiva da emancipação social, tema central do encontro; (b) duas mesas temáticas compostas por representantes dos diversos movimentos explicitados, com vias a tematização dos dois eixos aos quais fizemos referência no parágrafo acima; (c) grupos de trabalho, conforme eixos temáticos do Encontro; (d) relatos de experiências sobre educação social e articulação de educadores na América Latina e Caribe e (e) duas plenárias, uma para apresentação e debate dos resultados dos grupos de trabalho, outra final, na qual se definiu onde será o próximo VI ENES.

Contexto de acontecimento

Na última década, parte da sociedade brasileira empenhou-se na mobilização e construção coletiva do “novo” paradigma de direitos e na efetivação dos ordenamentos jurídico-institucionais, que foram sancionados pela Constituição Federal de 1988 e, de forma especial, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069/90. Uma vez que a maioria dos educadores sociais participantes deste processo são oriundos das lutas em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

A partir daí se impõem uma nova concepção e trato nas políticas públicas, principalmente, àquelas voltadas às crianças e adolescentes que se encontram em situação de violação de seus direitos, seja pelo Estado, a família ou a sociedade em geral. Apesar disso, há muito que fazer – e esse é propósito dos ENES – colaborar para que se ampliem as perspectivas de superação das práticas meramente emergenciais e/ou pontuais, além de assistencialistas, organizadas em políticas que, em absoluto, oferecem cobertura às necessidades e garantias dos direitos de cidadania e dignidade desta população.

Na contramão deste movimento, uma pluralidade de sujeitos políticos continua em mobilização, buscando os meios que viabilizem a implementação da política de direitos, destacando as instâncias de co-gestão das políticas como: Os Conselhos de Direitos das distintas políticas setoriais nos três níveis da esfera pública; Os Fóruns de defesa, representados por instituições da sociedade civil; Os gestores governamentais; As ONGs, Organizações Não Governamentais; Os movimentos sociais e, em especial; os educadores e educadoras que resistem ao establishment.

É neste cenário que se encontra a realização do V ENES. A oportunidade desse encontro está em apostar na possibilidade da construção de saberes e práticas inovadoras, ao mesmo tempo em que cria condições para a reflexão mais aprofundada acerca das políticas de atendimento. Os Encontros Nacionais de Educadores Sociais reúnem educadores e educadoras de todas as regiões do território brasileiro, além de contar com educadores/as de outros países, numa manifestação plural, condizente com os princípios da “democracia ativa” (Benevides, 1992), no sentido da organização e mobilização destes como “força viva” na busca da erradicação das desigualdades sociais. Essa busca abrange todas as comunidades e as instituições ativas. Nessa condição esses educadores são entendidos como multiplicadores dos saberes e práticas que podem contribuir na efetivação dos imperativos definidos por uma política de justiça social, que se requer como nova ordem societária.

Notadamente, grande parte da população brasileira ainda não é contemplada por políticas públicas de promoção de direitos, quando se encontra contemplada, muitas vezes a oferta da política é insuficiente ou inadequada. A abertura de espaço para mediação de tal problema inclui, necessariamente, ações de formação, de produção coletiva do conhecimento, de intercâmbio de experiências/informações e de construção coletiva de metodologias que permitam a ampliação da atenção aos direitos sociais, numa perspectiva processual que conjuga duração e continuidade. E é neste sentido, pois, que se insere nos preceitos do Plano Nacional de Direitos Humanos, especialmente, no que se refere à proposta de “investir na formação e capacitação de profissionais encarregados da promoção dos direitos de crianças e adolescentes no âmbito de instituições públicas e de organizações não-governamentais”.



Palavras de abertura

Em primeiro lugar eu queria fazer uma saudação especial a todos e a todas que comparecem essa noite, para a abertura desse encontro. Um encontro importante, um encontro histórico para o movimento da infância e da adolescência do Brasil, sobretudo porque é o primeiro encontro que acontece na região Nordeste nessa caminhada dos encontros dos educadores e educadoras sociais no Brasil. Queria cumprimentar todos na mesa, na pessoa da Malu, a minha querida presidente do Conanda, Maria Luiza, dizer a satisfação de tê-la aqui presente... o apoiou que o Conanda está dando.

Também agradecer a Cristina Guimarães, da SEPIR, a Prefeitura de Olinda, Prefeitura de Recife, Governo do Estado... Enfim, todos aqueles que estão apoiando a realização desse evento, e dizer da nossa alegria em nome da coordenação desse encontro no V ENES. Da alegria da gente estar aqui nesse momento, sobretudo em um ano tão emblemático para os direitos humanos, não só para o Brasil, mas para o Mundo. Nós estamos nos aproximando dos 60 anos da declaração Universal dos Direitos Humanos, é agora no dia 10 de Dezembro. Comemoramos já 20 anos de Constituição Federal, 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Na próxima semana temos uma data importante, o dia 20, que marca (...) a comunidade internacional: a Declaração dos Direitos da Criança e do Adolescente, da ONU.

Então a realização desse encontro acontece nem um momento de comemoração de marcos importantes, porque se refere a pensar os direitos humanos da criança e do adolescente. Para nós do movimento da infância, quando discutíamos a realização deste V ENES, a grande reflexão que a gente trazia era que nós precisávamos avançar no diálogo com outros movimentos. Os encontros anteriores (que aconteceram o primeiro em São Paulo, em 2001, o segundo no Paraná, em 2002, o seguinte em Colatina, em 2004, e o último em Belo Horizonte) foram encontros marcados fortemente pela presença do movimento pela infância e adolescência, que é um movimento importante que conseguiu colocar na constituição federal o artigo específico para este seguimento da população Brasileira. Mas nós da coordenação do V ENES pensamos que deveríamos avançar no diálogo com outros movimentos, daí termos neste encontro um diálogo não só com o movimento da infância, mas com o movimento negro, o movimento dos trabalhadores rurais, o movimento de mulheres.

(...) Precisamos consolidar caminhos, e esses caminhos devem ser na perspectiva da emancipação social, na perspectiva de garantir todos os direitos humanos para todos os seres humanos. Para que a gente possa fazer esse movimento, esse encontro que começa hoje e se encerra no domingo, essa reflexão, esse diálogo entre os movimentos, [solicita-nos] que o debate sobre a educação social no Brasil seja sempre colocado na perspectiva de que os direitos humanos, de fato, sejam prioridades. Não como temos dito que tem sido prioridade, isto não só no Brasil como no Mundo. Pois [até agora] o que temos é muito mais um olhar voltado para uma política econômica que privilegia o capital, a acumulação do capital, e nunca, ou quase nunca, a promoção, a proteção e a defesa dos direitos humanos da criança e do adolescente ou de qualquer ser humano.

Para que possamos, no diálogo desses movimentos, avançar nessa construção, [é preciso] que o nosso próximo encontro (que terá seu local definido domingo) já possa ser fortemente influenciado por essas reflexões, pelas conclusões que nós teremos que tirar nesse V ENES. Que todos e todas que estão aqui, tenham essa perspectiva que já vem se delineando desde o encontro de Belo Horizonte, que foi o encontro mais recente de nós educadores e educadoras sociais (...). Então desejo a todos nós felicidade nas nossas reflexões, nos nossos debates... Dizer que Pernambuco acolhe todos e todas que vem de outros estados, não só com o maracatu, mas com outras manifestações culturais, que certamente terão a oportunidade de vivenciar. E que essa manifestação cultural tão rica aqui em Pernambuco, possa tocar o coração de cada um de vocês. Então com essas palavras eu gostaria de declarar aberto esse V ENES, e desejar a todos nós muita felicidade. Muito obrigado.

Fernando Silva
Coordenador do V ENES

2
Superintendência Estadual
de Atenção à Criança e ao
Adolescente da Secretaria de
Desenvolvimento Social e
Direitos Humanos - Governo de
Pernambuco.



¹ Procurador adjunto da Prefeitura da cidade de Olinda



E aqui estamos no quinto encontro Nacional, justamente para discutir uma nova forma de visão da educação social. Como incluir a diversidade de pessoas, a diversidade de culturas, a diversidade religiosa (...) como avançar nesse contexto. Acredito que vocês estão dando o maior passo para isso... Nesse debate, nessa discussão, onde vamos chegar a uma carta no final, e construindo uma educação social diferente, construindo uma educação social dentro da perspectiva dos direitos humanos. Muito Obrigado!

Dominici Mororó¹
Representando a prefeita Luciana Santos

Boa noite a todos e a todas. Gostaria de cumprimentar a mesa aos colegas e colegas, companheiros e companheiras que estão aqui na mesa. Inicialmente declarar que a prefeita não pôde aparecer e pediu desculpas tendo em vista ter marcado outro compromisso nesse horário. Mas, entretanto, é com maior prazer que Olinda recebe esse encontro Nacional de Educação Social. Esse encontro ele tem um marco, ele marca na nossa cidade também a vontade de mudança no contexto educacional (...) não temos aqui ainda uma educação universalizada, uma educação para todos, uma educação não só para todos, mas que também componha a diversidade social do nosso País ou da nossa Cidade como Olinda. Lembrando que a nossa educação, ela não inicia, como algumas pessoas defendem, com a vinda dos Europeus para cá. Na verdade, a nossa educação ela iniciou com os Indígenas, eles já tinham a sua metodologia [que] veio modificando (...) com o método Europeu.



² Diretor de Direitos Humanos da Prefeitura da Cidade do Recife.

Boa noite a todos e a todas. Eu trago aqui um forte abraço do nosso prefeito João Paulo. Também justifico a impossibilidade dele estar presente aqui, devido a outros compromissos. Mas é com muito prazer que eu represento a prefeitura nesse momento. Eu ocupo uma função na prefeitura na área de Direitos Humanos, sou professor também da rede estadual e me sinto em casa, porque estando aqui no Encontro Nacional de Educadores Sociais, a gente sabe qual o papel de cada um de vocês na discussão sobre a questão racial, sobre a questão de gênero, sobre a questão da criança e do adolescente. Então é com esse compromisso que eu penso que esse encontro (...) vem demarcar o processo de avanço na luta também pelo reconhecimento da categoria da profissão de educador social, uma luta de toda a sociedade. Tanto o reconhecimento como a valorização dessa atividade. Nós sabemos que quando iniciamos esse papel de educador social éramos vistos apenas como monitor: - é um monitor que está trabalhando com crianças, com projetos... Eu acho que há um avanço, uma conquista no dia a dia através da organização da luta. As pessoas que fazem educação nesse país vêm provando que os avanços só se conseguem com luta.

Penso que o propósito, além de debater a transversalidade dos temas ligados à questão racial, de gênero, a infância, a juventude... Também é disputar o reconhecimento da profissão. Eu acho que a sociedade Brasileira está avançando, está pronta para discutir. Os agentes de saúde já conseguiram essa conquista, eu acho que os outros seguimentos que estão contribuindo para a mudança concreta desse país têm [igualmente] que se organizar para este objetivo. É com estas palavras que eu dou as boas vindas.

Cirilo Mota²
Representando o prefeito João Paulo



³ Da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Boa noite a todos e a todas. Em nome da Secretaria Especial de Políticas da Promoção da igualdade racial - SEPPIR, na pessoa no excelentíssimo senhor Edson Santos, e do subsecretário de políticas de ações afirmativas, Giovanni Harvey, quero agradecer o convite e parabenizar a comissão organizadora por este evento. Especialmente ao movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, ao Fórum Nacional DCA, ao Centro de Cultura Luiz Freire, a Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas - Fenatibref e a CUT Nacional, pela realização da V edição desse encontro de educadores sociais em busca da sua formação e qualificação profissional.

Este encontro ele novamente tem o apoio institucional da SEPPIR, pois vem ao encontro de um dos objetivos do nosso programa (...) que é o apoio institucional a todas as iniciativas que contribuem para a promoção, para as iniciativas de promoção da igualdade racial. A SEPPIR é um órgão federal vinculado à Presidência da República, que tem como objetivo articular a política de promoção da igualdade racial no âmbito federal e nos estados e municípios por meio de organismos executivos de promoção da igualdade racial. É uma política que está voltada não só para a população negra e quilombolas, mas para os indígenas e outros grupos que historicamente sofrem a violência étnico-racial. Este evento propiciará também a discussão da temática racial, neste sentido está também em consonância com as deliberações das conferências nacionais da criança e do adolescente nos anos de 2005 e 2007, nas reflexões, nos debates travados nessa conferência; bem como está em consonância com todo o trabalho que a SEPPIR vem desenvolvendo no processo da transversalização dessa política de promoção da igualdade racial. Focando a questão do perfil da população infanto-juvenil Brasileira, a PNAD de 2006, que é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, revela que nós temos 60 milhões de crianças e adolescentes e desses, 31 milhões são crianças e adolescentes negras e indígenas, constituindo assim os 51% da população infanto-juvenil que na sua maioria vive uma situação de vulnerabilidade social.

Desejamos que aqui nesse processo de formação, em busca da construção e consolidação dos cominhos, vocês educadores sociais também queiram compreender o processo de afirmação da identidade na adolescência destes 51% que vivem em uma sociedade marcada também pela violência étnico-racial. O desejo de afiliar-se, de participar de um grupo, pode tornar-se perturbador, pode comprometer a auto-estima dessas crianças, sobretudo quando o preconceito de cor, a discriminação racial, e o racismo funcionam como regulador do processo de socialização. Então, nesses 4 dias vocês terão oportunidade de refletir sobre essa temática, e tendo como desafio a compreensão dessa situação. Então desejo a todos um bom trabalho, que nos rufares dos tambores do maracatu, vocês consigam cumprir com os objetivos desse encontro. Muito obrigada e uma boa noite.

Cristina Guimarães³
Representando o ministro Edson Santos

Boa noite para todos nós aqui presentes. E eu diria de uma forma especial, como Fernando disse aqui, a gente está no momento histórico e em uma mesa histórica também, que de alguma forma emociona. Destaco aqui a presença de Fernando que é um parceiro de longa data. Acho que ele é uma referência nossa, Brasileira, da luta (...) em direção à conquista de direitos humanos da criança e do adolescente... e a presença da Cristina, que a gente pode chamar de ministra. Mas, eu falo isso porque na realidade não é tão comum ver uma mesa com mulheres negras como vocês estão vendo aqui agora. A gente falou que hoje a maioria das crianças vive em situação de violação de direitos, que tem sim essa questão de afrodescendência. Se formos olhar as estatísticas do disque denúncia, do disque 100, temos lá esse perfil; se formos olhar nas estatísticas das medidas sócio-educativas, temos também lá a presença dessa história.

(...) Vivemos em uma sociedade que ainda se desequilibra nessas considerações de humanidade e, neste sentido, realmente a situação da infância e da adolescência afrodescendente e indígena está colocada desde que o Brasil é Brasil. E estamos aqui na luta para transformar essas coisas. Na platéia eu gostaria de destacar e cumprimentar a Cida Martins, que é a coordenadora nacional do Movimento de Meninos e Meninas de Rua. Por quê? Porque eu acho que tem a gênese de toda essa história que vivemos aqui: a de termos colocado na Constituição Federal o artigo 227... A de termos impulsionado a nação brasileira a pensar em formas democráticas de participação. Tudo isto tem muito a ver com esse Movimento, e nesse movimento ele foi constituído por educadores sociais. Daí penso que é justa a condução desse processo em 2008 ainda pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, que é um movimento que deu essa trilha, que deu essa cara ao Brasil... E essa coragem que realmente os educadores sociais têm (...) os educadores que hoje estão aqui, fazendo a revolução e realmente enfrentando todo esse nível de desigualdade que a gente vive no país. Então, por isso, eu saúdo a platéia cumprimentando a pessoa da Cida (...).

Em muitos artigos e notícias que lemos ai afora, uma grande referência que temos de participação juvenil é também o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Então, que consigamos impulsionar e que os meninos voltem sim a ocupar o lugar do Movimento (...) Temos uma tarefa importante, até a partir dessas reflexões que vão saindo aqui, que é uma grande recomendação do comitê (...), de fato: "cadê a participação dos meninos?" Essa pergunta é feita ao governo e também à sociedade civil. Então, como é que nós vamos dar voz às nossas crianças e adolescentes no sentido amplo da participação e da garantia da cidadania pela própria voz deles?

Esse é um desafio colocado para o mundo e para nós Brasileiros.

(...) é lógico que a gente tem que se reportar à questão da Constituição Federal, aos 20 anos dela. Nesses 20 anos de Constituição Federal uma grande conquista foi a participação democrática. E nisso a gente conseguiu sim construir a paridade nos espaços onde se trata de crianças e adolescentes, em especial nos Conselhos. Falo aqui do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, por ter vários de nós aqui: Júlia o compõe atualmente, Fernando já foi presidente, Cristina é conselheira, Renato Roseno também já participou e tantos outros. (...) Temos que fazer muita coisa ainda para realmente tentar cada vez mais reafirmar o nosso compromisso com a garantia dos direitos de crianças e adolescentes (...) o que estamos vivendo hoje na área da infância é uma coisa muito séria. Nós acabamos de ter aprovado no senado, no plenário do senado, a criação da agência nacional para a criança, que é uma agência de proteção à criança, que é uma agência criada, é um projeto apresentado desde 2005. Esse projeto vinha meio que adormecido, só que agora ele voltou a tomar vulto e, junto a isto, a mídia também começou a propagar, a cada vez mais expor (de uma forma até muito cruel) a violação de direitos que as crianças vivem. Temos durante esse ano acompanhado um volume de notícias de tragédias nas quais a mídia (sem perdão e sem respeito nenhum) tem exposto muito as crianças, inclusive a desproteção das crianças feita pelos próprios órgãos do estado.

[É Neste contexto] que essa agência começa e volta a tomar fôlego. Ontem nós tivemos a assembléia ordinária do Conanda. A convite do Conanda, tivemos a presença do senador Cristovam Buarque. Ele é um senador que já foi ministro, sempre se pronuncia em nome da infância (...) e em nossa conversa nós fomos debater uma agência que foi criada por ele sem nenhum nível de reflexão nos espaços que cuidam de crianças e adolescentes, e digo nisto o Conanda. Uma agência que é meio um misto de atribuições do Conanda e da Subsecretaria de Promoção dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes. Fizemos esse questionamento a ele. (...) É uma agência governamental, então se some por terra a participação da sociedade civil, não há o equilíbrio paritário na construção dessa agência. Dissemos para ele, que ele dá muito o exemplo de agência disso, agência daquilo, e questionamos que muitas dessas agências vêm muito mais para cuidar de coisas do que realmente da vida das pessoas - como é colocado que há uma agência para o ser humano criança?

Nesse embate colocamos a nossa posição contrária à construção dessa agência nos moldes em que ela está. Só que ele [o senador Cristovam Buarque] foi no pronunciamento do senado ontem e se colocou reafirmando a criação

⁴ Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.



dessa agência que passa por cima de muitas coisas, que são as conquistas que vem desde 20 anos atrás com a Constituição Federal, com o Estatuto da Criança e do Adolescente, que tem 18 anos... E toda a mobilização da sociedade civil Brasileira cai por terra. Então, é esta uma agência que acontece de uma forma muito desproposital em relação ao que já se conquistou nesse país, que é o único que tem esse modelo de sistema de garantia de direitos, que tem essa capilaridade humana para cuidar de crianças no Brasil. Então, nós fomos contrários e tiramos hoje a deliberação do Conanda de uma nota pública, colocando a nossa posição e reafirmando porque temos essa posição e o que precisamos.

Porque precisamos fortalecer sim a Secretaria Especial de Direitos Humanos, precisamos fortalecer a subsecretaria que é onde o Conanda hoje está vinculado. Enfim (...) garantir a política (que vai para além do que a gente está dizendo nessa esfera) nos estados, nos municípios, garantir que todos os conselhos sejam fortalecidos e reconhecidos no seu papel. Então, mais uma vez é uma proposta que traz ameaças ao Estatuto da Criança e do Adolescente na sua essência. Ao finalizarmos a nota pública amanhã, devemos enviar para vocês, para de repente fazerem uma reflexão e quem sabe termos o apoio de vocês. Para nós, enquanto sociedade civil, fazemos uma grande mobilização e dizemos para o parlamento que existe uma história construída nesse país e que ele tem que a reconhecer e respeitar.

Essa história é uma história em favor da infância e da adolescência Brasileira. Encerro essas boas vindas, esse apoio que o Conanda irrestritamente dá a essa iniciativa que acontece aqui agora e nos colocamos a disposição e convocamos vocês para essa grande articulação que precisamos fazer agora em relação a isto [à contraposição à criação da agência]. Precisamos melhorar, precisamos muita coisa para melhorar a nossa luta pela garantia dos direitos humanos. (...) Muito obrigada e um bom trabalho para todos.

Maria Luiza Moura⁴
Presidente do Conanda



TEMATIZAÇÃO DOS EIXOS: EXPOSIÇÕES E ELEMENTOS DO DEBATE



⁵ Assessor da ANCED para monitoramento da Convenção dos Direitos da Criança.

Educação social: consolidando caminhos na perspectiva da emancipação social

Renato Roseno⁵

Boa noite a todas e todos. Bem, primeiro eu gostaria de agradecer ao convite da comissão organizadora desse V Encontro Nacional de Educação Social, ao tempo que queria também cumprimentar a todas e a todos os participantes, não só pela possibilidade de estarmos aqui, mas, sobretudo, pela capacidade de resistência.

Falar de educação social nos tempos atuais é, entre outras coisas, falar de hábitos de solidariedade, de resistência e desapego e de uma profunda responsabilidade por uma humanidade que nós queremos ser. Falar da educação social em um momento que o mundo inicia aquela que talvez possa ser uma das maiores crises para as gerações vivas é falar das necessidades de pensarmos as alternativas viáveis para um outro planeta e para uma outra humanidade.

Ao mesmo tempo eu queria saudar a este encontro nacional, que se realiza no momento desta crise (...) A América Latina é talvez palco das mais criativas resistências ao neoliberalismo, por isso é tão importante. Eu queria registrar, de forma destacada, a presença de companheiros da Argentina, do Chile, do Uruguai e da República Dominicana entre nós, assim como da Espanha. Isto para dizer que nós aqui nesse canto do mundo, nesse canto tão contraditório, tão belo e tão carregado de iniquidades, como é o Brasil, nós queremos, num diálogo franco, sincero, profundo, pensar as alternativas para uma educação social que seja de fato emancipadora.

Me foi solicitado (e aqui eu queria desde já isentar os organizadores por qualquer impropriedade ou inadequação que por ventura eu fale), me foi solicitado que falasse de educação social da perspectiva da emancipação social. (...) Como essa é a primeira fala desse encontro, eu queria convidar vocês a algumas reflexões e provocações. Como é uma fala de abertura eu me dou ao direito de fazê-la de forma mais abrangente, para que saíamos da ditadura do prático e da ditadura da possibilidade de que “a vida só pode ser assim”. Na verdade eu queria convidar vocês todos e todas para mergulharmos no enfrentamento da ditadura da possibilidade de que necessariamente a vida, a vida social só pode ser assim. Portanto, eu queria convidar para que nós fizéssemos a reflexão de onde estamos. Falar de uma emancipação social ou falar de uma educação para a emancipação social deve ter como pressuposto a pergunta permanente de onde estamos.

Nós estamos, e já toquei nesse assunto, submersos em distintas crises. Eu não quero falar da crise financeira que enchem as páginas dos jornais e os editoriais de economia e política. Para mim a crise que nós vivemos, a crise que faz com que as bolsas oscilem cotidianamente, a crise que faz com que a OIT (Organização Internacional do Trabalho) tivesse anunciado há duas semanas atrás que o ano de 2009 terá 20 milhões de desempregados a mais no mundo - e para nós que estamos no Brasil, a pergunta é: quantos desses 20 milhões serão brasileiros, quantos pernambucanos, quantos serão cearenses, quantos gaúchos, argentinos, quantos serão franceses? -, esta crise não é uma crise financeira, ela é uma crise econômica, nós estamos vivendo aquela que deve ser uma das maiores crises desde 1929, uma crise oriunda de um processo da hiper-acumulação do complexo capitalista burguês.

A crise que vivemos agora, como crise econômica ela é oriunda das respostas que o complexo capitalista burguês deu na década de 70 à sua hiper-acumulação. Existem muitos jeitos de ler a economia, eu me filio aos métodos que entendem a economia a partir dos seus grandes ciclos: a economia capitalista

em grandes ciclos de desenvolvimento, que são ciclos de expansão e ciclos de recessão. O que nós vivemos agora tem íntima ligação com o ciclo de expansão que teve o seu ápice na década de 70. As saídas dadas na década de 70, que convencionalmente após na década de 80 vieram a ser chamadas de neoliberalismo, nos levaram a essa encruzilhada que estamos hoje. Nós, portanto, nos encontramos nesse momento da história. E se nos encontramos nesse momento da história, a história nos pede uma resposta.

Porém, a crise econômica ela não é solitária, não é só uma crise econômica que vivenciamos. Nós nunca como humanidade estivemos tão próximos de um ponto sem retorno do ponto de vista da sustentabilidade ambiental, a crise ambiental, como nós a vivenciamos nas gerações presentes, nunca foi vivenciada em toda a história da humanidade (...) Eu estou falando do aquecimento global, da escassez de recursos hídricos, da crise da matriz energética, da escassez de alimentos. Portanto, ao pensarmos que nós seres vivos no século 21, nas nossas diferentes gerações - e aqui temos um encontro de gerações - somos alcançados por uma crise econômica e uma crise ambiental, não é forçoso, e nem é pânico, afirmar que o que a história nos pede agora é uma reflexão que se contraponha a esse esgotamento civilizatório: a civilização do capital nos trouxe a esse ponto.



Nós queremos que o futuro seja a repetição infernal do presente ?

Nós queremos que o presente seja a imobilização da história ?

Ela [a civilização do capital] nos levou a grandes encruzilhadas. Por conseguinte, a resposta que a história nos pede tem que ser dessa magnitude, tem que ser uma resposta que confronte, combata, supere a crise civilizatória do capital. Mas se eu digo que a crise é cíclica. Talvez os mais otimistas possam dizer: - bem, se existem ondas longas do desenvolvimento e se nós vivemos uma grande onda de expansão até os anos 70, e a crise da super-acumulação dos anos 70 foi resolvida pelo neoliberalismo (resolvida entre aspas, resolvida entre muitas aspas). Por que não apostar em que o capitalismo vai ser capaz de se renovar e que a humanidade vai continuar no seu curso?

Talvez uma posição ingênua possa dizer isso, de que na sua infinita capacidade de inventar modos de acumulação, de maximização do lucro, de destruição das pessoas e do ambiente natural, o complexo capitalista vai inventar modos de se renovar. Ele vai inventar um novo ciclo para si mesmo. Mesmo que essa posição seja uma posição que nos afaste do cataclisma, nos afaste do pânico, essa posição além de ingênua ela não lida com um ponto essencial: que humanidade queremos ser? Nós queremos ser continuamente uma humanidade que vive sob o domínio imperial mercantil? Nós queremos... Essa é uma pergunta que o filósofo Daniel Bensaid faz na sua última publicação editada no Brasil: nós queremos que o futuro seja a repetição infernal do presente? E nos queremos que o presente seja a imobilização da história?

Portanto, nós estamos nesse exato momento, no início desse século, talvez vivendo uma profunda solidão. Todos aqueles e aquelas que advogam a possibilidade da vida ser diferente, vivem uma profunda solidão, vivem o esgotamento de alternativas estratégicas, vivem a adaptação daqueles que antes eram inadapáveis, vivem o rebaixamento dos horizontes e a destruição das utopias. Das utopias como as possibilidades de que a experiência do viver seja uma outra possibilidade. Assim, falar em emancipação social hoje é, sobretudo, afirmarmos que o futuro não deve ser a repetição infernal do presente. Se nós queremos uma educação social para emancipação, o primeiro ponto que devemos afirmar é que exercendo o nosso direito de recusa, nós queremos imaginar o não imaginado, criar o não criado, sentir o não sentido. Nós queremos recusar o mundo, o futuro como uma repetição infernal do presente. Portanto, para além de um novo ciclo que alguns ingenuamente poderiam dizer que vai nos tirar dessa... Um novo ciclo de desenvolvimento capitalista...

Recentemente Delfin Neto publicou um artigo na grande imprensa, dizendo que o capitalismo sairá renovado em toda a sua pujança dessa crise atual. Essa é uma possibilidade, a história não tem trilho, mas não é esta a possibilidade na qual eu quero apostar, porque eu sei que se o capitalismo sair renovado

⁶ Aqui se faz referência a um acontecimento por ocasião da conferência.

desta atual crise, aqueles que sempre pagaram a conta terão mais uma vez sido submetidos a mais uma conta perversa de uma outra crise cíclica. E é mais do que na hora de dizer que os pobres do mundo, de todas as cores, raças, etnias, orientações sexuais... Os pobres do mundo não podem continuar pagando a conta. Falar de emancipação social, é atual, é necessário, é possível, mas é urgente, não como um exercício fatalista, mas como um exercício de criação de um outro mundo. A consigna do Fórum Social Mundial, a mais conhecida delas, é que um outro mundo é possível. Não me parece que essa frase, que essa expressão seja a expressão mais forte de um movimento alter-mundialista, de um movimento que se sustenta na resistência e na subversão dos pobres de todos os cantos do mundo. Parece-me que a idéia mais forte trazida pelo Fórum Social Mundial, desde a sua primeira edição, não é de que um outro mundo é possível, mas é de que o mundo não é uma mercadoria.

Essa é a idéia mais forte para projetos de emancipação social. Falar, portanto, de emancipação, do lugar onde estamos, é falar que, se estamos em uma crise de civilização do capital e esta crise é marcada pela maximização última do sistema concorrencial, da reestruturação produtiva, da desregulamentação dos mercados, da destruição dos direitos, e da destruição da política... É dizer que nós rejeitamos o mundo da mercadoria.

(Bem, um exemplo de que vivemos em um mundo em crise, é que nós vivemos em um mundo com medo, não é? Se tem medo... é verdade... se tem medo aqui, se tem medo nas ruas de Londres... medo esse que faz com que os imigrantes sejam baleados nas estações de metrô, medo nas ruas, nas ruas de Bagdá, medo no Afeganistão, medo no Recife, medo).

Falar da emancipação social, e falar de uma educação social para esta emancipação, é rejeitar este mundo que nos acompanha, que nos atravessa e que nos alcança a todo o tempo - que disciplina a reação dos nossos corpos. Ou seja, mesmo sem nenhuma palavra, sem nenhuma ordem de comando aparente - a ordem de comando está dada do ponto de vista simbólico, sem nenhuma comunicação verbal. Todos os corpos, inclusive o meu, reagiram a uma ameaça que se colocava a partir dos passos apressados de um grupo de pessoas.⁶ Portanto nós estamos nesse lugar, mais do que estarmos, este lugar é o lugar que nos acompanha, é o lugar que vive em nós. Falar do complexo capitalista burguês, falar da sua crise civilizatória, é falar deste lugar que anda em nós e que nós andamos nele.

Mas falar de emancipação é falar de emancipação de quem, de quê, para quem, e para onde? Eu não sei, e não acho que seja necessária uma alternativa total de antemão. Alguns exemplos concretos podem ser dados. Há mais



de cem anos, quando os homens e mulheres fizeram um dos maiores exercícios de liberdade que o mundo ocidental já vivenciou, a da Comuna de Paris, eles não sabiam necessariamente qual era a alternativa sistêmica que eles queriam. Um outro dado mais próximo é que o movimento da luta antimanicomial, quando se reuniu em Bauru há 20 anos, não necessariamente tinha a tecnologia social Capes como uma alternativa total e acabada para ser oferecida. Eu dou exemplos completamente diferentes...

O filósofo George Gambem recupera uma expressão do Império Romano chamada Homo-sacer. No império romano havia os sacrificáveis, os sacrificáveis tinham valor para os Deuses, quando eles eram eleitos a um sacrifício, assim o eram porque tinham algum valor aos Deuses. Não se oferece aos Deuses aquilo que não tem valor. Portanto, os sacrificáveis tinham valor. Mas, no Império Romano havia os não sacrificáveis, havia os matáveis, eles não eram dignos de sacrifício, eles podiam ser mortos sem qualquer explicação, eles eram matáveis. No império Romano, eles eram chamados de homo-sasser, diferentemente das outras formas, das outras categorias sociais.

George Gambem diz: nós voltamos a ter os matáveis na sociedade contemporânea. Os matáveis de hoje são os meninos negros, pobres, jovens que habitam as periferias urbanas do mundo, esses são os matáveis da atualidade. As mulheres pobres submetidas à tripla rotina do trabalho doméstico, sob a submissão patriarcal e machista. Os matáveis são as et-

nias indígenas, subjugadas pelo etnocentrismo ocidental. Os matáveis de hoje são os trabalhadores e trabalhadoras que têm os seus direitos vilipendiados porque são eles quem pagam a conta. Vejam, agora, na crise do sistema financeiro, muito rapidamente o Governo Federal edita medidas provisórias permitindo que o dinheiro público, o dinheiro produzido pelo trabalho social, salvasse seguradoras, construtoras e bancos que por ventura tenham problemas na crise e, ao mesmo tempo, saúda a fusão de grandes conglomerados financeiros. Em contrapartida, os trabalhadores e

trabalhadoras do sistema financeiro e todos aqueles que produzem a riqueza social, estes vão ter que pagar mais uma vez essa conta.

Portanto, nós não queremos isso, nós não queremos a destruição do direito e da política, a destruição dos direitos como ferramentas emancipatórias e não como proclamação de uma verdade que não é palpável. Pensamos os direitos como ferramenta de garantia da nossa dignidade e não como uma abstração ou como um imperativo idealista, conforme foram pensados nas evoluções liberais. E nós também não queremos a destruição da política, transformando ela em negócio, em acordo, em conchavo, em espetáculo.

Se nós não queremos isso, o que é que nós queremos? Nós queremos levantar a necessidade da emancipação, ela também não pode ser um imperativo. Se o capitalismo também não é um imperativo, se pode ser diferente, a emancipação para nós também não é um imperativo, ela é uma possibilidade. Nós queremos ampliar o horizonte do possível, queremos resistir a toda a forma de isolamento e solidão, queremos a autogestão da ordem social. É esse o exercício da liberdade. Um mundo onde as pessoas e não as corporações, sejam elas financeiras, midiáticas, comunicacionais, automobilísticas, produzam a nossa vida.

Nós queremos uma auto-educação que nos permita sair para o mundo, que nos permita viver o mundo como uma experiência. Só que não há condição de sairmos para o mundo, para o bem ou para o mal, se nós não sairmos das atuais zonas de conforto. Sim, há zonas de conforto. Todos nós aqui, por maior que seja a angústia trazida pelo trabalho cotidiano de um educador social, esteja ele na rua ou não, esteja ele em instituição de privação de liberdade ou não - e esse trabalho é um trabalho angustiante, e é um trabalho, e sendo trabalho ele necessariamente deve ser reconhecido como tal, e por isso [o educador] deve ter os seus direitos reconhecidos e resguardados como um trabalhador social -, por maior que seja angustiante esse trabalho, dizia, ele também tem uma zona de conforto (...).

Portanto, é necessário sair da nossa zona de conforto. E qual é a zona de conforto que nos atinge como educadores sociais? É a zona de conforto da administração da miséria. O sistema é inteligente, se não fosse inteligente ele não seria hegemônico, não teria nos trazido até aqui. O sistema (...) cria mecanismos de administração da miséria. Um grande jornal conservador Britânico fez grandes elogios ao Brasil em uma matéria, faz mais ou menos um ano, dizendo que o Brasil exporta para o mundo uma nova tecnologia social de administração da pobreza.

Eu não quero que o meu país seja conhecido internacionalmente por vias dos jornais Britânicos, como um país que exporta tecnologias sociais de administração da pobreza. Eu não quero viver nessa zona de conforto. Na verdade é necessário sair da zona de conforto e romper com o um elogio do sistema também retratado nas colunas do jornal Britânico. Nós queremos um mundo sem pobres. Isso é sair da zona de conforto, é afirmar a centralidade da luta de classes. A centralidade estratégica de que existe neste mundo uma totalidade sistêmica a partir de classes que trabalham e classes que exploram o trabalho social.

Sair da minha zona de conforto é afirmar que para além das identidades - e todas elas são fundamentais porque todas elas são estruturais - existe uma humanidade (...). É necessário afirmar o racismo como estrutural nessa sociedade. É necessário afirmar, o machismo, o patriarcalismo, o etnocentrismo, o adultocentrismo. Mas, para além de todas estas identidades, é necessário afirmar que nós somos humanidade, isso é sair da zona de conforto. Porque nas nossas atuais zonas de conforto é proibido pensar na humanidade, é proibido pensar qualquer alternativa, qualquer interpretação do mundo que não seja baseado nas caixinhas que a pós-modernidade nos renegou. Nesse fragmentarismo onde cada um de nós cuida do seu umbigo, onde os educadores sociais de rua estão vinculados exclusivamente aos meninos e meninas que dormem nas ruas, mas não podem ter o seu olhar, por exemplo, para uma mulher negra operária que todo o dia contribui com o seu suor para a riqueza social e, por ser mulher e ser operária, é 30% menos remunerada do que homens que cumprem a mesma função social.

Sair da zona de conforto, portanto, é afirmar que para além de militantes dos direitos da criança, nós somos antes de mais nada militantes da dignidade humana e de um novo patamar civilizatório. Se eu me reconheço como militante dos direitos da infância e da adolescência, se eu pretendo ser um educador social que faz da educação social um ato de construção de possibilidades emancipatórias, obrigatoriamente eu tenho que me reconhecer como um ativista de uma outra realidade, de um outro mundo, de novas formas do viver.

Por mais que possa parecer antiquado, e foi o sistema que tornou essas palavras antiquadas, a luta de classes permanece mais atual do que nunca, assim como permanece mais atual do que nunca o espírito que fez com que homens e mulheres fizessem, em 1871, a comuna de Paris, que é o espírito da revolução. Não se fala mais de revolução, parece antiquado falar da possibilidade de revolucionar as nossas vidas. Mas, a quem interessa que essas palavras soem como antiquadas e como impossíveis, interessa obviamente

Então, como é possível uma educação social?

ao sistema hegemônico. Interessa à ditadura da impossibilidade, interessa à ditadura de que é proibido interpretar o mundo.

(...) Se nós estamos nesse ponto da história e do planeta, se emancipação não é necessariamente oferecer uma totalidade, mas é recusar a totalidade insistente, é, sobretudo, o exercício da recusa e o exercício de um projeto humano para além do fragmentarismo. Repito: eu não estou desconhecendo o valor das lutas inditárias específicas. Ao contrário, não é possível outro mundo se eu não afirmar que o mundo atual só existe porque homens e mulheres, negros e negras, são especialmente oprimidos. Esse mundo só existe do jeito que ele é, porque as mulheres são oprimidas, porque crianças e adolescentes não têm voz e não têm vez. Mas só afirmar essas identidades, não necessariamente produz novas estruturas. Afirmer as identidades necessariamente produz uma outra lógica para esta lógica. Então, como é possível uma educação social?

Em primeiro lugar, é necessário recusar a educação social tutelada. Nós não queremos educar os matáveis do mundo para que eles sejam os bonzinhos do mundo, nós não queremos que os meninos de rua... Que as crianças e adolescentes que hoje estão institucionalizados por ventura virem corpos dóceis na engrenagem do sistema. Nós, como educadores sociais, não podemos fazer da nossa lida, da nossa inteligência, anestésico do sistema. Como educador social, eu tenho que rejeitar o apelo que todo os dias as nossas instituições fazem para que eu vire uma anestesia do sistema.

Ao me defrontar com uma criança ou um adolescente em situação de rua, eu não posso em nome da luta pela sua dignidade anestesiá-lo, nem do ponto de vista simbólico e nem do ponto de vista real, como se faz hoje cotidianamente através da psiquiatrização e medicamentização dos nossos meninos e meninas nas instituições de privação de liberdade. Quem aqui conhece as atuais instituições de privação de liberdade, sabe do apelo de psiquiatrizar os nossos meninos e meninas, como se eles fossem como são porque tivessem nascido necessariamente com um gênio comportamental diferenciado, que por algum desvio da natureza atinge mais fortemente os filhos das classes populares. Não é? Portanto, educar para emancipação não pode ser educar para administrar a miséria, não pode ser fazendo o meu cotidiano um cotidiano de conciliação com a realidade infernal.

Aqui talvez eu fale uma coisa que pode soar para a maioria um tanto quanto estranha, e até quem sabe impossível de ser praticada nas nossas atuais organizações. Educar para emancipação... Ser educador nos processos emanci-

patórios, é necessariamente duas coisas. Uma, auto-educação, educar o educador, isso desde o século XIX é falado, não se educa sem educar a si mesmo. Não é possível, portanto, ser educador social, se eu próprio não faço do meu processo com aquela criança ou adolescente na rua ou na organização, um processo de auto-educação, um processo próprio (...) de libertação. A outra coisa necessariamente é um ato de rebeldia. Assim, a educação social que nós queremos é uma educação... não se choquem... Para a subversão, para a rebeldia.

Talvez crie algum desconforto, porque na nossa lógica atual (entre aspas, muitas aspas) cuidar de menino é um ato bem visto pela sociedade, em alguma medida. A sociedade vê com bons olhos, aquela sociedade, a sociedade que herdou o olhar caritativo e piedoso do final do século XIX até a década de 30, essa sociedade que permanece em nós, ela vê com bons olhos o ato de cuidar das crianças pobres, dos pobres do mundo. Existe um certo (entre aspas, muitas aspas) 'bomocismo' do ato de cuidar dos matáveis do mundo, de administrá-los, de organizá-los (...) de tirá-los das vistas da cena pública. Claro, que a sociedade não vê com bons olhos cuidar dos meninos e meninas que ela queria ver exterminados. A sociedade não vê com bons olhos um menino e uma menina que, em conflito com a idade penal, esta mesma sociedade queria em alguma medida exterminar.

Mas nós vivemos esse conflito e para sair dele necessariamente a educação social aqui proposta é uma educação para subversão, é uma educação para auto-gestão de direitos. Nós não queremos que aquele menino e menina se adaptem a engrenagem brutal desse sistema (...). Nós não queremos fazer com que esse menino e essa menina entrem em um projeto de vida burguês, entrem em um projeto de vida adaptável. Nós não queremos que esse menino e essa menina passem a contar "ouro de tolo" do Raul Seixas, e esperar no trono do apartamento a morte chegar. Nós não queremos substituir, obviamente, um projeto de uma determinada morte, que é a morte pela violência e pela invisibilidade, pelo projeto de uma outra morte, seja ela simbólica ou física, que é a de tutelar este menino ou esta menina para ser um ser humano conformado com esta sociedade.

Neste sentido, a educação social que nos educa, a auto-educação, é uma educação social que permite um diálogo, que constrói tecidos, campos sociais, campo aqui no conceito do Bourdieu, campos sociais de produção, de autogestão de direitos e da dignidade. O nosso sucesso como projeto de educação social libertadora, ele é vitorioso na medida em que nós contribuimos para a constituição de campos sociais, produtores de autogestão de direitos e da dignidade. Isto implica seres humanos que no exercício de libertação da sua emancipação tornam-se solidários consigo e com os outros, responsáveis coletivamente no planeta, inspirados por um grande sentimento de amor ao mundo, porque não há maior emancipação social do que o amor ao mundo.

O amor ao mundo seja ele um mundo próximo, um mundo distante, um mundo conhecido ou um mundo desconhecido, um mundo vivido, um mundo com experiência, um mundo com possibilidade, ele só pode ser amado se, de fato, houver pessoas emancipadas capazes de exercer e viver esse amor. Portanto, esse educador - nós que devemos e desejamos, espero eu, sermos reeducados na nossa vida cotidiana - tem que sair para o mundo, tem que sair da zona de conforto, do 'bomocismo' de administrar a pobreza e os pobres. É necessário que a educação



Porque eu falei hoje na destruição da política ?

social seja nesse país um pólo de indignação, este país teve ao longo da sua história muitos pólos de indignação, pólos produtores de rebeldia, de subversão, pólos produtores de solidariedade.

Durante a ditadura militar os profissionais da comunicação, alguns profissionais do direito, constituíram pólos de indignação. É necessário que os educadores e as educadoras sociais, aqueles que exercitam o processo de educação social, sejam hoje efetivamente pólos de indignação. Não é possível re-fundar a idéia de humanidade se nós não somos atravessados por um profundo sentimento de indignação. Portanto, estamos aqui, somos chamados a uma emancipação porque nós não queremos o mundo como ele está, mesmo que não necessariamente nós tenhamos que saber para onde ele vai. Eu não penso, repito, que devemos saber desde agora para onde ele vai. Temos que, na nossa lida de educadores e educadoras sociais, recusarmos o apelo de administração da miséria e da pobreza e de anestesia do sistema, temos que abraçar a auto-educação e a auto-gestão como resultados dos nossos processos libertadores. Mas temos, sobretudo, que nos indignarmos e virarmos um pólo de indignação para refundarmos a idéia de dignidade e só assim, por fim, afirmar a esperança e o re-encantamento do mundo.

Porque eu falei hoje na destruição da política? Porque a política foi destruída. O que nós vemos nas eleições, não é política, não é a política pensada como a possibilidade do confronto e do conflito, não é a política pensada como responsabilidade pública e coletiva pelo mundo. O que se vê hoje, sobretudo nesse atual sistema representativo, é a espetacularização mercantil e, às vezes, muitas vezes, de profundo mau gosto da política, mas não é a política, é a sua destruição em seu nome. Quando eu falei da destruição dos direitos eu não estava só falando (...) da destruição formal dos direitos, como é, por exemplo, a redução da idade penal ou (...) a destruição do sistema de garantia dos direitos pela aprovação de uma agência nacional, como esta que o senado acaba de aprovar. O que é mais curioso, isso não é por acaso, é que exatamente quando o neoliberalismo dá conta mundialmente da sua ruína, o senado Brasileiro se vale de uma das invenções do neoliberalismo, que são as agencias de regulação, para aprovar uma agência dedicada à criança.

Assim, quando eu falo da destruição da política e da destruição do direito, falo da necessidade de recuperar a política e recuperar o direito, como um projeto de afirmação de esperanças e re-encantamento do mundo: reerguer a prevalência da dignidade humana. Neste sentido, ao nos confrontarmos com o parlamento (...) e recusarmos rasgar o Estatuto da Criança e do Adolescente, nós nos recusamos a rasgar aquilo que foi uma grande conquista social, que

foi o sistema de garantias dos direitos da criança e do adolescente no Brasil.

Isto é, na prática, reergue-se o princípio da prevalência da dignidade humana. Ao dizer que nós não queremos uma agência reguladora, mas nós queremos efetivar o princípio da participação popular como um princípio fundamental para o exercício da política de atendimento aos direitos humanos, estamos reerguendo o princípio da prevalência da dignidade humana - e isso é desprivatizar o público.

Pensar uma agência agora como pensada nos moldes do senado é privatizar o público. Eu estava no Conanda na época que esse projeto chegou às nossas mãos. Eudes estava na comissão que fez a análise e nós debatemos um parecer contrário. Entre outras motivações, havia a de que este projeto era mais uma tentativa de orientação neoliberal de privatização do público. Não no sentido da privatização porque entregaríamos a agência a uma corporação, mas privatização no sentido em que é tirar do público o poder que ele tinha (...) o poder exercitar o público poder na definição da política de direitos das crianças e adolescentes.

Precisamos, portanto, reorientar os conteúdos e as práticas no nosso cotidiano. Todas as categorias que eu estou falando aqui podem parecer muito abrangentes, mas elas todas se encontram, se condensam, (...) no diálogo de 10 minutos que eu tenho com uma criança, com um adolescente em situação de rua: a privatização do público, a destruição da política do direito, a maximização do individualismo, a solidão - que é uma marca dessa sociedade -, o medo, a falta de esperança. Quando eu falo reorientar os nossos conteúdos e as nossas práticas, é que no diálogo que eu faço com aquela criança, não posso seduzi-la para a anestesia, não posso seduzi-la para um projeto de instituição total, eu não posso convocá-la para ser mais uma na engrenagem do sistema.

Pode parecer ofensivo o que eu vou dizer, mas é verdade. Daqueles 10 minutos com aquela criança - que pode ser uma, duas horas, cem dias -, eu não posso fazer da minha prática e do conteúdo da minha prática um ato de convocação para que ela seja um número a mais no atendimento da minha instituição, para que eu coloque isto no relatório de Dezembro. (...) Eu não posso convocá-la, portanto, para ser mais um na multidão. A luta pela sua dignidade não é transformá-la naquilo que ela, por causa do sistema, não pode ser. Ela não pode ser um projeto de vida adaptável, ela foi outra coisa. (...) Ao pensar na reorientação das nossas práticas e conteúdos e na re-fundação da idéia de humanidade é necessário, obviamente, orientar as práticas e conteúdos por um exercício generoso de solidariedade aos matáveis, aos invisíveis da terra,

é necessário afirmar que nós temos lado: é necessário afirmar que entre a saída das grandes corporações do sistema financeiro internacional, da indústria automobilística, da destruição do planeta, do meio ambiente e dos direitos, o meu lado tem que ser um lado da solidariedade incondicional aos invisíveis sociais, aos matáveis, aqueles que a sociedade chamou de páreas – e quem faz essa opção paga um preço.

Quem está aqui, espero eu, está porque escolheu esse lado, escolheu o lado da solidariedade incondicional e da generosidade aos invisíveis do mundo. Portanto, eu finalizo essa minha provocação com três diretivas daquilo que eu penso que pode ser um processo de educação social para a emancipação: primeiro: não ter vergonha de afirmarmo-nos anti-sistêmicos, isso não é atrasado, isso é mais atual do que nunca. Não devemos ter vergonha de afirmar o nosso anti-capitalismo, a nossa anti-hegemonia mercantil, a nossa anti-destruição da natureza e das pessoas em nome da maximização do lucro. Nunca foi tão atual ser anti-capitalista como nos dias de hoje.

Segundo, nunca foi tão atual afirmar que nós temos valores, que nós temos lado, que nós temos princípios. Entre a solidão e o individualismo galopante, nós queremos a utopia concreta do exercício de uma solidariedade sem fronteiras, sem cores, para além das raças, para além das etnias, sem classes, uma utopia concreta palpável, possível, vivível, de fato uma outra experiência de vida. Para isso é necessário ter a esperança como princípio. (...) A busca não deve repousar sobre o passado (...) não devemos buscar a essência de nós mesmos, se é que há essência no nosso passado. Aquilo que nós podemos chamar de essência de nós mesmos é a possibilidade de reinventar o nosso futuro. E repito mais uma vez as palavras de Bensaïd: o futuro não pode ser a repetição infernal do presente (...) é necessário indignarmo-nos, insurgirmo-nos e depois ver no que dá. A força irreduzível da indignação. É essa a força que de fato pode produzir uma educação social emancipadora.

Indignarmo-nos, insurgirmo-nos e depois ver no que dá, essa é a síntese. Não esperar uma outra alternativa global para colocar no lugar dessa alternativa global. Porque, já dizia Mário Quintana, “os passos é que fazem o caminho”. E finalizo essa provocação lembrando Drummond: “mas viveremos” (...) É necessário saber combater, é muito importante saber combater. Eu não fiz essas provocações para que amanhã cada um de nós saia propondo sozinho a reinvenção total do mundo, a gente não vai fazer isso sozinho - é necessário saber combater.

Saber combater, por exemplo, é fazer um encontro que reúne educadores e educadoras sociais, é lutar pela regulamentação dos direitos do trabalhador

na educação social, isso é saber combater. Saber combater é saber oferecer um projeto imediato que dialogue com o estratégico. Eu não posso chegar para aquele menino e a aquela menina oferecendo exclusivamente o estratégico, é necessário que o estratégico seja fruto do acúmulo do imediato, é necessário que o imediato se aproxime do estratégico. Portanto, em nome do longo prazo eu não posso recusar o curto prazo, e em nome do curto prazo eu não posso me distanciar do longo prazo, eles tem que ser acumulados, inter-relacionados. Isso é saber combater.

Mas o Drummond também dizia: “é necessário saber esperar”. Talvez nós tenhamos esperado muito, saber esperar é também saber não esperar. Saber esperar é saber dar o grito de recusa. Saber esperar é dizer que já é demais que os pobres do mundo continue pagando a conta. Mas, terminava Drummond nessa belíssima poesia, “mas viveremos”, dizendo: “mas é necessário saber ter amor”. E o digo mesmo eu, porque não é possível emancipação social, não é possível reinventar o futuro a partir do presente se nós não tivermos um profundo amor à humanidade. A política para nós, assim como a educação social como engajamento militante, tem que ser um ato de auto-educação, mas, sobretudo, de convocação para um outro mundo. Porque a auto-educação e a convocação para o mundo são os exercícios concretos da nossa responsabilidade coletiva por todas as formas de vida, pela humanidade e pelo planeta.

A auto-educação é a convocação para viver um mundo além do capital, e aí a centralidade estratégica da revolução é o nosso ato incondicional de amor. Portanto, sabendo combater, sabendo esperar, para não mais esperar. Eu desejo a todos vocês um encontro onde nós saibamos ter amor. Obrigado.

Referenciais sobre as práticas da educação social no Brasil

Licinia Maria Corrêa⁷

Olhares do Movimento da Infância e da Adolescência

A minha fala é um olhar do movimento da infância e da adolescência sobre a educação social. Eu o proponho a partir de dois enfoques: um é pensar um pouco a memória dos movimentos sociais e pensar o quê que pode ser recuperado nessa memória dos movimentos sociais, nessa trajetória (...); outro é pensarmos



como é que se configura hoje a exclusão social e como é que a educação social deveria, deve ou tem se comportado mediante os novos (...) mecanismos de exclusão social que têm sido engendrados pelo capitalismo neoliberal.

Eu vou aproveitar uma fala do Roseno, de ontem, para começar a minha exposição: “imaginar o não imaginado, criar o não criado, sonhar o impossível, dar visibilidade ao que sistematicamente era inviabilizado por ações assistencialistas e políticas repressivas”. A invisibilidade a que nos referimos, aqui tem duas dimensões: (a) a exclusão dos benefícios da riqueza, das necessidades primárias ainda não resolvidas, produzida socialmente e nela (b) a opressão, a discriminação e a dominação que se operam no seio de relações de exploração e expropriação do modo de produção capitalista.

Os movimentos sociais que surgiram no bojo da luta do movimento operário, têm como referência pertencimentos específicos: gênero, raça, idade, opção sexual e outros pertencimentos que implicam significados culturais, afirmação de identidade, superação de preconceitos, defesa de direitos. Esses movimentos colocam também a centralidade da cultura como eixo de ação coletiva, como eixo da ação educativa e como ferramenta para cutucar as nossas condutas e os nossos velhos modelos de inclusão social. É este então o

meu olhar, é a memória que eu trago dos movimentos sociais, movimentos de luta que nós participamos desde a década se sessenta. É a luta não só pela promoção dos direitos da cidadania, mas principalmente a luta pela alteração do modo de olhar, do modo (...) como se olha as práticas políticas repressivas, que eram as práticas que se mantinham, que se estabeleciam sobre os chamados excluídos.

No campo da infância, no campo da adolescência, a gente tem aí, desde os anos oitenta, uma vivência da pedagogia dos movimentos sociais como a matriz formadora e educativa que foi gestada no interior dos grupos sócio-culturais. E essa luta, essa vivência, essa pedagogia dos movimentos sociais, ela culminou com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente e, na década seguinte - década de noventa -, após a aprovação do Estatuto, com a luta pela garantia dos direitos da criança e do adolescente. Então esse é o modo como os movimentos sociais trouxeram e deram visibilidade aos sujeitos que estavam excluídos, não só das riquezas, mas, por sistemáticos mecanismos de dominação e de opressão, também do pertencimento social.

Ao recuperar essa memória, existem dois aspectos que precisam ser considerados, um primeiro é a dimensão educativa da luta dos movimentos sociais. Os movimentos sociais quando instituíram essa luta, o fizeram na idéia de aprendizado dos direitos, de que o direito deveria ser aprendido. A dimensão educativa do aprendizado do direito é que garantiu que os direitos não fossem só pensados como a política, mas fossem pensados como condição de vida, como condição existencial. Essa pedagogia, que pode ser encontrada nas lutas e mobilizações dos setores populares das cidades, dos campos, se encontra com o aprendizado dos direitos vindo da inserção no trabalho. O movimento operário, o novo sindicalismo, se articula de formas diversas - ou ao menos se aproximam - dessas (espécies) de mobilizações populares, e os atores não são tão diferentes. (...) nós tivemos então na década de setenta, oitenta, junto com o movimento sindical e o movimento operário essa intensa mobilização desses grupos sócio-culturais que se manifestavam pela exigência dos direitos.

O outro aspecto que deve ser retomado no que chamo pedagogia dos movimentos sociais, nesse modo como os movimentos sociais instituíram a educação social, foi a recuperação da dimensão do sujeito, e aí (...) precisamos falar de Paulo Freire, porque foi quem conseguiu mostrar, evidenciar, com tanta propriedade, o quê é que diferencia a educação social de qualquer outro projeto educativo. Até porque não precisaríamos chamar social uma vez que toda educação é consequentemente social. Mas o que diferencia educadores

sociais de outros educadores e o que diferencia a educação social de outros processos educativos formais, é que ela traz para o fazer educativo o sujeito de formação. Eles [os movimentos] nos lembram os sujeitos em movimento, sujeitos em ação coletiva. Eles falam mais dos sujeitos do que dos programas, das organizações. São os novos e velhos atores em cena... É um perfil diverso, porque são trabalhadores, camponeses, mulheres, negros, povos indígenas, jovens, sem teto, sem creche... Sujeitos coletivos históricos que se mexem, que incomodam e que resistem.

Essa é a radicalidade dos movimentos sociais e essa deve ser concebida ainda por nós como a radicalidade da educação social. Os movimentos sociais tomam como modo de partida as carências existenciais no limite e colocam os processos de luta e reivindicação nessas tensões e nesses limites. Paulo Freire já destacava que era importante ter que desviar o foco do método, desviar o foco da instituição, desviar o foco do objeto e focalizar o sujeito. A criança e o adolescente pensados pelos movimentos sociais que emergiram na década de oitenta, não são desta ou daquela instituição, não pertencem a nenhuma instituição, mais são sujeitos que fazem parte de um coletivo, são crianças e adolescentes sujeitos pedagógicos que precisavam ter recuperada a sua humanidade - que foi roubada.

Se a exclusão era concreta, palpável, visível, material, como é que se concretizou até o final dos anos noventa, na prática da educação social, a reação popular a essa exclusão? Bom, um dos aspectos facilmente focalizáveis foi a organização sindical, o movimento operário, que trabalhava sempre com palavras de ordem como apropriação, conquista, organização social. A estratégia era essa, era ocupar, garantir os marcos legais e instituir-se na pauta política. Esse foi o papel dos movimentos, também dos movimentos sociais, até a década de noventa: garantir os marcos legais instituir a luta política. (...) Nós agimos como escolas de formação, nossas instituições, nossos programas, projetos, ONGs e movimentos agiram como escolas de formação de liderança, de formação política e diversas categorias de trabalhadores. Os movimentos sociais tiveram papel pedagógico também porque contribuiu para educar as camadas populares, nem sempre tocadas pela mobilização operária.

Como é que se configura hoje a exclusão social e qual seria então o papel da educação social mediante a nova configuração que se coloca hoje pelo capitalismo neoliberal? Bom, o que é que nós temos como bons exemplos para imaginar que era a luta da classe trabalhadora, dos movimentos sociais? Vamos pensar em termos de direito à educação, e hoje nós temos a massificação do ensino. Se nós pensarmos em termos de direitos trabalhistas, nós os temos

Qual seria então a resposta dos movimentos sociais a esse novo mapeamento feito pelo capitalismo neoliberal?

garantidos, porém o capitalismo neoliberal nos responde com a flexibilização do trabalho, com desemprego, com subemprego, com emprego informal. Qual seria então a resposta dos movimentos sociais a esse novo mapeamento feito pelo capitalismo neoliberal?

A exclusão social hoje não está mais no campo matéria, no campo físico. Se nós queremos ter acesso à saúde, o sistema implanta o SUS - Sistema Único de Saúde; se nós queremos ter acesso à educação, o sistema massifica o ensino; se queremos ter garantias trabalhistas, o sistema nos dá garantias trabalhistas, mas nos dá o desemprego. Qual seria então o papel hoje da educação social mediante esse novo formato do capitalismo neoliberal? A exclusão hoje não está mais no campo do material, mais no campo do simbólico. Hoje o capitalismo neoliberal de fato nos deu tudo, nos permitiu tudo, ao mesmo tempo não nos deu nada e não nos permite nada - tornou-se fluido, tornou-se capilar, nós já não conseguimos percebê-lo. Hoje [o capitalismo] não produz oportunidades, mas produz mais diferença, mais exclusão e mais marginalização.

A potencial discussão do capitalismo hoje é a mudança da exploração para a exclusão e a complexa e diferenciada distribuição dos ônus e dos serviços para diferentes grupos sociais. Temos como exemplo o que nós ouvimos ontem na fala do Roseno. Nessa nova crise do capitalismo econômico, os ônus são para todos nós, os bens para alguns. Bom, como é que isto se manifesta hoje nos movimentos sociais e qual seria o papel do educador social? A educação social deve retomar a sua radicalidade, a radicalidade que os movimentos sociais da década de setenta, oitenta, noventa, fizeram, garantiram, em torno das carências existenciais mais básicas.

Convém destacar que se o capitalismo neoliberal se alimenta da discriminação, da exclusão. Os movimentos sociais se alimentam das velhas e tradicionais questões humanas que ainda não foram respondidas, das velhas lutas que ainda estão na pauta do dia (...). O nosso trabalho como movimento social hoje é pensar que a igualdade de oportunidades não é necessariamente, por exemplo, de acesso à escola ou de acesso à saúde; não é necessariamente a igualdade das condições de acesso ao mercado de trabalho ou de acesso aos bens e aos serviços. O objeto das mobilizações dos movimentos sociais hoje (...) devem estar mais dirigidos para fora, para os governos, para as políticas públicas, para os modelos econômicos e sociais. Os movimentos sociais devem continuar gerando um saber ser e um saber para fora dos movimentos sociais.

Os sujeitos que participam do desenvolvimento dos movimentos sociais precisam ser munidos de interpretações e referenciais para compreender o mun-

do de hoje, para compreender o que ocorre hoje, a exclusão que se dá hoje nessa globalidade ou nessa globalização do capitalismo. Precisam ter saberes, valores e estratégias para enfrentar esses novos processos de globalização do capitalismo e de exclusão social. Outro aprendizado que nós, como movimentos sociais, precisamos fazer hoje é a tarefa de pensar que a educação social, a luta operária, ela não finalizou, não acabou. Pelo contrário, ela está imersa na heterogeneidade, na fragmentação das lutas que se colocam hoje, dos pequenos movimentos, os movimentos instáveis, aqueles que começam e que parecem terminar, mas que se recuperam e que retomam, esse é o novo formato do capitalismo neoliberal.

Ele se esconde e aparece... A cada dez anos, a cada cinco anos, uma nova crise. A cada dez anos, a cada cinco anos, novos conflitos são colocados. Esse também é o modo como os movimentos sociais hoje estão se fazendo. Eles se multiplicam, eles aparecem, eles desaparecem, recuperam as forças e fazem o mesmo movimento só que numa lógica inversa, essa talvez seja a nossa grande função hoje como educadores sociais, perceber e dar corpo a essa nova estratégia de organização e mobilização social. Os movimentos sociais de hoje não são efeitos da crise. A cada vez que os estudantes se organizam, no estado, num município ou num país, ou a cada vez que as mulheres, os negros, se organizam e fazem as suas mobilizações, pensamos: - isso aí é efeito da crise. Mas não é efeito da crise, esse é um novo modo de se organizar.

Não são movimentos de contestação, os estudantes secundaristas e universitários não são movimentos de contestação, são movimentos de fato. É uma ação coletiva muito mais complexa, porque ela não se dá no nível do tudo visível, ela se dá no invisível, ela aparece na invisibilidade, toma corpo na invisibilidade e de repente explode. A mobilização coletiva hoje também é uma estrutura que nós podemos considerar fragmentada (...) porque é composta de unidades autônomas. Não conhecemos as lideranças, não sabemos quem são, não sabemos o que fazem, de onde vêm, como nós nos conhecíamos e nos conhecemos nas décadas de setenta, oitenta, noventa... Nós éramos facilmente identificáveis, fácil até demais. Hoje não, as lideranças dos movimentos sociais elas não se mostram, não aparecem e, inclusive, se alternam. Este é outro movimento, um outro modo de captar a educação. A mobilização social hoje, ao alternar, faz com que o capitalismo neoliberal não nos perceba como movimento social. Essa alternância, essa invisibilidade, essa capacidade de multiplicar-se, de estar em todos os lugares, de formar redes de conexões... É isso que faz hoje o movimento social.

Hoje o nosso papel de educadores sociais deveria ser captar, dar forma, dar



Deise Benedito⁸

corpo e garantir que esses movimentos sociais se mantenham mediante o capitalismo excludente. Por intermédio de estratégias mais capilares, esses movimentos fazem esse caminho do capitalismo neoliberal. Aí nós temos alguns exemplos: o Fórum Social Mundial, a Via Campesina, a organização dos movimentos sociais, o Movimento Estudantil. Nós temos uma série de exemplos no Brasil e fora do Brasil - como o Greenpeace - de grupos sócio-culturais que ao manifestarem-se manifestam também os mecanismos excludentes pelos quais eles estão submersos. Quais os desafios? Recuperar essa concepção mais alargada de educação social como formação e como humanização.

Eu tenho impressão de que nos últimos dez anos nós fomos engolidos, nós temos sido sistematicamente engolidos pela institucionalização ou pela institucionalidade dos movimentos sociais, ou pela própria dinâmica capitalista que nos institucionaliza e nos reduz a uma homogeneidade. Acho que nosso papel (...) é desenvolver e reconhecer a multiplicidade de estratégias de politização do social, ainda que as ações coletivas dêem visibilidade às contradições da própria educação social - o que provavelmente ocorre pelo fato de nossa prática educativa também estar mergulhada no seio dessa sociedade capitalista. É preciso que nós reconheçamos que o social deve manter-se constantemente politizado, nós não podemos retornar ao mero assistencialismo que prevaleceu até a década de sessenta no Brasil.

O terceiro e último aspecto: no momento em que nós estamos assistindo a essa profusão de novas identidades sócio-culturais, nas décadas de 80 e 90, no meu ponto de vista, nós educadores sociais deveríamos recuperar, trazer para nós mesmos uma identidade coletiva - construir no seio da própria educação social a nossa identidade coletiva como educadores sociais. A nossa própria ação deveria ser também objeto de reflexão e de luta.

Olhares do Movimento de Mulheres e Movimento Negro

Para mim, falar sobre o olhar do movimento negro e do movimento de mulheres exige adentrar a história e para falar de história, falar sobre a história da escravidão negra no Brasil, eu não posso deixar de falar dos povos indígenas.

Eu não posso deixar de dizer o que foi para esses povos indígenas o extermínio sistemático contra toda essa população - e aí vemos o que foi feito das mulheres indígenas também.

Quando falamos do movimento de mulheres, do combate à violência contra a mulher, não podemos esquecer do que foi feito com as mulheres indígenas. As primeiras mulheres nesse continente a defrontar com toda a violência do colonizador. (...) Hoje infelizmente os nossos povos indígenas foram relegados praticamente à exclusão total, ao genocídio. Então, eu jamais poderia deixar de referendar esses povos indígenas que nos acolheram, principalmente aos povos africanos aqui no Brasil, em qualquer apresentação que eu faça.

Ao falarmos do povo africano não podemos esquecer também de onde vieram os nossos ancestrais, em que condições nós vivíamos na África. Neste percurso, passamos por aquele fenômeno terrível que foi a escravidão, a humilhação das pessoas, a desconstrução da identidade da pessoa humana.



Esse processo da escravidão foi que desumanizou mais de cinco milhões de pessoas durante trezentos anos... A longa jornada: sair de seu continente e vir parar em qualquer outro continente em que você seria submetido à sua não existência como pessoa. Quem eram aquelas pessoas que foram capturadas e que vieram para o Brasil? Jovens e crianças. Porque na época da escravidão o interesse do desenvolvimento, principalmente na cidade de Pernambuco que foi a que mais produziu cana-de-açúcar, usava mão-de-obra de jovens na faixa de oito a quinze, dezoito, vinte anos e a média de vida dessas pessoas não chegava aos trinta anos.

E as mulheres? Claro que eles também trouxeram as mulheres negras, jovens mulheres negras, para procriar, para trabalhar, para manter esse ciclo produtivo, que também desumanizava essas mulheres. Porém elas se organizaram. Isto pode ser observado já no momento em que essas mulheres eram capturadas no continente africano. Quem assistiu ao filme Amistad se lembra das cenas que iluminadamente Spielberg conseguiu levar ao ar: cenas de mulheres se jogando daquele navio, mulheres que não queriam se submeter à escravidão, mulheres que não admitiam de forma alguma serem violentadas na sua essência como pessoa humana.

(...) eu sempre tenho o hábito de dizer que um dos primeiros movimentos sociais desse Brasil foi a criação do Quilombo dos Palmares, porque Palmares conseguiu agregar negros, índios e brancos que se rebelaram contra o processo da escravidão naquela época, isso tudo em 1600. (...) a primeira eleição direta a rei, nesse país, saiu direto de Palmares, com participação popular. (...) lembrando que Zumbi dos Palmares era jovem, ele era muito jovem. Quando ele foi criança, quando foi recapturado por padres, estudou, se formou, aprendeu e devolveu para o Quilombo tudo aquilo que aprendeu. Quer dizer, a educação, o conhecimento, é que faz com que as pessoas possam mudar as suas vidas e de milhares de pessoas.

(...) no Brasil nós tivemos a Lei do Ventre Livre, que obrigava as crianças a ficar trabalhando até os vinte e um anos. Você é livre, mas você vai se manter aonde? Então se mantinha ainda dentro da fazenda do senhor de escravos e lá continuava trabalhando. Na história do Brasil, nunca foi feito um programa de assistência à criança e ao adolescente de fato. A grande mudança que nós temos, graças ao movimento social, é o Estatuto da Criança e do Adolescente, que re-estabelece a dignidade da criança e do adolescente nesse país. E isto foi pós-abolição, quer dizer, o que sobra para as mulheres negras? Cuidar dos filhos, não de seus filhos, mas serem empregadas domésticas, babás e passadeiras. Após a abolição, nenhuma política pública voltada para as mu-

Iheres, para os ex-escravos, para os povos indígenas foi garantida: vocês estão todos livres, mas sem terra, sem onde morar, sem o acesso à educação - escravos, ex-escravos e libertos eram proibidos de frequentar a escola.

Neste contexto, apresentamos algumas referências sobre as origens da ideologia racista no Brasil:

- » Nina Rodrigues, seguidor de Cesare Lombroso, foi o primeiro grande cientista brasileiro a incorporar as teses racistas modernas (1862-1906).
- » Em 1888, ano da abolição, escreveu: “A igualdade é falsa, a igualdade só existe nas mãos dos juristas”.
- » Em 1894, publicou um ensaio sobre a relação entre as raças humanas e o Código Penal, defendendo a tese de que deveriam existir códigos penais diferentes para raças diferentes: no Brasil, por exemplo, o estatuto jurídico do negro devia ser o mesmo de uma criança.
- » Em 1899, Nina Rodrigues publicou *Mestiçagem, Degenerescência e Crime*, procurando provar suas teses sobre a degenerescência e tendências ao crime dos negros e mestiços; em 1890, *Os Africanos no Brasil*, coletânea de textos publicada postumamente.

Perseguição e preconceito nas trilhas de construção da discriminação e do racismo:

- » Na década de 1930, Getúlio Vargas tomou o poder e o manteve durante os próximos 20 anos.
- » No período, quis construir uma nova identidade e uma nova face para o Brasil, baseada na modernidade, na indústria, e no “trabalho duro e sério”. Vargas compreendeu que a capoeira poderia fazer parte do novo “rosto” deste novo Brasil (de 1930).
- » Assim, Vargas permitiu a prática de uma (nova) capoeira, a ser praticada apenas em “locais fechados” (não mais nas ruas e praças) e com alvará da polícia. É o começo da “era das academias”, que dura até os dias de hoje.

Como é que se dá a organização do movimento Negro no Brasil? Em dezembro de 1937 Abdias do Nascimento foi preso juntamente com um grupo de estudantes universitários, quando distribuíam panfletos denunciando a ditadura Vargas e o imperialismo norte-americano, foi condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional e mantido na penitenciária do Rio de Janeiro até o ano seguinte. (...) também nos anos de 1930 surge a Frente Negra Brasileira, em São Paulo. Um dos objetivos que esses negros tinham era de garantir a escola e a educação, por conta de seus

próprios filhos. As crianças eram educadas por algumas mulheres que sabiam ler e escrever e que tinham essa preocupação: educar, alfabetizar jovens e crianças, para ter uma condição melhor no mercado de trabalho.

Com o apoio do Abdias do Nascimento foi instalado, em 1948, o primeiro Conselho Nacional de Mulheres Negras. Qual era o objetivo desse Conselho de Mulheres Negras? As mulheres negras queriam ter dignidade no seu trabalho como empregada doméstica. Porque no pós-abolição muitas mulheres que tiveram oportunidade de ter uma casa para trabalhar eram relegadas a apenas um quarto, com uma cama e uma jarra de água. Se vocês observarem, (...) ainda hoje os “quartos de empregada” não têm janela, quer dizer, a idéia de empregada doméstica ainda é continuar renegando-as a não existência. Ela tem hora para entrar e não tem hora pra sair. Ela dá de comer a todos e é a última a se alimentar e ainda não é reconhecida como uma trabalhadora, como uma administradora do lar, e muitas vezes, quando é jovem, ainda é obrigada a manter relações sexuais com os filhos ou com o patrão para garantir o seu trabalho.

(...) quando falamos da organização do movimento, não podemos esquecer da grande importância que teve mais uma vez uma mulher. Nós temos nossas mulheres importantes no Brasil: Dandara, Luiza Mahim, Carolina de Jesus. Nós também tivemos nos Estados Unidos uma mulher que lutou contra discriminação, que é Rosa Parks, a mulher que se recusou a ceder o seu lugar, na época dos anos quarenta, para uma mulher branca sentar. A partir daí ela foi presa, foi humilhada e aí, nos Estados Unidos, nos anos quarenta, cinquenta, se instala uma grande movimentação no que se refere aos direitos civis. Não que aqui no Brasil não tivesse acontecendo nada, estava acontecendo sim. Lá, nos Estados Unidos, tivemos os grandes ícones da luta pelos direitos civis, o direito dos negros votarem, o direito dos negros ingressarem numa escola. Entre eles estava o Malcolm X, que tinha uma visão mais radical, mais dura; mas tínhamos Luther King, que tinha um sonho, acreditava que brancos e negros podiam viver em harmonia dentro de uma sociedade. A partir daí vem uma grande luta pelas ações afirmativas no Brasil e no mundo.

O Movimento Negro Unificado, que nasceu em 1978, celebrava a diferença no seu discurso – o orgulho negro. Esta passa a ser a nova postura do movimento negro brasileiro, em sintonia com o movimento negro internacional que se intitulava Black Power, sobretudo no que se refere ao movimento pela defesa da independência na África Portuguesa, pelo fim do Apartheid, na África do Sul e, especialmente, a partir das políticas de ação afirmativa nos Estados Unidos.

(...) sobre os movimentos sociais no Brasil, nós podemos dizer que tivemos Palmares; as insurreições na Bahia, no Maranhão, no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte... Nós podemos dizer o que foi canudos no início da república desse país, uma das

melhores e mais fortes manifestações que o movimento social fez no Brasil. Se nós formos retomar a história do povo brasileiro, temos uma herança muito forte de mobilização social, de lutas por direitos e garantias das nossas conquistas.

Ao longo dos anos, nós do Movimento Negro estamos exigindo algumas coisas, entre elas:

- » o reconhecimento do racismo e a discriminação como elementos estruturantes das desigualdades raciais e sociais; e
- » após a Conferência Mundial Contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, a necessidade da prática de ações afirmativas, devidas ao grande índice de desigualdade entre negros e brancos no nosso país.

Ações afirmativas são medidas especiais e temporárias, tomadas ou determinadas pelo estado, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como de compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros. Portanto, as ações afirmativas visam combater os efeitos acumulados em virtude das discriminações ocorridas no passado. (GTI, 1997; Santos, 1999; Santos, 2002).

Ciente disso, o governo federal instituiu o ensino da História da África e da população negra nas escolas públicas. Uma das primeiras medidas do atual governo foi a aprovação da Lei 10.639, de nove de janeiro de 2003, alterando a Lei das Diretrizes Básicas da Educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira e da África.

E o que nós mulheres negras exigimos, diante de todo esse cenário?

- » Exigimos do Estado brasileiro a incorporação das dimensões de gênero e raça nas políticas públicas, desde o planejamento, implementação e avaliação, com definição de indicadores que possam evidenciar a diminuição das desigualdades raciais. Possibilitando, com isto, a criação de mecanismos de monitoramento com a participação das mulheres negras, incluindo indicadores técnico-científicos.
- » Que o Estado garanta o princípio constitucional da equidade, promovendo para isso ações específicas e de caráter afirmativo voltadas para as mulheres negras. Neste sentido, recomenda-se a aprovação do Projeto de Lei nº6.



418/2007, pela atual redação da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, em que está incluso o crime de discriminação racial com aumento de pena pela discriminação sexista às mulheres negras.

- » Exigimos o combate à Intolerância Religiosa; e por fim
- » a implementação imediata de políticas públicas de ação afirmativa para as mulheres negras, como medida de reparação social, econômica e cultural, que garantam sua plena participação em igualdade de condições nas esferas políticas, econômicas, sociais e culturais.

Na última quarta-feira, o professor Dr. Marcelo Paixão, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, lançou junto com o departamento de pesquisa da UFRJ, o relatório das estatísticas raciais de 2008. O estudo aponta que entre 2002 e 2006 houve um aumento do contingente de pessoas que se declararam pretas e pardas, nas universidades brasileiras. Para nós do movimento negro isso é um avanço fantástico (...) todos nós sabemos que a grande maioria tem dificuldade de se assumir como negro, até porque ser negro está religado à feiúra, à mera desvalorização. Geralmente nós somos tratados de forma muito perversa pelos meios de comunicação, quem assistiu Tropa de Elite, quem assistiu Carandiru, quem assistiu Parada 174, pôde observar isto. Parece que os grandes gênios do cinema brasileiro, os grandes diretores, só conseguem nos ver como os jovens envolvidos no narcotráfico, os jovens envolvidos com pistola AK... Mostrando que a favela, que a comunidade, que as invasões só têm delinqüente, eles não conseguem ter a sensibilidade, essa classe média hipócrita do cinema brasileiro não consegue assumir a sua responsabilidade.

É tão difícil estes cineastas pegarem a história do jovem sobrevivente da candelária, que hoje mora na Suécia, é professor, é doutor? É difícil fazer um filme assim? É difícil filmar, re-filmar, a história de Carolina de Jesus, que sobreviveu do lixo? É difícil o cinema brasileiro ter a consciência da responsabilidade social que ele deve ter, no que diz respeito a deseducar o povo em relação aos estereótipos das pessoas. Nós não somos só isso, nós somos muito mais do que isso, nós somos um símbolo de resistência nas nossas comunidades. Esse é o grande desafio, enfrentar esses cineastas que não vêm para um debate qualificado como



⁹ Liderança dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

esse. Porque o dia que eles tiverem que qualificar o cinema, eles vão ter que pensar muito. Os negros continuam sendo as maiores vítimas da violência no país. A situação chegou a piorar entre 1999 e 2005, neste período, o peso relativo de pretos ou pardos na população que morreu assassinada cresceu de 46% para 60%.

O referido relatório também aponta uma diminuição nas desigualdades entre os rendimentos entre mulheres brancas e negras, que caiu de 107,8% para 91,9% e quando analisados dados de ambos os sexos, a assimetria entre os rendimentos médios mensais de brancos e negros caiu de 113,9% para 93,3% entre 1995 e 2006. Houve no mesmo período um aumento de 31,4% de negros e pardos matriculados em universidades públicas e de 124,5% em instituições privadas.

No mesmo período, o número de brancos em universidades públicas cresceu 17,4%, também em faculdades particulares.

Nós temos uma responsabilidade muito grande como educadores sociais: quebrar a forma dessa educação formal, essa educação que não nos permite levar para sala de aula outros métodos, outras formas de ensinar. E nós que vivemos na sociedade, que vivemos nas comunidades, nós que somos ativistas de direitos humanos, que somos ativistas do movimento social, nós sabemos qual é a melhor linguagem, como dizia Roberto Freire, partindo daquilo que somos. Temos o grande desafio de lutarmos para criarmos uma nova fórmula. O educador social ajuda o povo a pensar, a pensar diferente, a fazer crítica e também a propor alternativas. Todos vocês que estão aqui, que são educadores sociais, sabem da responsabilidade. Porque nós somos uma referência para as pessoas - e essa referência é a responsabilidade que nós temos, a responsabilidade de mudar.

Jaime Amorim⁹

Olhares do Movimento dos Trabalhadores Rurais

A aula da companheira Deise nos remete efetivamente a pensar sempre a idéia de que o homem e a mulher quando não têm raiz fincada, tem grandes possibilidades de serem aniquilados no seu processo de luta de sobrevivência. Nós, por exemplo, trabalhamos a idéia de que uma comunidade camponesa, para ela ter certeza de que está fincando raiz, tem que ter, além de local

de moradia, da agrovila, a escola e o cemitério, que é a onde a gente demarca essa relação entre os nossos antepassados, o nosso presente e o futuro que nós queremos construir.

Isso faz parte da luta camponesa, da luta indígena, das lutas dos negros no país. Bom, nós vamos trabalhar o nosso tema, dividindo-o em quatro momentos, abordando a questão da educação no Movimento sem Terra e da educação do campo, tentando fazer uma relação entre essas duas questões. Mas, é claro, como Movimento sem Terra, eu vou tentar extrair daí a experiência do Movimento para que possamos, quem sabe, contribuir com o tema e com o encontro de vocês.

O primeiro momento, então, é a luta pelo direito à escola. Podemos até dar continuidade a história que Deise veio contando, a história continua porque há uma relação muito forte entre a luta indígena, negra, camponesa, quer dizer, somos um povo com raízes e com identidade, e lutamos. A nossa resistência é pela nossa própria sobrevivência. Até 1964, com a ditadura militar, a luta camponesa na educação era pelo direito a aprender a ler e escrever - podemos dizer diretamente, era a luta pela alfabetização. (...) Vindos para as periferias das cidades - vamos trabalhar o modelo de industrialização - fomos submetidos aos serviços mais pesados das metalúrgicas e da construção civil do país, mas culturalmente continuamos sendo camponeses. Muitos de nós, apesar de todo esse processo de trituração cultural, mantemos nas periferias da cidade ou nas cidades alguma identidade camponesa. Muitos ainda mantêm o sonho de um dia voltar a trabalhar na roça ou viver na roça. É claro que as elites brasileiras, os intelectuais brasileiros, contavam que esse processo seria mais fácil, de que apenas uma geração era suficiente de desconstruir culturalmente um camponês.

Felizmente passaram-se gerações e muitos descendentes de ex-camponeses continuam ainda culturalmente se identificando com o campo. Nesse processo de desconstrução milhares de famílias saíram da roça, do campo e foram para cidade. Basicamente houve uma inversão, no início da década de sessenta nós tínhamos em torno de 80% da população ainda vivendo no meio rural, vinte anos depois esse número já era completamente inverso (...) De qualquer forma nós ainda somos, em tese, vinte por cento da população. Somos mais de trinta milhões de camponeses vivendo hoje da agricultura no país. O que isso significa? Que mesmo com todo o processo da ditadura militar a luta camponesa ressurgiu no final da década de setenta. É claro que existe aí todo um processo de construção que não vamos relatar, porque vamos ficar mais no campo da educação.

Do ressurgimento do processo da luta pela terra e da luta pela reforma agrária no país, em 1979 surgem os primeiros acampamentos da luta pela terra no Brasil... De 1979 a 1986 nós temos o primeiro momento do processo de discussão da educação no campo, a educação nos acampamentos, a educação nos assentamentos, que é o direito a ter escola. O primeiro momento é: nós precisamos garantir escolas para quem está nos acampamentos e depois escola nos assentamentos. Pensando nesse direito das pessoas poderem virar cidadãos, aprender a ler e escrever, as crianças poderem ter direito a uma escola. Só que o tempo passa e outras questões, outros desafios vão surgindo na luta pela reforma agrária. Em 1985, depois do primeiro congresso do Movimento (...) nós passamos a discutir: já que temos escola, na maioria dos assentamentos (...) que escola queremos? E aí é que entra todo um debate, todo um processo de fortalecimento.

Primeiro nós fomos definindo princípios filosóficos e princípios pedagógicos para a educação do Movimento sem Terra - alguns princípios que são importantes para nós entendermos como as pessoas vão surgindo, os desafios que vão surgindo... Os movimentos sociais vão dando resposta e vão produzindo novos conhecimentos a partir desse momento - e isto foi o que orientou todo o processo, toda a nossa caminhada na construção da educação do Movimento sem Terra e, depois, da educação do campo para todas as organizações camponesas no Brasil.

Como princípio pedagógico ou como princípio filosófico primeiro, a educação tem que ser uma educação transformadora, a educação tem que ser emancipadora, ela não pode ser qualquer educação, ela tem que resolver o problema criado pelo modelo de industrialização, pelo capitalismo que desconstruiu culturalmente os camponeses. Então a educação vai ter agora que resolver essa problemática, vai ter que recuperar a história e reconstruir culturalmente os camponeses, para que a partir dessa prática da escola, da prática da vivência nas comunidades, nós possamos fortalecer a identidade camponesa - e aí já temos uma questão bastante cultural, quer dizer: o camponês passar a construir sua própria identidade, passar, do ponto de vista popular, de ter vergonha de ser camponês a se reafirmar como camponês, como homem camponês, como mulher camponesa, como jovem camponês.

A escola, ela tem que cumprir esse papel, que é o papel de classe, o papel de emancipação (...) Tudo que o modelo anterior desconstruiu, agora a educação tem que cumprir o papel de reconstruir. Portanto, a educação tem que cumprir um papel de classe, tem que estar a serviço desse projeto que vamos construindo, o projeto de reforma agrária, mas também o projeto da classe



trabalhadora mais ampla... temos que construir os novos cidadãos, as pessoas e os militantes que vão conduzir o processo da luta de classe.

Filosoficamente, também esta educação construída e em construção no movimento tem que resolver o problema de preparar a comunidade, de preparar os camponeses para a ação prática, para a luta dos trabalhadores, no sentido de que os trabalhadores possam se descobrir como explorados e a partir daí pensar ações, pensar projeto de classe, pensar como classe. Em função disso, nós vamos definindo outras questões que são fundamentais nessa idéia da identidade dos camponeses. E

a educação cumpre esse papel - o papel de fortalecer a nossa identidade, de propiciar elementos para a nossa emancipação e para a construção do projeto mais amplo da sociedade.

A educação não pode estar desvinculada do processo organizativo do movimento social. É uma educação vinculada com o projeto da comunidade, com o projeto político da organização a qual as pessoas pertencem. E ainda, essa educação tem que estar construindo novos valores, valores humanistas, valores socialistas. Valores que possam fortalecer a nossa identidade, mas também valores que possam fortalecer esta e futuras gerações na luta pela terra diretamente, na luta pela reforma agrária, que é mais ampla, contra o modelo agrícola imposto e, igualmente, para que possam se inserir na luta por uma nova sociedade.

(...) Os princípios pedagógicos vão conduzindo os educadores e também os educandos, a comunidade da escola nos assentamentos e acampamentos do Movimento sem Terra. Princípios pedagógicos como, por exemplo, o de tomar realidade como condição fundamental para o processo da educação, partir da realidade que os trabalhadores vivem... E nós a partir daí começamos a produzir novos materiais pedagógicos, construir o nosso próprio material para os professores, rejeitando aquela idéia de que os filhos dos camponeses se querem ser gente têm que ir para a cidade. Construímos a partir

daí métodos que buscam fortalecer o projeto camponês e o projeto do Movimento sem Terra. (...) E é claro que somando todas as outras questões que vão fortalecendo esse processo, dando elementos para capacitação e formação dos educadores e, ao mesmo tempo, fazendo o processo de construção da comunidade de educação nos acampamentos e nos assentamentos.

(...) Definidas as questões dos princípios filosóficos, dos princípios pedagógicos da educação, da luta pela reforma agrária, agora nós tínhamos que avançar: formar os nossos próprios profissionais, os agentes que vão reproduzir esse processo. Passamos então a discutir o direito a ter acesso ao conhecimento do ensino secundário e também das universidades. Esse foi ou é uma ponta de lança importante para nós fortalecermos o nosso projeto e ao mesmo tempo fortalecer a luta camponesa. Nisto, fomos descobrindo também que nós podemos produzir conhecimento. É quando os nossos jovens dos assentamentos e acampamentos passam a estudar no ensino médio. Passamos a entender que nós podemos também avançar no processo de produção de conhecimento e iniciamos convênios com diversas escolas, formando gente no ensino médio, no magistério, técnicos agrícolas, técnicos em enfermagem... Nessa idéia de que se nós quisermos avançar, nós temos que nos apropriar do conhecimento produzido na história e que sempre esteve a serviço das elites. E podemos, além de nos apropriar do conhecimento produzido, também produzir conhecimento.

E já no segundo momento [o momento da definição de princípios filosóficos e pedagógicos] Paulo Freire foi para nós um grande inspirador, entre outros é claro. Nesse momento nós tivemos várias inspirações importantes, José Martí, por exemplo, um educador cubano do início do século passado, trabalha a idéia de que a educação tem que cumprir uma tarefa, tem que cumprir um objetivo. Ele trabalhava a idéia que só o conhecimento liberta – bom, durante séculos as elites se aproveitaram do fato de eles deterem o conhecimento para poder explorar a maioria da população, para manter a maioria da população como escravo. José Martí trabalhava a idéia de que ao se apropriar do conhecimento o homem pode está construindo a sua libertação. Quer dizer, a educação que sempre foi usada para escravizar, agora pode ser utilizada para libertar. E se se quiser reconstruir o processo de emancipação e o projeto de libertação é fundamental que as pessoas tenham o acesso, o direito ao conhecimento.

Aqui já não se trata apenas da educação informal, das pessoas terem direito a ler, a escrever, direito a votar e ter identidade, aqui se trata das pessoas poderem ter acesso ao conhecimento, porque o conhecimento é que vai libertar. A

partir daí começamos a produzir parcerias que pudessem nos levar também aos cursos superiores. Hoje nós construímos vários cursos superiores na área da pedagogia em todos os estados, na área do direito, na área da agronomia. Estamos avançando, mesmo com toda a reação das elites hoje estamos aprovando os primeiros cursos de veterinária, enfim, em todos os conhecimentos afins vamos formar os profissionais.

Lênin trabalhava a idéia de que um profissional revolucionário, um profissional do Movimento sem Terra, dos movimentos sociais, tem que ser o melhor. Onde ele estiver, ele tem que ser o melhor. Portanto, não basta apenas o conhecimento político, nós vamos ter também que adquirir o conhecimento técnico, para, a partir daí, fazer as mudanças necessárias na sociedade. Começamos então a construir as nossas escolas de formação em todos os estados, para a partir daí podermos também construir novos desafios nos processos da formação política, da formação técnica dos nossos dirigentes e da nossa militância.

Há uma série de preconceitos não só do ponto de vista dos movimentos urbanos, mas também do ponto de vista da academia e do ponto de vista da sociedade, na idéia dessa identidade, vamos dizer assim, produzida ou imposta aos camponeses. Tem-se sempre a idéia de que um líder camponês é analfabeto, o líder camponês é aquele que tem calo na mão, o líder camponês é aquele que fala errado, enfim... E nós começamos a desconstruir isso. Uma liderança camponesa tem que ter conhecimento, uma liderança tem que ter profunda identidade com a sua gente, com o seu povo, mas acima de tudo ele tem que estar organicamente vinculado a uma organização.

(...) nossos jovens foram para dentro das universidades, para dentro das escolas, elaborar e produzir conhecimento. E esse talvez seja o nosso maior desafio nesse exato momento: garantir primeiro que nenhum camponês nos acampamentos e assentamentos seja analfabeto. Nós produzimos inclusive uma flâmula e essa flâmula é erguida em todos os acampamentos e assentamentos que estão livres do analfabetismo. O segundo desafio é garantir que 100% das crianças estejam estudando, no ensino fundamental e ensino médio; o terceiro é garantir que a grande maioria da juventude possa ingressar no ensino superior e substituir a prática que as prefeituras utilizaram nos últimos anos - substituíram as escolas do campo pelo transporte para levar a juventude a estudar na cidade.

Esse é o processo que nós estamos tentando construir (...). Agora nós estamos num outro período da construção da educação do campo, que são essas experiências do Movimento sem Terra, dos seus princípios pedagógicos e filosóficos, dessa história que fomos construindo e também unificando com outros



¹⁰ Coordenadora do curso de pedagogia da PUC/SP, participante do NTC (Núcleo de Trabalhos Comunitários) e conselheira do Conanda, onde representa a PUC.

conhecimentos que foram surgindo nesse período, como os movimentos dos pequenos agricultores, o movimento sindical, os movimentos das barragens, dos quilombolas, enfim.

(...) contrariando a idéia da elite brasileira, a de que o modelo industrial brasileiro era suficiente para resolver o problema econômico brasileiro, hoje mais do que nunca o campo é necessário, não o agronegócio, mas um novo modelo de desenvolvimento para o campo. Esse modelo adotado pelo governo brasileiro, imposto pelo mercado nacional, não nos serve, porque degrada o meio ambiente, destrói a natureza, destrói e isola o homem e a mulher. E nós vamos ter que construir ou reconstruir comunidades camponesas fortes, onde as pessoas possam viver bem, produzir bem, em uma nova relação entre o homem, o meio ambiente, a terra e a natureza.

A educação tem que nos ajudar a construir esse novo modelo de desenvolvimento para a agricultura e contestar e contrapor, a todo momento, esse modelo do agronegócio imposto a partir de fora. Quais os desafios que nos sobram e que creio que são gerais para todos nós que fizemos ou que fazemos educação do campo, a educação popular ou a educação social? Primeiro, potencializar, tanto do ponto de vista da quantidade quanto da qualidade, aquilo que já fizemos e que é muito, se contarmos todos os movimentos sociais, urbanos e rurais, que existem no Brasil. Potencializar o que nós já fizemos e dar condições ou nos capacitar para poder ampliar isso que já fizemos – penso que podemos dizer que temos capacidade de realizar muito mais, na medida em que tivermos as condições, na medida em que tivermos apoio nós poderemos fazer muito mais educação social, educação popular no Brasil do que já fizemos.

No mesmo sentido, o segundo desafio é lutar por políticas públicas para educação social, popular. Mas o desafio aí é buscar meios, formas para que não haja um processo de cooptação e não nos sintamos um anexo do estado, para que a gente possa construir isso como forma de emancipação do povo, vinculado a um projeto social, vinculado a um projeto político de contestação. E por último, o terceiro desafio é o de que possamos construir cada vez mais unidades entre todos aqueles que fazem a educação não formal, ou mesmo a educação formal vinculada a movimentos sociais do Brasil.

Os desafios da formação continuada e do fortalecimento da rede nacional de educação social

Stela Graciani¹⁰

Olhares do Movimento da Infância e adolescência

Paulo Freire (...) disse: - “Nós educadores somos como os profetas”. Os profetas, como nós sabemos, é aquele que analisa o caos e projeta a utopia. E ele sempre que falava isso, colocava a mão para cima, dando-nos a entender que para conseguir uma utopia, há tempo, há lutas, há muita coisa... É um processo árduo, de conquistas pequenas... para que a gente acalente esse sonho e realize. E no momento que a gente chegar nesse topo, outras utopias se abrirão. Portanto, toda a nossa trajetória de educador é feita nesse sentido.

Como ele gostava de conversar e falar, eu perguntei: - “Mas então, como é ser um profeta mestre?” - É ser um ser radical, porque o radical vai à raiz dos problemas e não nos seus efeitos. Tem que ser um ser radical e histórico, porque está situado no tempo e no espaço e, acima de tudo, situado no seu tempo. E, sobretudo, encantado com a existência humana. É por isso que eu acredito que o nosso encontro de educadores profetas é um movimento popular de educadores sociais. Um espaço de aprendizagem, uma cultura política, um processo transformador e de mudança social.

Na paisagem política dos últimos tempos, no Brasil e no mundo, muitos atores aparecem, no cenário nacional e internacional, como um fenômeno intelectual de intervenção no âmbito da educação social que se propõem a participar de encontros interativos. Isto inspirados por um compromisso original, que articula a diversidade e a heterogeneidade de seres humanos, numa ação comum que se multiplica numa esfera continental, em redes nacionais e internacionais.

Os diferentes campos de atuação se espalham e se articulam, como ramos de plantações de abóboras, construindo uma nova cultura política, com uma visão de quatro eixos fundantes: (...) o sócio-político, econômico, histórico e o cultural. Esta análise interpreta e fecunda a própria visão de educação que acreditamos. Ela é uma visão holística porque vê o ser humano como totalidade: o bio, psíquico, social, sentimental, emocional, etc. Além de tudo é interdisciplinar, porque ela engravida saber e saberes que vão configurando conosco o saber sociológico, saber econômico, saber psicológico, o saber ecológico, o saber do rural, do urbano, e assim sucessivamente. Esse conhecimento é uma

visão heurística de investigação perene constante, que faz de nós verdadeiros xeretas, perguntadores, inventadores de idéias, trocando perspectivas nesse conjunto complexo.

(...) mais uma vez Paulo Freire, ele afirmava: “ninguém educa ninguém” (...) Educa-se em comunhão, só que mediados pelo mundo. Esses educadores sociais se educam, portanto, na prática social, no cotidiano vivencial, como ensinante e aprendente do cotidiano, resgatando idéias e ideais de emancipação e de reinvenção, através de um diálogo franco e verdadeiro onde a poesia humana, com seus sonhos e devaneios que, ao mesmo tempo, faz chorar e faz desalentar, não importa: a poesia (...) é uma linguagem universal que nos faz ficar atentos, saber da linguagem, saber o que está por dentro daquela fala, ou daquela escrita, ou daquela imagem.

Sua meta [a meta do educador social] é, portanto, resgatar o sujeito de direito, é superar os desafios, quase que intransponíveis do conjunto da miserabilidade. Isto, enfrentando a lógica contraditória do capitalismo, com novos valores e iniciativas educacionais inovadoras e criativas, capazes de rever o destino da banalidade naturalizada da violência estrutural.

Nós temos que ter um entendimento profundo, sobre as violências do mundo estrutural, e do mundo conjuntural. Aquelas estruturas que são difíceis de mudar, pela conjuntura onde nós vivemos no nosso cotidiano. Portanto, o esforço coletivo dos educadores sociais se concretiza na possibilidade de obter mudanças e transformações pessoais, sociais e institucionais, contra a mercantilização da vida, na luta pelos princípios e pelos pressupostos da pedagogia social. (...) nós temos que nos empoderar desta pedagogia, dos seus princípios, seus pressupostos, seus paradigmas.

Todos nós que somos membros dela, da educação social, como educadores, temos que ter uma vontade, uma perseverança muito grande de ser, de construir, de edificar, de arquitetar projetos político-pedagógicos. Projetos, porque a gente se lança para frente; políticos, porque a gente decide em conjunto na democracia participativa; e pedagógicos, porque utiliza de diferentes atividades concretas: pedagógicas, educacionais, metodológicas, lúdicas, acima de tudo - a poesia, a literatura, a dança, o folclore, as tradições, tem que fazer parte do nosso cotidiano.

Este projeto político-pedagógico [tecido na experiência da educação social] tem sido uma grande novidade educacional no Brasil, na América do Sul e talvez na Europa (...) Nós precisamos ser aprendentes e ser ensinantes também da escola. Se ela fizesse esse projeto pedagógico como nós estamos fazendo,

“Nós temos que participar e partilhar das agendas nacionais e internacionais deste mundo”.

talvez suas mudanças fossem diferentes. Porque elas [as mudanças] solidificam a esperança, as nossas convicções, as energias e as responsabilidades sociais das conquistas sonhadas, de um mundo mais justo, mais fraterno e mais igualitário.

Essa proposta de trabalho social, portanto, recupera o sentido e o significado do verdadeiro cooperativismo, do associativismo. Talvez o companheiro do Movimento sem Terra possa falar com muito mais propriedade, em relação a esse sentido que utiliza uma concepção colaborativa. Nós colaboramos uns com os outros. Apesar das diferenças, dos conflitos, somos mediadores de conflito, somos gerenciadores de crise, usamos a justiça restaurativa, para administrar os conflitos que existem entre nós nas tarefas cotidianas da solidariedade, de manter os sistemas de direitos coletivos, com caráter redistributivo - isso também é uma característica abundante.

Em contraponto a que? (...) O egoísmo, o individualismo e a competição. Portanto, estamos vivendo - na minha avaliação já estamos começando a viver - a revolução cultural, que paulatinamente vem se instaurando dentro da nova lógica social, no coração dos envolvidos, com essa nova perspectiva autêntica. Porque eu falo coração? Porque nós somos coração, nós somos afeto, somos amorosidade. Nós somos afetivos, nós gostamos de trocar os beijos, os abraços, os encantos que a vida nos proporcionou - e isso é uma característica importante do educador social.

(...) nós estamos alicerçando rochas grandes, numa grande obra de construção coletiva. Educando-se nas relações recíprocas e ensinando a empreender projetos coletivos voltados a emancipação cidadã, quando os direitos humanos se tornam plurais, se transformam em bem comuns, para toda uma comunidade. Garante acesso a terra, à água, à saúde, ao saneamento básico, a educação de qualidade, ao trabalho, a vida digna, (...) possibilitando um viver mais feliz. São formas interativas e alternativas da existência humana. Ou seja, uma democracia direta e participativa, onde o conceito e a concepção de liberdade dos seres humanos se transformam em ações concretas e efetivas, além de estimulantes e edificadoras.

Nós estamos sempre prestes a dizer: há possibilidades. Temos possibilidades de construir um novo mundo. Não vamos perder as esperanças. Quando um fraqueja, o outro levanta, o outro dá a mão. Portanto, na nossa subjetividade, o que está presente? O prazer de descobrir, o prazer de inventar, de identificar aspectos da vida que enobrece e extingue o embrutecimento que o capitalismo exige de todos nós.

Isto, portanto, na nossa avaliação, implica uma nova agenda que nós temos que construir. Já se falava: -“Nós temos que participar e partilhar das agendas nacionais e internacionais deste mundo”. (...) Esse novo projeto político-pedagógico exige uma forma renovadora de coordenação e de liderança, entre todos os envolvidos do movimento popular; outras concepções metodológicas e diferentes estratégias como instrumentos e ferramentas do processo educativo, formador de uma massa crítica, para evoluir de um sonho para uma proposta viável, estruturada.

Tal perspectiva nos encaminha para uma grande rede de aprendizagem. Uma rede não hierarquizada, não com códigos herméticos, mas com códigos abertos e flexíveis com a participação e a gestão compartilhada, democrática e participativa. E, acima de tudo - ontem os meios de comunicação foram lembrados como um dos princípios fundantes da nossa prática educativa -, nesta nova engrenagem, a comunicação precisa ser ampla e interativa, além de informatizada. Essa estratégia política pressupõe a presença contínua no debate da reflexão local, regional, nacional e internacional para concretizar as mediações aprendidas ao longo da estrada - discutida entrecruzada nos diferentes “cantos” da nossa pátria amada.

Por esta razão, encontros de reflexão como esse visualizam e concretizam a prática social, na presença coloquial e intermitente em conferências, fóruns, conselhos, universidades e comunidades. E isso tem que se traduzir num imperativo constante, para fortalecer a luta e a labuta de cada dia. Thiago de Melo disse: “O caminho não está pronto, ele vai se constituindo ao caminhar nas suas poesias”. Então essa é a nossa perspectiva. (...) é necessário estimular maneiras novas escutadas e discutidas nos colóquios, gerando e consolidando ações inéditas possíveis. Paulo Freire tinha o inédito possível. O inédito, o novo, sempre é possível. E é isso que nos move no tempo da nossa ação, construindo e partilhando valores, experiências exitosas ou experiências desastrosas, para que a gente aprenda com os dois lados.

(...) Porque o nosso trabalho não é um trabalho episódico, nosso trabalho é um trabalho importante que tem no seu bojo a pesquisa participante. Nós vamos olhando o fenômeno, nós vamos tirando o seu sumo, nós vamos revendo e reinventando essa prática. Mas nós temos que ter uma prática, uma ação diagnóstica da situação que vivemos, aprofundando e fecundando formulações dos dados e das informações.

Por outro lado, precisamos um sistema identificatório. Cada uma das nossas ações, que interagem aqui, teria uma identidade e uma diferenciação, mas

tem princípios comuns. Uma ação que transforma, portanto o escopo desejado dessa rede interativa de formação continuada caracteriza-se por um conjunto estimulador de perspectivas de qualificação permanente. E o que é essa qualificação permanente para mim? É um processo peculiar de valorização criativa e inovativa específicas de cada agente multiplicador, de idéias (e de ideais) criadas e recriadas, vistas e revistas, visitadas e revisitadas do processo histórico de cada uma das experiências que enaltecem e têm consolidado uma prática social (...).

Por esse conjunto de fatores, continuamente sofrendo modificações em suas ações, os educadores sociais serão capazes de associarem novas iniciativas e novas alianças na formação continuada. Porque vão identificar, em primeiro lugar, que indicadores sociais alcançarão o escopo desejado. Em segundo, vão medir o impacto social que suas experiências concretizaram em cada canto, através de trocas culturais e simbólicas, como verdadeiras constelações de organizações e entidades orgânicas que vão se unindo. É este um aspecto que não pode ser esquecido, nós estamos fazendo um trabalho de resistência.

Um trabalho de resistência para mudar, para transformar aquilo que for injustiça, aquilo que for descaso, aquilo que for miserabilidade. Formulando e anunciando políticas novas para aqueles que têm o direito de decidir. O Conselho de Direitos, seja ele municipal, estadual ou nacional, tem que definir concretamente as políticas que nós estamos criando no bojo dos trabalhos da sociedade civil, responsável e consciente dos processos societários. Por isso, nós estamos delineando parâmetros edificadores de uma nova consciência social e cidadã. Como verdadeiros intelectuais orgânicos, como dizia nosso Gramsci, o italiano que disse que todos nós somos intelectuais.

(...) finalmente, para tanto, temos que fortalecer a formação através de redes sociais, que atuem permanentemente com seus pares num território nacional ou internacional... Articulando pessoas, grupos ou instituições, que possuam interesses e causas comuns, de todas as partes do mundo, através de sistemas interativos que possam convergir com essa intervenção competente e conseqüente, criando novas mentalidades, construindo novas identidades, numa cultura política, através da aprendizagem. Como nos disse o poeta do sertão, lá do Ceará, Patativa do Assaré: “pela estrada da vida nós seguimos, cada qual procurando melhorar, tudo aquilo, que vemos e que ouvimos, desejamos, na mente, interpretar, pois todos nós todos na terra possuímos o sagrado direito de pensar.”

Olhares do Movimento de Mulheres e Movimento Negro

Trago os olhares que nós temos como mulheres negras e como militantes do movimento negro. A minha atuação é no Movimento Negro Unificado, uma organização nacional que completou 30 anos de existência, no dia 18 de junho de 2008. A formação continuada faz parte do meu cotidiano. Atuo como formadora de professores/as e coordenadores/as pedagógicos/as e também numa formação contínua na militância.

Tentamos trazer um pouco do aporte teórico, para poder contribuir no lidar com os desafios que enfrentamos em termos de formação continuada dos educadores e educadoras sociais. Para nós, formação continuada lembra muitas vezes processos ditos como reciclagem, treinamento, aperfeiçoamento, capacitação... Que são diferentes concepções e têm práticas distintas.

Podemos dizer que a formação continuada vem ocupando lugar de relevância nos discursos referentes ao campo educacional, tanto quando se trata da elevação da qualidade da educação, como quando se refere à valorização dos profissionais do magistério. No entanto, não existe um consenso quanto a sua conceituação, quanto a sua concepção. Podemos passar, pois, para os outros conceitos.

No caso da reciclagem, o termo é utilizado desde a década de oitenta. No senso comum caracteriza processos de modificação de objetos ou materiais para serem reaproveitados, com outra finalidade. Migrando para a ação de formação, tais processos traduziram-se em cursos rápidos e descontextualizados, palestras e encontros esporádicos que absorviam, de forma superficial, reduzidas abordagens do universo educacional, considerando-se os saberes dos educadores. É esta uma referência reciclagem. No entanto, temos que ter um outro olhar quando se trata de formação continuada dos educadores sociais – o que nós estamos tratando como educação social,

Já o treinamento, até hoje utilizado nos meios educacionais, refere-se à idéia de formar alguém apto para uma tarefa ou atividade. Tal compreensão configurou ações com finalidades mecânicas, materializadas em cursos práticos, de curta duração, para reproduzir os modelos desprovidos de análise crítica. Porém, no caso da educação social, temos que ter em mente processos críticos – tomando estes como dimensões da formação continuada.

No caso do aperfeiçoamento, na verdade nós temos aí a idéia de perfeição - concluir com perfeição. O que na formação continuada de profissionais da educação, área em que eu atuo, aponta para a organização de cursos capazes

de oferecer periódicos estoques de novas informações e noções pedagógicas com o fito de aperfeiçoar conhecimentos adquiridos.

No que diz respeito à capacitação, nós temos feito muita utilização, e isto nos termos do processo formativo também. É este o termo que é mais amplamente utilizado, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras, salvacionistas. Paralelamente à adoção de novos métodos, nós temos cursos de capacitação em que os profissionais da educação são persuadidos e convencidos a aderirem novas formas de ensinar, geralmente apresentadas como mais eficientes, mais eficazes. E esses cursos são pacotes que apontam caminhos. São definidos por faculdades, instituições e trazem conhecimento, competência e habilidade.

Julgamos que a formação continuada tem termos e concepções diferentes, tem propostas diversificadas, mas alguns pontos comuns. A formação continuada tem sido centrada no professor, na professora, formador, formadora e no seu conhecimento. E esse conhecimento é importante para a formação do educador, da educadora social. Porque é a vivência de fato com a educação social. Na verdade, é este o sentido em que a formação continuada vai favorecer o que nós pretendemos.

Geralmente a formação continuada se caracteriza com aulas expositivas, leituras de textos e realização de oficinas. No entanto, há um ponto importante: se ela for apenas trabalhar com textos e oficinas, pode ser que ela não consiga debater os problemas que precisam ser debatidos - no caso da educação social. Então tem processos de formação continuada em que dificilmente se debate sobre os problemas, sobre as dúvidas, as incertezas dos educadores e das educadoras, na perspectiva de buscar coletivamente alternativas para superá-las. Ou mesmo socializar experiências exitosas.

O V ENES está de parabéns, porque traz esse foco [a educação social] e é um processo de formação. Eu entendo que os encontros que nós temos organizado por segmento de atuação, são processos formativos, o V ENES tem essa característica. Ontem os relatos de experiências foram muito interessantes, porque se situam na América Latina e, neste sentido, nos ampliam horizontes sobre como a educação social se dá em vários países do nosso continente.

A formação continuada, termo utilizado por diferentes autores e autoras, tem uma definição. Por formação, entende-se o ato ou efeito de formar, maneira pela qual se constitui uma mentalidade, um caráter ou conhecimento profissional. No caso dos educadores e educadoras sociais, nós precisamos ter um aporte teórico para essa formação contínua. E Menezes chama atenção para

que, na formulação de políticas a partir dessa concepção, o ato não se enfatize apenas no externo da forma, pois que o ato formativo requer uma constante reflexão sobre si mesmo, sob pena de se transformar em meras práticas receitadas e petrificadas.

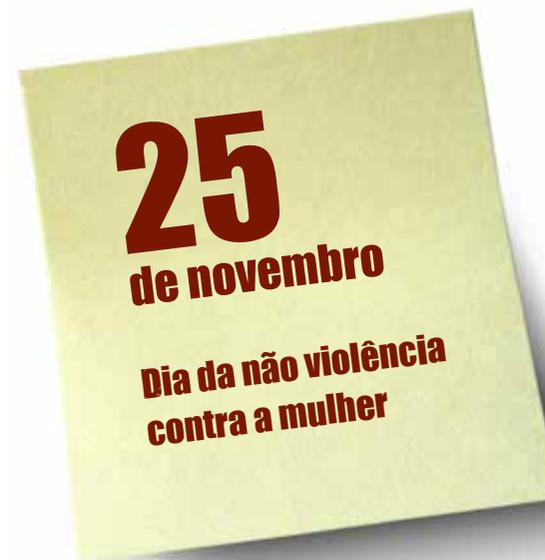
Então ao fazermos uma reflexão sobre a nossa prática, como sujeitos de um processo de educação, podemos caminhar por outra via. A fundamentação da formação continuada, no caso dos profissionais de educação, tem a sua base legal na lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB, 9394/96), que no sentido de atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e características próprias a cada fase do desenvolvimento do educando, diz que a formação dos profissionais da educação terá como fundamentos: a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante capacitação e serviço e aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

E o plano nacional de educação de 2000, que está em revisão - porque na verdade em 2010 teremos que estar com um novo plano pronto - diz que a reflexão das práticas desenvolvidas por todos os profissionais, por todas as profissionais de educação, particularmente do corpo docente e coordenadores e gestores, se dá especificamente com base na lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Existem alguns critérios e ações para as formações - que nós utilizamos no caso da formação de professores e professoras, coordenadores e coordenadoras pedagógicas - que dizem respeito à utilização do tempo de trabalho previsto na jornada diária, semanal ou mensal. Então, na rede municipal de educação, uma rede em que eu atuo, nós conseguimos estabelecer um dia, mensalmente, para o processo formativo junto às coordenações pedagógicas das escolas. Se é contínuo, pelo menos mensalmente você tem que alimentar esse processo - lá na escola que é o lócus da formação.

A formação precisa se dar com planejamento, com avaliação do processo educativo. Se isso vai se dar quinzenalmente, pelo menos mensalmente temos que nos encontrar, para fortalecer esse processo. Temos que pensar no equilíbrio entre conteúdos, no plano do saber sobre, do saber fazer, e do saber ser. É muito importante para a educação social, saber ser educador social, isto é entender com quem trabalhamos, onde estamos atuando.

Na perspectiva acima, a seleção de conteúdos se dá com vista a possibilitar o desenvolvimento das capacidades profissionais, com o uso de metodologias que possam servir de referência para a prática educativa e a tematização e



análise da prática como recurso didático, como procedimento a ser aprendido. Há flexibilidade na seqüência dos conteúdos, considerando os objetivos definidos e as necessidades identificadas no percurso, assim como há a inclusão de práticas e recursos que permitam a ampliação do horizonte cultural e o desenvolvimento dos educadores e educadoras.

No caso da educação social, isso pode ser perfeitamente adequado. Porque nós precisamos ampliar o horizonte com base no conhecimento que temos da prática. Temos já um princípio norteador, que é a tematização e reflexão sobre a prática do educador e da educadora. Tal prática se pauta no desenvolvimento de competências profissionais que privilegiem a socialização do conhecimento didático, aquele conhecimento que nós temos sobre os processos formativos, e a na ampliação do universo cultural dos educadores e educadoras. Também se pauta nos conhecimentos prévios, práticos e teóricos dos educadores, porque quem está em campo é que trás o que precisamos trabalhar, o que precisamos tematizar. Por isso um processo de formação continuada de educadores e educadoras sociais deve ser elaborado coletivamente.

É neste sentido que podemos ter a articulação, teoria e prática, para chegar ao que Paulo Freire trata como práxis (...) ele diz que na formação permanente dos educadores e educadoras, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje, ou de ontem, que se pode melhorar a próxima.

Sobre a organização das mulheres como ação político educativa

Uma vez que o racismo, de forma similar ao sexismo, transforma-se numa parte da estrutura objetiva das relações ideológicas e políticas do capitalismo, a divisão racial e sexual do trabalho pode ser explicada sem apelar para elementos subjetivos, como o preconceito. Na nossa organização, nós fazemos a luta das mulheres negras através da leitura da necessidade do engajamento das mulheres negras nas lutas específicas, em organizações que discutam a questão da mulher negra sistematicamente, como é o caso das organizações negras mistas ou não. O Movimento Negro Unificado, por exemplo, incorpora em seu programa de ação algumas dessas lutas, dessas ações necessárias, como intensificar o trabalho junto às mulheres negras, a fim de fortalecer a consciência negra e a necessidade de lutar contra todas as formas de violência.

O dia 25 de novembro é o dia da não violência contra a mulher. Então nesse mês temos duas datas importantes: uma que diz respeito à consciência negra, 20 de novembro, e outra comprometida com a consciência que temos de lutar contra a violência, todas nós, mulheres negras ou não.

Na nossa organização temos uma ação junto às comunidades, associações de moradores e profissionais, que se faz no modo de oficinas e grupos de reflexão, relacionados aos interesses da mulher negra, dando ênfase à recuperação da auto-estima perdida, exatamente pela violência psicológica. Também trabalhamos na reivindicação e elaboração de programas de saúde, que atentem para as necessidades da mulher negra, em particular - como programas com foco na anemia falciforme, hipertensão arterial e miomatose. Por fim, buscamos promover atividades de atualização teórica, voltadas para militantes negras, a fim de fortalecer a intervenção política dentro e fora do movimento negro. Neste sentido quando convidadas para qualquer evento, nós temos que ter uma formação que dê conta de passar a nossa especificidade.

Compreendemos que temos que ter uma articulação constante. Atuar junto às associações e sindicatos é importante. É neste sentido que em São Luis nós fazemos um trabalho junto às trabalhadoras domésticas, com cursos de formação de lideranças sindicais. Hoje elas reivindicam direitos que antes nem pensavam, e isso é um avanço.

Sobre a questão racial no trabalho educativo com crianças e adolescente

Temos a necessidade de uma política de formação continuada de educadores sociais que trabalham no atendimento de crianças e adolescentes em situação de abandono e de adolescentes em conflito com a lei - ou não. Essa política pode ter como princípio norteador do seu trabalho, a necessidade de entendimento do contexto social vivido pela maioria atendida, ou seja, uma maioria que é negra e que vive essa vulnerabilidade. No processo de formação continuada, esse enfoque não pode estar de lado, ele precisa estar em constante tematização. E, neste sentido, os educadores sociais também necessitam atualizar os seus processos formativos, pautados nessa prática, tomando-a como uma prática social importante e que precisa ter respaldo, inclusive das políticas públicas nacionais.

Afirmando-se isto, nós consideramos que a transversalidade é importante na formação continuada de educadores sociais - como é na área de formação de profissionais da educação formal em que eu atuo. A transversalidade diz respeito à inter-relação de temas para formação de uma consciência e de atitudes. Como os temas da identidade étnico-racial, gênero, violência racial, sexual, e violência doméstica. Nestes processos de formação, também é importante que seja levado em conta a cultura local, regional, porque as crianças com as quais os educadores sócias trabalham estão situadas 'aqui', em contexto envolto numa cultura local. Outra questão importante a ser focada é o uso e abuso de substâncias psico-ativas, porque quem está em vulnerabilidade



social, geralmente é cooptado ou vai para rua exatamente pela necessidade de utilizar tais substâncias.

Em termos de identidade étnico-racial, nós temos algumas definições que são importantes e que foram elaboradas por Adomair, que também é do Movimento Negro Unificado e trabalhou em um projeto de fortalecimento da identidade étnico racial e auto-estima de crianças negras em comunidades remanescentes de quilombos. No entanto, aqui estamos fazendo apenas algumas referências a estas definições, porque o tempo é curto, não dá para falar de tudo que se precisa e que se transversaliza no que diz respeito ao que estamos discutindo aqui.

Quando nos pautamos no Estatuto da Criança e do Adolescente, cujo Art. 5º diz que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade, opressão e que serão punidos na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais, precisamos pensar em processos formativos que dêem conta de tais direitos.

Alguns de nós recebemos uma educação que tem que passar por um reparo, para que tenhamos o necessário preparo para lidar com a convivência com a diversidade e as manifestações de discriminação dela. Isto é, para lidar com o racismo. Isto nos coloca, cotidianamente, desafios à nossa vida profissional. Um teórico que fala disto, e que pode ser utilizado, é o professor Kabengele Munanga, que escreveu Superando o racismo na escola. Tal referência tem que ser levada em conta também no processo formativo dos educadores sociais.

Para trabalhar a auto-estima, nós precisamos considerar um novo componente (que vocês já podem estar estudando e para o qual existe um aporte teórico na América Latina) que é o da Resiliência. O termo vem de voltar atrás, ressaltar. Foi adaptado nas ciências sociais para caracterizar aquelas pessoas que, apesar de nascerem ou viverem em situação de auto-risco, se desenvolveram psicologicamente, sãs e exitosas. O conceito de resiliência nos traz um pouco do que precisa ser pensado nos desafios para a formação - e nessa formação não pode ser esquecida a auto-estima, porque nós temos uma situação de vulnerabilidade que precisamos transformar e nisto ela (a auto-estima) é importante.

Termino, por fim, com uma frase de uma educadora maranhense, Maria Firmina dos Reis, que fundou uma escola mista e gratuita para atender crianças em situação de vulnerabilidade: “a mente, isso sim, ninguém pode escravizar”.



Adelar Pizetta¹²

Olhares do Movimento dos Trabalhadores Rurais

E como não se faz educação social sem poesia, vou iniciar com um fragmento do poeta Mário Benedetti: “Por que cantamos? (e talvez pudéssemos dizer: por que educamos? Por que formamos?) Cantamos porque o rio está soando e quando soa o rio - soa o rio / cantamos porque o cruel não tem nome / embora tenha nome seu destino / cantamos pela infância e porque tudo / e porque algum futuro e porque o povo / cantamos porque os sobreviventes / e nossos mortos querem que cantemos / cantamos porque o grito só não basta / e já não basta o pranto nem a raiva / cantamos porque cremos nessa gente / e porque venceremos a derrota / cantamos porque o sol nos reconhece / e porque o campo cheira a primavera / e porque nesse talo e lá no fruto / cada pergunta tem a sua resposta / cantamos porque chove sobre o sulco / e

¹² Coordenador do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra e coordenador da Escola Nacional Florestan Fernandes.

somos militantes desta vida / e porque não podemos nem queremos / deixar que a canção se torne cinzas”.

Eu vou tentar trazer para nós todos aqui, algumas reflexões. Porque, parece-me, o tema desta manhã, assim como os outros, é de profunda reflexão - dado o momento histórico que nós vivemos, como foi bem abordado na abertura desse encontro, mas também dado o momento de perspectivas que nós vivemos, que é igualmente histórico.

Nós os trabalhadores não estamos mortos. Nós os lutadores não fomos derrotados. Nós continuamos as batalhas que a história nos prepara - e devemos estar preparadas para enfrentarmos essas batalhas. Eu parto do princípio de que todos que estamos aqui, de uma forma ou de outra, em uma trincheira ou em outra, estamos decididos a construir um Brasil diferente, um mundo diferente. Ou seja, todos nós que estamos aqui, discordamos da ordem econômica, política, social e cultural estabelecida e compreendemos que há mais de quinhentos anos se luta, nesse país, para mudar essa lógica de funcionamento. Até hoje, infelizmente, o povo brasileiro não teve a oportunidade e as chances de dar rumo a essa sociedade. Agora, estamos nós, mais uma vez, diante de forças poderosas, mas a unidade nos torna fortes. A clareza do horizonte que devemos trilhar nos torna fortes. E por isso, com muita humildade, com muita simplicidade, nós vamos construindo esse novo projeto de sociedade e de país.

Neste sentido, a minha abordagem vai tentar trazer umas questões que nos incomodam, do ponto de vista da nossa formação política e ideológica. Mas isto na perspectiva de que não basta sermos bons profissionais, precisamos sim ser bons profissionais, mas, acima de tudo, precisamos ser também pessoas humanas que sintam indignação, que sintam revolta, que sintam auto-estima por aquilo que fazem e, sobretudo, acreditem que uma outra realidade é possível.

Dessa maneira, eu vou tratar de seis desafios, ou seis grandes questões, as quais, como o tempo é curto, não será possível aprofundar. O primeiro grande desafio, nesse tema da formação, é de fato nós irmos clareando qual é de fato o papel da formação? Para que serve a formação? Qual é o sentido da formação? Assim, apresentamos aqui algumas questões para nortear o nosso debate.

Primeiro, nós entendemos que a formação é um processo sistemático, um processo longo - que começa quando nascemos, ou antes, de nascermos, e termina quando nós morremos fisicamente. É um processo contraditório, por-

que sempre trata de rupturas que nós temos que ir construindo - rupturas daquilo que nós herdamos do sistema, com aquilo que nós queremos projetar em termos do novo que vamos construindo. Esta formação deve estar vinculada, na nossa compreensão, a processos de lutas e de organização. Ou seja, a formação, ela faz sentido, se as pessoas envolvidas no processo também estiverem envolvidas em processos de lutas, para mudar a realidade. Considerando-se aí os mais diferentes processos e formas de organização.

No entanto, essa formação deve ter um caráter de classe. Nós costumamos dizer que formamos para e na luta de classe - na abertura, o companheiro Renato deixava bem claro que o eixo, o centro da nossa dinâmica é a luta de classes. Só não entende, não admite, quem não vive essa realidade. Porque nos embates que nós temos cotidianamente, como é que se pode dizer que as lutas de classe já não mais existem?

A formação é, pois, esse processo amplo, contínuo, contraditório, sistemático, que busca de forma permanente elevar o nível de conhecimento e o nível cultural das pessoas que nele estão envolvidas (...). Por fim, deste primeiro desafio, devemos entender que a formação é umas das tarefas da revolução. Ou seja, se nós falamos em transformação da realidade, em transformação social, a formação é uma das várias tarefas que nós temos para desenvolver esses processos.

Esta formação deve contribuir para que a gente possa ir elaborando, ir vivendo, novos valores, novas éticas, que permitam a gente criticar, julgar, aquilo que o capitalismo coloca como natural na nossa sociedade e na nossa realidade. Neste sentido, a formação tem um caráter ativo, participativo, criativo.

O segundo grande desafio que nós trazemos pra reflexão, está relacionado ao referencial teórico, à questão do conhecimento. Nós entendemos - aprendemos na nossa própria luta - que sem conhecimento é difícil a gente levar adiante as tarefas políticas que nos tocam. Ou seja, o conhecimento faz parte da nossa luta. É por isso que a elite brasileira nunca se preocupou em que os pobres desse país tivessem acesso ao conhecimento. Ela sabe que a pessoa que conhece tem mais facilidade para entender os enganos que são tramados contra nós, tem mais disposição para levar a luta adiante.

Nós não podemos admitir um educador social, um militante social, um militante político, que não tenha ânsia pelo conhecimento, que não tenha curiosidade em entender, compreender, em buscar aquilo que a gente necessita. José Martins já dizia, há muito tempo, que conhecer é resolver. Que ao pesquisar os problemas em nossos processos, nós também vamos encontrar as

alternativas para resolvê-los. Porém, a reflexão importante aqui é que não é de qualquer conhecimento que nós precisamos. Mas então, qual é o conhecimento que mais nos serve, que mais tem a ver com os nossos processos de luta, de organização, de trabalho social?

Talvez esta pergunta não seja passível de resposta. Mas eu me atrevo a dizer, sem ter medo, que nós precisamos subir nos ombros dos gigantes para que possamos ver mais adiante. E, neste sentido, temos importantes gigantes que produziram um conhecimento que tem a ver com a nossa realidade. Muita gente já tem medo de ouvir ou de dizer a palavra Marxismo, mas é importante reafirmarmos que até hoje a classe trabalhadora, em nível mundial, ainda não conseguiu elaborar uma teoria que sirva tanto quanto o instrumental marxista de análise nos serve na transformação da realidade. No entanto, é preciso também dizer que o marxismo não é entendido como um dogma, como uma receita.

O marxismo é algo vivo e por isso nós precisamos estudar Florestan Fernandes, por isso nós precisamos estudar Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda, por isso nós precisamos estudar Paulo Freire – já muito bem tratado aqui. Precisamos estudar José de Castro, Milton Santos... Vejam quantos teóricos, quantos pensadores brasileiros a nossa sociedade produziu, mas que nas academias são apenas citados por alto. Mesmo nos cursos de sociologia (como temos a oportunidade de ter contato com estudantes de São Paulo) o nosso patrono da sociologia brasileira não é estudado na profundidade que merece. Não é estudado porque incomoda, porque o seu pensamento é revolucionário, porque sua prática também foi socialista. Então, nosso segundo desafio é extremamente importante: nós precisamos nos preparar.

De fato, nós estamos em um período de resistência, porque a esquerda, em nível mundial, sofreu uma derrota ideológica nos anos noventa. Precisamos admitir isso (...) quantos intelectuais, por exemplo, vieram da esquerda e hoje já não estão mais aí, porque as teorias que tinham como referência já não explicam tudo e é preciso então ser pós-moderno porque a pós-modernidade explica tudo? Explica para a classe dominante. Para a classe trabalhadora, o pós-moderno não serve. Ele fragmenta a realidade, ele tira a luta de classe como motor da nossa história, ele pulveriza, destrói aquilo que nós estamos tentando construir. Dentro das universidades nós sofremos esse enfrentamento.

Nós do MST temos vários cursos de graduação em parcerias com diversas universidades, em diversas áreas do conhecimento. Mas vivemos esses embates. Porque muitos professores não servem para um curso nos termos em que nós pretendemos formar os professores das escolas dos assentamentos, os agrônomos que vão atuar nas áreas de assentamentos, formar os historiadores,

etc. (...) Mas nós precisamos estudar. Nós não vamos combater com chavões. Precisamos levar em conta que nós temos uma debilidade muito grande nos nossos movimentos, que é o fato da gente estudar por partes.

O terceiro desafio é a formação na formação continuada. Porque, como eu disse - e a professora aqui já abordou bem - a formação continuada tem diversos matizes, diversos conceitos, e tudo isso tem uma prática por trás. Mas, eu me refiro à nossa formação (...) como fazer isso? Nós temos um grande desafio que é o de combinar, vincular, [a formação] à nossa atuação, uma vez que esta é militante. Então, [nossa atuação] transcende aquilo exigido como um máximo de oito horas de trabalho por dia, ou descanso no final de semana.

A nossa atuação é militante. Por isso nós sacrificamos muitas coisas, sábados, domingos, noites, feriados, em função dessa militância. A grande questão é como, nesses processos, nós termos espaços de formação. Porque às vezes a gente vira ativista demais e renegamos a formação a outros, aos estudiosos. Encontros como este, são extremamente importantes. Porque, certamente, ninguém vai sair deste encontro da mesma maneira que chegou. Todos nós vamos sair diferentes, porque aprendemos, compartilhamos, socializamos... E nisto, novas questões aparecem. Nós precisamos ser sacudidos permanentemente, porque a sociedade tenta nos acomodar.

Florestan Fernandes dizia que nós não podemos nos deixar ser cooptados. O estudo, a formação, nesse processo que nós vivemos, é justamente para que a gente cada vez mais tenha uma clareza ideológica, uma clareza política nas respostas às perguntas por: onde estamos? Aonde vamos? Para onde queremos ir? Onde estamos, é possível decifrarmos os enigmas dessa realidade. Aonde vamos é um processo que vamos construindo. O que temos certeza, como disse o Renato, é que nós renegamos o capitalismo.

Então, nesse contexto, o estudo é importante para que a gente consiga ir desenvolvendo valores de solidariedade. Hoje, mais do que nunca, é necessário a solidariedade entre nós. A solidariedade de classe. É cada vez mais necessária a solidariedade em nível de América latina. Os povos que estão em luta - e historicamente estiveram em luta - na América latina, não contou com a solidariedade necessária para os seus triunfos. É necessária a solidariedade com o povo do Haiti, com o povo de Cuba, com o povo da Venezuela, com o povo da Bolívia, com o povo do Paraguai, com o povo da Colômbia. Ou seja, cada vez mais nós devemos, também nesse processo de formação continuada, ampliar os nossos horizontes na perspectiva de uma solidariedade de classe e internacionalista.

Além disso, importa-nos a capacidade de indignação permanente. Indignação

Onde estamos ?

Aonde vamos ?

Para onde queremos ir ?

não significa a gente ser duro, a gente ser... A indignação parte do nosso coração. Quem não tem coração não sente indignação. É através do coração que sentimos aquilo que é feito contra os nossos semelhantes e, a partir disso, nos rebelamos organizadamente para superar essa realidade. E a formação, nesse âmbito, deve manter o nosso vigor revolucionário. Como também disse aqui o Renato, nós não devemos ter medo em falar de revolução. Só quem pode falar de revolução somos nós. A classe dominante não pode falar em revolução, assim explicava para nós Florestan Fernandes.

Tem certas palavras que só podem ser usadas pela classe trabalhadora. A classe dominante tenta roubar de nós certas palavras, que só são nossas, dar-lhes uma roupagem diferente, recolocá-las em outros sentidos. Assim, também falam em revolução - revolução de sessenta e quatro, por exemplo. Mas, a solidariedade que estamos fazendo é outro tipo de solidariedade.

Então, para finalizar as considerações sobre o terceiro desafio, afirmamos que a formação tem que ter espaço em nossos processos de atuação, de militância, de política - ela tem que ter o seu espaço, a partir da nossa diversidade. Uma quarta idéia, um quarto desafio, é a necessidade de socializar e potencializar aquilo que a gente faz. Socializar, porque às vezes nós não nos conhecemos, nós somos ainda bastante distantes. Às vezes os que moram na cidade têm uma visão do que nós somos - nós que moramos e atuamos na agricultura, no campo - o que nós queremos e como fazemos a nossa luta.

Assim como também nós no campo, às vezes, temos muito a idéia do que a televisão mostra sobre o que são as periferias das cidades, sobre o que é a vida no meio urbano... Precisamos, pois, avançar nessa perspectiva, respeitando as nossas individualidades, as nossas particularidades, as diferenças que sabemos que temos. Mas não se constrói uma unidade se não formos diferentes. Se nós formos iguais, então a unidade já está posta. Nós somos iguais do ponto de vista da classe, mas nós somos diferentes do ponto de vista das nossas especificidades, nossas experiências. Então, é importante potencializar espaços como este, para irmos nos aproximando e possibilitar que, de certa maneira, tudo isso [nossas lutas] se articule em torno de um grande projeto, que ninguém é dono e que ainda não está elaborado, mas que a classe trabalhadora brasileira precisa construir.

Nós precisamos socializar as nossas conquistas, socializar os nossos desafios. Os Movimentos são espaços privilegiados de socialização política. Demonstrem que é possível a gente se organizar, que é possível a gente lutar. Demonstrem que é possível a gente negociar, porque o Movimento Social negocia, mas também que é possível não sermos cooptado pelo estado burguês. Assim, cada vez mais esses espaços devem ser valorizados, potencializados, politizados, no sentido de

avancarmos na perspectiva da construção de um grande projeto de libertação, de emancipação do povo brasileiro.

O quinto desafio tem a ver com a formação e a questão da juventude. Na nossa compreensão, a juventude é estratégica para nossa luta e para nossa organização (...). Todos nós sabemos que parte da juventude está sendo exterminada. As estatísticas o mostram, mas as estatísticas não revelam tudo. O que está acontecendo é muito maior do que as estatísticas tentam mostrar. O que se passa com a juventude pobre, desempregada, negra, das periferias das cidades - e muitos deles são camponeses que vem para cidade - é muito maior que os dados colocados pelas estatísticas, assim como a questão da degradação da vida humana, da prostituição, da violência de maneira geral.

A juventude está sendo disputada. Porque a classe dominante sabe que se ela mantiver anestesiada a juventude, e eliminar uma parte dela, ganhará com isto. Nós, por exemplo, do Movimento Sem Terra, do movimento camponês, trazemos questões assim: como trabalhar com essa juventude? Como formar essa juventude? Que linguagens utilizar? Nós sabemos que o estilo tradicional de fazermos formação já não funciona com a juventude. Então que linguagens? Que metodologias? Que conteúdo? Que atividades concretas? E nisto, companheiros e companheiras, há uma questão de fundo. Nós sabemos que nos formamos no processo. São as tarefas, são as responsabilidades que formam a gente. O conhecimento, o conteúdo é importante, mas as tarefas são decisivas.

A grande questão que nós colocamos é: que tarefas estamos dando para juventude hoje? Quais as tarefas que o Movimento Sem Terra dá para a juventude? Que tarefas os Movimentos sociais e políticos designam para a juventude? Porque é desde aí que nós vamos formando essa geração de transformadores. Nós não temos dúvidas que a juventude é portadora dessa força da mudança. Claro que nós não estamos excluídos, mas a juventude é essa força viva da sociedade. Então, como trazer essa didática e essa problemática para os nossos processos de formação?

Por último, o sexto desafio: a atualidade da necessidade da formação. Nós precisamos nos convencer que a formação é necessária e precisamos encontrar mecanismos para que ela aconteça nos nossos Movimentos. (...) O Movimento sem terra há mais de vinte e cinco anos, vem tratando e desenvolvendo essa temática da formação, da educação, da formação e educação. É preciso, portanto, atualizar a necessidade e a práxis da formação. É preciso, cada vez mais, ocuparmos também espaços institucionais da educação e formação. Assim, é importante que ocupemos as universidades públicas, para irmos destruindo a forma elitista da produção e da socialização do conhecimento.

Nós precisamos levantar barricadas para resistir e produzir novas formas de conhecimento. É preciso não esquecermos que as idéias, o conhecimento, por si só não possuem força alguma de mudança. As idéias por si só não transformam nada. A força da mudança está na ação consciente de homens e mulheres que se dedicam à tarefa de preparar o futuro, a partir das raízes profundas, do legado histórico de outros processos de lutas revolucionárias do Brasil e do nosso continente. José Martins dizia que seus desafios são enormes. Penso ser extremamente importante compreendermos que, se os desafios são enormes, também é grande a força daqueles que se propõem a enfrentá-los e superá-los.

Por isso não duvidemos da nossa força. Apesar de sermos pequenos e humildes, temos grandes desafios pela frente. Acreditemos na força da nossa articulação, da nossa unidade, da nossa capacidade de construirmos novas formas educativas, novas relações com as pessoas - e destas com a natureza -, novos sujeitos portadores de idéias e de práticas da transformação social. A humanidade está posta diante de um dilema, como já foi colocado aqui: ou avançamos na perspectiva da transformação social, ou, cada vez mais, mais barbárie. E, sem sombra de dúvida, o sistema atual está colocando cada vez mais, mais barbáries.

Por isto, precisamos avançar na perspectiva da construção do socialismo. Florestan Fernandes dizia que é preciso fazer a revolução nas escolas, para que o povo a faça nas ruas. Mas ele alertava que não necessariamente tem que se fazer a revolução nas escolas para depois fazer nas ruas. Existe uma relação dialética entre essas duas perspectivas. Assim, vamos fazer a revolução na escola e vamos também fazer revolução nas ruas, através das lutas das nossas organizações.

Para concluir, retoma as palavras das professoras Regina Leite Garcia e Célia Frazão Linhares: “a existência da pobreza e o crescimento da miséria mostram que não adianta o remendo na superfície da sociedade e da política. Temos de revirá-las pelo avesso, na busca da invenção de novas formas de convivência, de novos modos de relação, de produção e de partilha, em que a desigualdade, a hierarquia e o consenso passivo, sejam substituídos pela ênfase na responsabilidade, na diferença, na solidariedade, na afirmação da vida. Já não basta repetir que a educação escolar é um direito de todos, é urgente inventar uma outra escola”.

Portanto, companheiros e companheiras, como eu já disse, os desafios são enormes. Dentre eles, o de formar intelectuais orgânicos, da própria classe, capazes de contribuir no processo de elaboração da teoria da revolução brasileira. Deste modo, êxito nas iniciativas, nos processos que estamos desenvolvendo! Porque somente através da organização e da luta do povo nós conseguiremos as mudanças que almejamos.



ACERCA DOS TEMAS EM DEBATE: REFLEXÕES TECIDAS EM DIÁLOGO

Referências metodológicas

As reflexões e apontamentos que seguem a guisa de problematizações, desafios e diretrizes resultam das elaborações de 14 grupos de trabalho, compostos por diversos participantes, um/a facilitador/a, um/a coordenador/a e dois relatores/as, que se voltaram para o aprofundamento das análises dos eixos temáticos, iniciadas por ocasião da conferência de abertura e mesas temáticas, conforme o vimos no primeiro capítulo, item objetivos, eixos temáticos e organização. As considerações e apontamentos listados a seguir foram consensuadas e apresentadas em plenária.

Nos grupos, as reflexões, debate e elaborações de diretrizes foram provocadas por perguntas geradoras, conforme cada um dos temas apreciados:

Eixo temático 1 - Referenciais sobre as práticas da educação social no Brasil

- » Onde se pratica/acontece a educação social no Brasil (segmentos, regiões, estados/municípios, experiências)?
- » Quais os referenciais das práticas nesses espaços?
- » Que questionamentos fazemos e pontos polêmicos identificamos nessas práticas?
- » A partir do que conhecemos e do que entendemos, qual é a educação social que queremos?

Eixo temático 2 - Os desafios da formação continuada e do fortalecimento da rede nacional de educação social

Formação

- » Quais são as práticas de formação em educação social que têm sido desenvolvidas?
- » Quais são os principais desafios na formação continuada em educação social?
- » Quais são os princípios e diretrizes orientadores da formação continuada em educação social na perspectiva da emancipação?

Fortalecimento da rede

- » Quais os espaços de articulação dos diferentes atores em educação social que você/sua instituição participa?
- » Quais as propostas para fomentar e fortalecer a rede nacional de educação social?

Considerações e apontamentos

Eixo temático 1 - Referenciais sobre as práticas da educação social no Brasil

a) Questionamentos e pontos polêmicos

Desvalorização da educação social

- » Confusão de papéis.
- » Cooptação dos educadores/as sociais pela oferta de melhorias de salários e condições de trabalho.
- » Desvalorização das vivências dos educadores/as de base e da educação social enquanto categoria.
- » Dicotomia entre o trabalho de técnicos/as de nível superior e educadores/as.
- » Discriminação da Educação Social face às suas características.
- » Falta de diálogo entre educadores/as e as instituições.
- » Falta de entendimento dos poderes públicos sobre o que é educação social.
- » Melhoria da remuneração e das condições de trabalho.
- » Não reconhecimento da identidade e do trabalho do educador/a social que

tem como consequência o preconceito e vínculos profissionais precários.

- » Regulamentação da categoria dos educadores/as sociais.

Formação

- » Ausência de uma política de formação dos/as educadores/as sociais inicial e continuada, com foco na realidade social e no Sistema de Garantia de Direitos.
- » Contradição entre discurso e prática, rotatividade de educadores/as, ausência de militância e dificuldade de vivenciar a interdisciplinaridade profissional.
- » Falta de preocupação com a formação e conhecimento do Educador/a para exercer determinados papéis.
- » Processo de formação na área social baseado em teorias e práticas vivenciais.
- » Relação com os espaços acadêmicos.

Relação com o Estado

- » A deficiência do poder judiciário impossibilita o acesso de uma grande parcela da população aos direitos garantidos (defensoria pública).
- » Ausência de investimento nas políticas sociais e falta de continuidade das ações.
- » Falta de infra-estrutura e apoio para o trabalho dos educadores/as.
- » Ineficácia na implementação das Políticas Públicas, predominando a fragmentação de projetos e programas governamentais e não governamentais.
- » Inexistência de cadastro único das entidades que atuam nas diferentes áreas.
- » Não garantia do direito de acesso às políticas públicas.
- » Omissão do Estado e seu papel frente à educação social.
- » O papel da sociedade civil e sua fragilidade.
- » Relação entre o público e o privado.

Ingerência

- » A fragmentação e descontinuidade da ação do educador/a pelo foco em aspectos específicos determinados por financiadores, o que resulta na ruptura do processo educativo em curso.

- » Influência da ação do poder público intervindo em projetos das organizações sociais.
- » Ingerência de financiadores e gestores na proposta pedagógica.

Impacto

- » Até que ponto estamos contribuindo para sair da “zona de conforto” e questionar a “administração da pobreza”?
- » Foco na consequência e não nas causas dos problemas sociais.
- » Que impacto tem a nossa atuação como educadores/as sociais na sociedade em que vivemos?

Teoria e prática

- » Como assegurar de fato aos destinatários o protagonismo social nos espaços institucionais?
- » Emancipação para emancipar: até que ponto está se incidindo politicamente e realizando o controle social?
- » Falta de compreensão da politicidade do fazer educativo, da necessidade da superação de uma crise de valores e de educar mediante a compreensão da sociedade em um fazer plural.
- » Incoerência entre os discursos e práticas.
- » Ineficácia no planejamento das entidades.
- » Necessidade de construir uma práxis na dupla dimensão teoria e prática.
- » Necessidade de uma educação diferenciada, buscando a quebra do preconceito.
- » O nosso trabalho vem se realizando por eles, com eles? Até que ponto possibilita a militância desses sujeitos?
- » Várias escolas, tomando como base a legislação vigente, não promovem a participação dos pais ou responsáveis na educação dos filhos.

Papel e identidade do educador

- » Que identidade de educador social estamos nos apropriando?

Criança e adolescente

- » A falta de critério para encaminhamento de crianças e adolescentes para abrigos e centros de internação (adolescentes autores de infração penal).

- » A privação dos direitos da infância e da adolescência seja pela violência sexual ou por qualquer outra forma.
- » A redução da maioridade penal.
- » Conselho Tutelar sem qualificação e sem estrutura para o trabalho.
- » Desmistificação da idéia do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA como legitimador de “delinquentes”.
- » O Estatuto ser executado em sua plenitude com acesso às políticas públicas e a criança ter oportunidade de acolhida, retorno à família e comunidade.
- » Que promoção de direitos de criança e adolescente estamos realizando? Verifica-se que há total desconhecimento dos Gestores Públicos em relação dos direitos estabelecidos pelo ECA.
- » Sexualidade e drogas entre crianças e adolescentes.

Mulher

- » A lei Maria da Penha ainda é pouco compreendida. Devemos acreditar ou não na justiça? Até quando vamos aceitar que “em briga de marido e mulher não se mete a colher!” e aceitar a banalização da violência?

Família

- » A ausência de uma interlocução mais eficiente entre instituição, família, comunidade e poder público.
- » Ausência de foco na família no processo de educação social, o que gera dificuldade em integrar e envolver a família no projeto político pedagógico.
- » Não comprometimento familiar no processo de construção do cidadão/ã.

Articulação em rede

- » Dificuldade de articulação na rede de atendimento e nos movimentos sociais.
- » Isolamento das instituições, falta de integração e comunicação.
- » Integração do trabalho em rede e tornar as ações convergentes.

Sociedade civil

- » Atuação das ONGs – organizações não governamentais.
- » Fragmentação dos movimentos sociais.

b) Princípios e diretrizes orientadores da educação social que queremos

Princípios

- » Autonomia dos sujeitos.
- » Capacidade de indignação .
- » Educação libertadora que promova a inclusão social e econômica valorize o sujeito enquanto elemento ativo, que recupere sua auto-estima enquanto classe trabalhadora e diminua a desigualdade social.
- » Educação para liberdade, considerando o sujeito como agente de sua transformação, construindo uma relação dialógica e dialética entre o educador/educando.
- » Enfrentamento das desigualdades sociais e publicização do compromisso dos educadores/as com a emancipação/libertação.
- » Garantia dos direitos sociais a todos segmentos da sociedade.
- » Humanização como princípio ético da construção de relações sociais e interpessoais que reconheçam e respeitem a diversidade na perspectiva de emancipação.
- » Participação ativa e autônoma do sujeito educativo em seus projetos de formação.
- » Pedagogia Libertadora com referência em Paulo Freire, considerando a realidade ambiental e comunitária.
- » Princípio de Espírito Comunitário e Solidariedade.
- » Profissionais comprometidos com os Direitos Humanos e com a valorização das pessoas como sujeitos históricos inseridos no processo de ruptura do sistema capitalista.
- » Proporcionar aos cidadãos/ãs o conhecimento dos seus direitos para que possam ser radicais na busca do que lhes não é garantido legalmente.
- » Respeito à vida, valorização do ser humano, defesa e transversalidade dos Direitos Humanos: Empoderamento / Protagonismo / Autonomia.
- » Trabalhar a partir da história de vida da pessoa humana enquanto agente transformador.

Diretrizes

Profissionalização

- » Reconhecimento social do educador/a.

- » Regulamentação e Reconhecimento dos Profissionais que atuam como Educador Social.
- » Relação dialogada.
- » Retaguarda responsável e respaldo institucional com infra-estrutura para o desenvolvimento das ações de educação social.

Formação

- » Criação de cursos acadêmicos de Educadores Sociais
- » Formação acadêmica alternativa.
- » Garantia de uma política de formação continuada teórico-prática da educação social tendo em vista um projeto político-pedagógico combativo, emancipatório e crítico, baseado no estudo de Paulo Freire e demais pensadores de emancipação social revolucionário, visando prática menos morna, menos fragmentada, mais rebelde e mais revolucionária.
- » Inserção e diálogo da educação social na educação formal.
- » Ruptura com o reducionismo tecnicista (educação bancária) e resgate da dimensão formativa e humanizadora da educação: amorosidade e eticidade no fazer educativo.
- » Sensibilização e formação dos educadores, de acordo com sua realidade sócio-econômica, político e geográfica, tendo como base as políticas públicas nacionais.
- » Sistematização das experiências e revisão crítica das práticas produzidas socialmente e dos conhecimentos dos espaços populares, com monitoramento, avaliação de processos, resultados e metodologias.

Ação em rede

- » Acompanhamento dos vários profissionais envolvidos e interação com o público que se trabalha – crianças, jovem, adultos e idosos, bem como suas famílias.
- » Aproximação dos agentes governamentais.
- » Existência de redes articuladas e atuantes.
- » Fortalecimento dos conselhos, fóruns e redes a partir da sociedade civil autônoma.
- » Fortalecimento dos movimentos sociais.

Prática de Educação

- » Atendimento individualizado.
- » Arte-educação como instrumento para facilitar a ação dos/as educadores / as sociais.
- » Criatividade e inventividade na busca de alternativas para um novo fazer educativo e de novas perspectivas de organização social.
- » Protagonistas da história.
- » Responsabilização e corresponsabilização nas ações do processo educativo.
- » Facilitação do processo de transformação social partindo da realidade concreta dos sujeitos que acompanhamos.
- » Mediação entre o conhecimento e os educandos/as reconhecendo-os como sujeitos.

Políticas Públicas

- » Garantia da intersetorialidade das políticas públicas com a participação dos segmentos sociais.
- » Educação social deve ser pública, não se atrelando as gestões governamentais, mas às instituições executoras das ações de educação social.
- » Efetivação dos Marcos Legais na perspectiva da garantia dos Direitos Humanos e da cidadania plena.
- » Financiamento: viabilização, otimização, controle e fiscalização dos repasses dos recursos públicos.
- » Implementação de cadastro único das entidades que atuam nas diversas áreas.
- » Que as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional sejam realmente cumpridas, fazendo valer um ensino de qualidade com profissionais valorizados.

Eixo temático 2 - Os desafios da formação continuada e do fortalecimento da rede nacional de educação social

a) Principais Desafios na formação continuada em educação social

- » Aproximação e diálogo com outros espaços de educação formal (todos os níveis) e não-formal.
- » Busca de aceitação por parte dos educadores/as para participarem de espaços formativos.

- » Conciliação do ativismo diário necessário com a formação continuada do educador/a.
- » Conquista de espaço público para formação específica em nível superior – definição de agentes de formação (Universidades, ONGs com práticas sistematizadas, fundações, movimentos e institutos etc.).
- » Construção coletiva de uma política de formação de educadores/as sociais.
- » Construção de projetos político-pedagógicos institucionais que considerem a formação continuada.
- » Criação no VI ENES de espaços de apresentação de trabalhos (teóricos, práticos, relatos de experiências...).
- » Criação de espaços de socialização e potencialização para a formação continuada que, atualmente, é baseada na prática.
- » Desenvolvimento de pesquisas acadêmicas relevantes para comunidades e grupos - produção de conhecimento.
- » Desinteresse das instituições governamentais em investir na formação continuada que atualmente é baseada na prática.
- » Dificuldade no trabalho com as famílias.
- » Disponibilidade e sensibilidade para ensinar e aprender na relação com o outro, radicalizando nossa condição de ser aprendiz/educando - Educar não é ensinar é construir.
- » Dissociação das temáticas nas capacitações não condizentes com a prática.
- » Educador se reconhecer como tal, assumir sua identidade de educador social.
- » Entendimento do que é ser um educador/ar social comprometido com as causas sociais.
- » Espaços permanentes de formação de formadores/as.
- » Espaços permanentes de formação do Sistema de Garantia de Direitos nos municípios (apresentar proposta nesse sentido nas conferências de políticas públicas em 2009).
- » Falta de capacitação orçamentária.
- » Falta de comprometimento das pessoas contratadas nas instituições.
- » Falta de estrutura e investimento para formação e qualificação dos educadores/as.
- » Falta de estrutura para a aplicação do que é aprendido nas capacitações.
- » Falta de formação inicial e continuada para educador /a social.

- » Falta de maior investimento na formação do educador/a em nível técnico ou universitário.
- » Falta de debates nas universidades sobre a educação social.
- » Formação acadêmica sem perder os valores e identidade, incluído leitura teórica e literária.
- » Formação de Valores.
- » Garantia de financiamento para a formação continuada.
- » Inserção dos educadores/as sociais na produção das políticas de formação.
- » Inserção da educação social no currículo acadêmico, com práticas humanistas.
- » Organização política tendo em vista a formação permanente do educador/a social.
- » Participação dos gestores das instituições governamentais e não governamentais nos espaços de políticas sociais.
- » Promover a motivação tanto dos facilitadores/as como dos educadores/as na formação continuada.
- » Reconhecimento de que a Educação Continuada deve ser parte do cotidiano do nosso trabalho, incluindo grupos de estudo, grupos operativos e outros espaços de troca e formação.
- » Reconhecimento e regulamentação da profissão a partir de critérios que garantam a identidade deste profissional, mesmo com formações iniciais diferenciadas - garantia de mecanismos legais de tempo remunerado para estudos e planejamento, formação interna e externa.
- » Rompimento com a metodologia tradicional.
- » Ser reconhecido como profissional de educação – a partir do envolvimento da nossa prática educativa social, cultural e econômica, fazendo parte de um sistema de educação social.
- » Sistematização, publicação e difusão das práticas e reflexões sobre a educação social.
- » Auto-educação como princípio fundamental para a formação permanente superando as ingerências políticas.
- » Coragem e ousadia para dar o primeiro passo.

b) Princípios e diretrizes orientadores da formação continuada em educação social na perspectiva da emancipação

Princípios

- » Compromisso com o trabalho de educação social.
- » Garantia do Direito da Pessoa Humana.
- » Princípios antropológicos que envolvem respeito à diversidade, cultura, escrita, liberdade de crenças e opiniões.
- » Princípios políticos: democracia, cidadania, e autonomia.
- » Protagonismo infanto-juvenil.
- » Sensibilidade, disponibilidade, criticidade, humanização e mediação.
- » Visão holística, atuação dialética-crítica.
- » Vivência dos valores sociais, éticos, culturais e de igualdade.

Diretrizes

- » Ações extra escolares com temas transversais tais como direitos humanos, práticas solidárias, concepção de Infância, adolescência, família enquanto sujeitos de direitos, valorização e auto-estima.
- » Conhecimento e diagnóstico da realidade e apropriação da legislação e referenciais.
- » Construção coletiva do projeto pedagógico de formação.
- » Construção da normatização da profissão.
- » Criatividade/reflexão e interatividade.
- » Debates regionalizados.
- » Desprendimento das práticas formais, favorecendo a troca de experiências.
- » Educação continuada, com planejamento, avaliação e produção/sistematização de diretrizes metodológicas para as ações de educação social.
- » Leitura e releitura dos pensadores/as a partir de Paulo Freire e leitura das nossas práticas enquanto educadores/as que trabalham com a transformação social.
- » Linguagem clara, acessível, respeito à diversidade, intersectorialidade e interdisciplinaridade.

- » Luta para construção de um projeto societário, no qual prevaleça a justiça social, a ética e o respeito às diferenças a partir do conhecimento da história de vida do sujeito atendido, família e cultura da comunidade.
- » Luta pela efetivação do sistema de garantia de direitos.
- » Participação dos gestores das instituições governamentais e não governamentais nos espaços de políticas sociais.
- » Preocupação com as condições físicas e materiais (ambiência) e recursos didáticos e pedagógicos.
- » Reconhecer a unidade da educação social e entender o seu papel em cada espaço da rede intersetorial.
- » Sensibilização dos atores sociais nas temáticas da Infância, adolescência e idosos – direitos humanos, participação, protagonismo, temáticas de problemáticas sociais (narcotráfico, violência, exploração sexual) vínculos familiares e comunitários, cooperação, empoderamento e solidariedade.
- » Ser Militante da causa a que advoga.

c) Propostas para fomentar e fortalecer a Rede Nacional de Educação Social

Articulação

- » Ampliar o diálogo entre os diferentes movimentos sociais.
- » Articular as redes estaduais, regionais e intermunicipais.
- » Articular e elaborar estratégias conjuntas dos vários atores sociais.
- » Fazer articulações com organizações governamentais e não governamentais para debates e trocas de experiências.
- » Articular vínculos entre os Movimentos Sociais e a Academia.
- » Buscar parcerias com órgãos públicos e privados para subsidiar a prática da educação social..
- » Encontros locais e regionais de educadores sociais.
- » Fazer funcionar a rede, com maior entrosamento das instituições e articulação política.
- » Maior articulação entre educadores/as e Conselhos Tutelares.
- » Manter contato com os movimentos de educação social.
- » Que os/as profissionais de nível superior das instituições de atendimento, principalmente as governamentais, tenham maior interação com os educadores/as sociais.

Comunicação

- » Fazer articulação entre as organizações e os movimentos sociais por meio de canal virtual de comunicação.
- » Criar e alimentar um portal de educação social que contenha informações sobre: cadastro de educadores/as sociais, capacitação, encontros, espaço virtual para troca de experiências e grupo de discussões.
- » Criar e mecanismos de comunicação tais como jornais, blogs e outros.
- » Divulgar a rede nacional e seus serviços em todos os estados e municípios brasileiros.

Criação de Associações – Rede

- » Criar uma Associação Nacional de Educação Social.
- » Criar uma Associação Nacional de Educadores e Educadoras Sociais (em que pessoas e não entidades possam trocar experiências, debater teoria e prática da educação social, autonomamente, desvinculadas do monitoramento institucional e sem caráter sindical).
- » Criar associações municipais, estaduais e nacionais de educadores/as.
- » Criar e efetivar redes municipais e estaduais de educadores/as sociais.
- » Criar um Conselho Nacional de Educação Social.

Formação

- » Intercambiar experiências (estágios, encontros municipais e regionais).
- » Investir em formação continuada.
- » Garantir processos de formação continuada presencial e a distância da rede de educação social.
- » Promover Congressos de Educação Social.

Mapeamento

- » Ampliar o mapeamento das ações na área de educação social.
- » Mapear o perfil dos/as participantes dos 5 Encontros Nacionais de Educação Social.



RELATOS DE EXPERIÊNCIAS SOBRE EDUCAÇÃO SOCIAL E ARTICULAÇÃO DE EDUCADORES NA AMÉRICA LATINA E CARIBE



Da Rede Latino-americana e Caribenha pela Defesa dos Direitos dos Meninos, Meninas e Adolescentes

Jorge Freire¹³
Uruguai

Boa tarde a todos e todas. Agradeço especialmente aos organizadores do evento pelo convite. Agradeço especialmente também aos nossos queridos amigos do projeto Meninos e Meninas de Rua, que há anos lutamos juntos em favor dos direitos dos meninos, meninas e adolescentes. Há pouco tempo, estivemos juntos acompanhando a reunião da Assembléia Geral do Fórum de Criança e Adolescência, aqui no Brasil, e compartilhávamos o que estava sendo feito na Região em relação às diferentes redes de Organizações Não Governamentais (ONGs) que trabalham pela defesa dos direitos dos meninos, meninas e adolescentes. Foi então que comentaram comigo que poderia ser interessante (sabendo a força que tem a educação social e o movimento de educadores sociais no Brasil) poder dividir com vocês esse processo que vem acontecendo e [seguirmos] somando forças.

¹³ Médico, coordenador geral da Rede Latino Americana e Caribenha de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes (Rede Lamic), Coordenador da área de direitos de crianças e adolescentes da ONG Gurises Unidos, membro diretivo do comitê mundial em favor da infância, consultor internacional de temas de crianças e adolescentes e professor universitário.

A idéia é (...) compartilhar com vocês que mesmo que existam várias redes e diferentes movimentos e organizações, a única forma de conseguir eficazmente que os direitos de cada menino e menina sejam garantidos e efetivados é trabalharmos juntos. Por isso, conhecendo a força dos educadores sociais no Brasil, é um prazer poder dividir com vocês o que estamos fazendo e abrir as portas para que entre todos possamos seguir lutando, juntos, para que cada menino, cada menina, tenha todos os seus direitos garantidos.

A proposta inicial é dividir com vocês um pouco sobre o que é a Rede Latino-americana e Caribenha pela Defesa dos Direitos dos Meninos, Meninas e Adolescentes. Como estamos caminhando; o que estamos fazendo agora; quais são os aspectos da situação que vemos na Região, nesse momento, e de que forma criamos um Plano Estratégico para trabalhar em função disso.

A Rede é composta por diversas ONGs da sociedade civil, que trabalham pelos meninos, meninas e adolescentes, pertencem aos países da América Latina e Caribe e cuja prioridade é trabalhar pela defesa, vigilância e obrigatoriedade dos direitos.

A Rede começou no ano 2000 (...) Neste momento, ela é integrada por 32 redes nacionais de ONGs, de 24 países da América Latina, que corresponde a mais ou menos 2400 ou 2500 ONGs em toda a Região. Essas ONGs estão ligadas ao tema da infância e adolescência e estão preocupadas com o seguimento das convenções sobre os direitos das crianças. São ONGs relacionada à juventude, vinculadas a associações religiosas, à investigação, à atividade de gênero, etc.

O objetivo principal, que fomos construindo com todos os envolvidos - que são as ONGs, associações e grupos organizados de meninos, meninas e adolescentes -, é fortalecer a parcela da sociedade civil e dos grupos organizados de meninos, meninas e adolescentes da Região para assumir os compromissos de dar seguimento à luta pelos direitos desse segmento, de forma ativa.

Como podemos fazer isso? Por um lado, priorizando a participação em todos aqueles lugares onde são tomadas as decisões relacionadas aos temas da infância. Creio que hoje já estamos atentos ao papel político que precisamos exercer para que as mudanças aconteçam. Também estamos atentos à necessidade de termos que nos envolver nessas tomadas de decisão, para que as situações mudem de forma. De modo a podermos pressionar e garantir que o olhar daqueles que trabalham com os meninos e meninas, e as vozes dos próprios meninos e meninas, estejam presentes e sejam levadas em consideração nos momentos em que são definidas as políticas públicas para a infância e adolescência.



Ao mesmo tempo, outro elemento importante para levar isso a cabo é a definição de uma agenda. Pode-se considerar, permanentemente, que as agendas são impostas por organizações internacionais, por agências de cooperação, ou, ainda, pelos governos que vão se modificando. E que a comunidade, os meninos e meninas e nós que trabalhamos com isso no dia-a-dia, deixamos que esses fatores invadam e não seguimos uma agenda comum. Por isso viu-se a necessidade de construir uma agenda com prioridades e levar essa agenda aos diferentes lugares onde são tomadas as decisões, de forma a tornar visíveis questões que, hoje e no futuro, em várias oportunidades essenciais, estão invisíveis.

Na Região, são invisíveis muitas coisas que estão acontecendo com os meninos, meninas e adolescentes. Sabemos que praticamente 60% dos meninos e meninas da América Latina e do Caribe nascem abaixo da linha de pobreza. E que se pegarmos uma lista dos 15 países mais desiguais do mundo, oito pertencem a América Latina e Caribe. Estamos na Região onde a pobreza relativa para as crianças é a mais alta e é a zona mais desigual, isto é: existem recursos,

mas estão muito mal distribuídos. Por tudo isso, construir uma agenda e colocar essa agenda nos padrões internacionais e nos padrões de governo é a chave para mudar essa situação.

Outro elemento que consideramos chave é: democratizar a informação e facilitar o contato entre atuantes vinculados a essa temática. Consideramos que a informação é um poder muito grande, com o qual as pessoas podem contar. E na medida em que possamos compartilhar o que está acontecendo nos nossos países, como estamos gerando ações alternativas ao que está acontecendo, quais os elementos que estão incidindo para que isso aconteça, vamos poder distribuir esse poder, de acordo com cada país e de acordo com cada localidade, para poder dar elemento para transformar a realidade. Neste sentido, é essencial contarmos com elementos para democratização da informação - a internet, os boletins, as comunicações via e-mail, os espaços como estes encontros presenciais.

Outro elemento chave é consolidarmos a Rede como um espaço de troca, aprendizagem, contribuições de mobilização e denúncia. Mas, é, sobretudo, importante o reconhecimento da capacidade dos seus membros e a construção de um sentimento de pertencimento a uma rede regional pela defesa dos meninos, meninas e adolescentes.

(...) Outro elemento ainda é: promover ações conjuntas com outros atores regionais. Com quem se vincula a rede? Isso também é algo bem importante, que foi mencionado na excelente exposição que fizeram, hoje pela manhã, os nossos companheiros e companheiras: é necessário se vincular e fazer contato com diferentes atores, que em nível nacional, regional e internacional tomam decisões (...) dirigidas às políticas públicas para infância e adolescência.

Por isso, a Rede Lamic está vinculada com as redes regionais e nacionais, com o Comitê dos Diretos da Criança das Nações Unidas (DDNN), com a Unicef, com o Alto Comissariado pelos Diretos Humanos das Nações Unidas, com o movimento mundial para a infância, com o órgão especializado em infância da Organização dos Estados Americanos (OEA), com o Espaço MERCOSUR-NIÑO SUR, que talvez alguns de vocês já conheçam. Um lugar com importantes autoridades em diretos humanos, que construíram um grupo específico para infância.

E por mais que muitas vezes nos questionamos (e está bem que façamos isso) para quem servem esses espaços internacionais, para quem servem essas assembleias que vão representantes de Estados, de Governos, ao mesmo tempo, temos que saber que é aí onde são tomadas as decisões. É aí onde surgem as

Como nos organizamos ?

convenções que depois são os tratados de diretos humanos contra a discriminação por raça, por sexo, contra a discriminação ao direito da criança. É aí onde são pautados os elementos internacionais chaves, que depois determinam as políticas e os marcos Jurídicos dos nossos países.

Como nos organizamos? Através de sub-regiões, nas quais estão os contatos gerais, depois com a coordenação geral. Em cada sub-região, estão os contatos de cada país; e em cada país, de acordo com seu tamanho, os contatos são distribuídos. Tudo isso para que a situação possa ser passada, rapidamente, do âmbito geral para o âmbito local. Nesta perspectiva, à medida que fomos caminhando, percebemos a necessidade de irmos criando um conhecimento geral sobre o que estava acontecendo na América Latina e Caribe. Começamos então a planejar: nós vemos o que está acontecendo hoje em dia na Região e, a partir daí, em função desses elementos, vemos o que podemos fazer. Assim, podemos ter uma visão da conjuntura regional, na qual se pode ver um elemento claro e muito positivo para nós que lutamos pelos diretos humanos há tantos anos: hoje em dia, temos no Governo um presidente operário, temos presidentas mulheres, temos presidentes/as da população indígena, temos um sacerdote, que é presidente. Ou seja, claramente a Região está mudando.

O que nos perguntamos é: o que vai acontecer com todo esse processo de mudança, que está exigindo que nós repensemos em que lugar estamos? Trata-se do vínculo entre a sociedade civil organizada e os governos. Estamos vendo que esses vínculos são vínculos ambíguos. Hoje em dia muitas pessoas que antes pertenciam às ONGs entram no Governo e isto não significa que obtemos a harmonia no encontro entre os dois setores. Porque muitas vezes eles dizem: "Bom, agora não, eu estou aqui, me dê mais um pouco de tempo. Como você pode pedir isso?" E muitas vezes a vigilância dos diretos se faz mais difícil do que antes, quando, talvez, houvesse um desconhecimento ou uma oposição. Em alguns países se chega até ao que chamamos de criminalização das ONGs. Países como Nicarágua, onde essas organizações cortaram o vínculo com o governo, devido às discrepâncias com as medidas que vão sendo tomadas.

Isso tudo faz que as agendas sobre a infância tenham ido se fragmentando. Temos em nível nacional um plano de erradicação do trabalho infantil; um plano contra a exploração comercial e sexual; um plano para a primeira infância. Todos separados uns dos outros e, talvez, até em instituições diferentes. A agenda da infância foi fragmentada nos países e isso enfraquece a integralidade da convenção e o poder de dar respostas efetivas que mudem a realidade de como vivem os meninos e meninas.

Também nos preocupa que ante a crise econômica mundial que está vindo - e todos sabemos que quando vêm as crises, os recursos são diminuídos e, quando os recursos são diminuídos, os cortes são com gastos sociais e, quando cortam os gastos sociais, cortam primeiro os gastos com a infância e adolescência porque são “os que menos incomodam”.

Então, nos perguntamos o que estão fazendo as autoridades, os governos, os responsáveis pela infância, para ir gerando esse processo, e o impacto disto nos meninos e meninas. De que maneira estão sendo feitas as políticas para que isso possa ser modificado? De que maneira os indivíduos responsáveis por esses temas estão atuando em favor disso? Ao mesmo tempo, vemos que a Região está unida, mobilizada, que está gerando pautas de encontros entre diferentes atuantes que lutam pelos mesmos objetivos.

Para isso, foi feito um plano estratégico para cinco anos, no qual o primeiro elemento fundamental levantado é fazer uma análise e um balanço crítico do impacto da convenção e das medidas que foram tomadas, na vida dos meninos, meninas e adolescentes. Mudou ou não mudou a realidade dos meninos e meninas? Os marcos jurídicos que foram estabelecidos pelas políticas públicas, os investimentos que foram feitos, isso modificou a situação? Ou não? É fundamental que como Região possamos realizar essas mudanças. O Brasil, neste momento, está avaliando os 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente e isso é muito importante para podermos construir esse olhar regional, assim como todos os elementos que vocês, como movimentos de educadores sociais, estão gerando.

No próximo ano (2009), a Convenção sobre os direitos das crianças fará 20 anos. Pensamos que seria fundamental chegarmos a novembro do próximo ano com clareza e documentos para podermos difundir amplamente, em toda a Região e para todos os envolvidos, qual é a realidade e como a vêm aqueles que trabalham no dia-a-dia com os temas dos meninos e meninas ou com os próprios meninos e meninas.

É importante podermos fazer um acompanhamento do tema sobre investimentos na infância. Em que medida os nossos países investem no tema da infância e adolescência? Estamos lutando para saber qual é a porcentagem que os nossos governos efetivamente estão dando para a educação? Ao mesmo tempo, quanto é destinado para programas especiais? Quanto está sendo destinado para meninos e meninas com deficiência?

Por isso, vemos como elementos importantes: incidir nos mecanismos criados e, ao mesmo tempo, nós que trabalhamos com o tema da infância e adoles-

cência, podermos nos educar nos temas econômicos. Podermos estar bem formados para podermos ter elementos no momento de negociar. Com isto poderemos gerar mais impacto nos lugares onde são tomadas as decisões. No plano estratégico a que nos referimos, e do qual estamos explicitando suas bases e preocupações, as prioridades dos temas são: violência; justiça penal da juventude; saúde; exploração trabalhista, econômica e sexual; educação e direito a uma identidade.

Ainda sobre o plano estratégico, mais dois elementos chaves: um é o fortalecimento dos espaços de participação das crianças e adolescentes. Poder acompanhar esses movimentos e grupos organizados de meninos, meninas e adolescentes, que estão sendo criados nos nossos países e que estão gerando impacto, para que eles não se intimidem e, também, para que eles nos digam como temos que seguir caminhando para defender os seus direitos. O outro elemento é dar sequência aos estudos das Nações Unidas, sobre a violência contra meninos, meninas e adolescentes.

Por último, queria terminar com o que diziam hoje pela manhã: que nós que trabalhamos pelos direitos humanos, especialmente pelos meninos e meninas, temos consciência de que é uma utopia irmos tão distante - até onde todos os direitos de cada menino, menina e adolescentes sejam realmente garantidos. Às vezes, sentimos que estamos trabalhando ao encontro de uma utopia. Por isso, eu sempre gosto de compartilhar algumas palavras de Eduardo Galeano, um escritor uruguaio, que faz a Janela sobre a utopia. Eduardo diz: “Ela está no horizonte - diz Fernando Birri - Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais a alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para caminhar.” Então, companheiros e companheiras eu os convido a caminhar juntos a favor das crianças e dos adolescentes.

Da Associação Internacional de Educadores Sociais

Ignácio Arcos¹⁴
Uruguai

Vamos começar primeiramente agradecendo a todas as pessoas envolvidas com a presença da Associação Internacional de Educadores Sociais (AIEJI), através da minha presença aqui. Em primeiro lugar a Júlia, em segundo lugar

a Marquinhos, Ademar, a Ronaldo, que são pessoas com as quais estamos percorrendo um caminho consistente e permanente de encontros e contatos, tentando dar uma realidade a essa rede de educadores sociais.

A aposta não é pequena, é uma aposta muito grande num mundo como o que nós temos. Ontem, Renato falava sobre a crise que está chegando, e acredito que vai ser uma crise muito forte, para a qual temos que nos preparar. Entendo que essa aposta feita nas redes regionais e nas redes internacionais não só irá funcionar para a gente, mas, historicamente, tem funcionado para as comunidades e também para nós que trabalhamos nessa área. A partir dessa premissa é que proponho a apresentação da AIEJI.

A questão é poder pensar um pouco sobre como fazer para educar, em um mundo como o atual, em um mundo onde é tão difícil dar um lugar ao outro, dar um lugar a quem está buscando um lugar comum, um mundo comum. Estou falando dos sujeitos da nossa ação educativa, que, permanentemente, estão fazendo força e nos mostrando sua intenção de ser parte de um mundo comum.

Então, não acredito que começamos do zero nisso. Estamos em Pernambuco, estamos na terra natal de Paulo Freire, de Francisco Julião, também de Gilberto Freire. Estamos em uma terra, que não foi a terra onde nasceu, mas que também foi importante para outro lutador e pensador: Castro Alves. É também a terra de diversos lutadores anônimos que faz com que Recife seja conhecido como a cidade das mil revoluções, isso tampouco passa despercebido para mim nessa apresentação.

O que é o tema da Associação Internacional de Educadores Sociais? Vamos avançar fazendo um paralelo entre as questões mais formais e as questões que não são tão formais. Em princípio, a AIEJI é uma associação que tenta ser “A” Associação Internacional de Educadores Sociais, que é uma associação na qual se pode ser membro como indivíduo, como instituição que trabalhe na área de educação social, que se identifica com o trabalho na área social, mas também como associação profissional ou sindicato profissional. Vale mencionar que esses dois tipos de agrupação - formação de coletivo - existem dentro da AIEJI. No caso das associações profissionais nós temos o exemplo da do Chile e do Uruguai. No caso dos sindicatos profissionais é um bom exemplo o da Dinamarca, que agora está organizando o próximo congresso mundial. Essas são as filiações que podem ser feitas via internet ou também através da minha representação.

Os congressos mundiais são espaços privilegiados para que nos encontremos.

“Afirmamos e comprovamos a existência do campo da educação social, como um saber específico orientado a garantir o exercício dos direitos das pessoas e que requer o nosso compromisso permanente nos níveis éticos, técnicos, científicos e políticos.”

Não somente para compartilhar conhecimentos acerca das nossas ações, mas também para tecermos alianças e também para tomarmos decisões através da assembléia geral que a AIEJI promove durante os congressos.

O escritório regional, do qual fazem parte os comitês da AIEJI, tem a finalidade principal de unir os educadores e educadoras sociais da Região. Temos a responsabilidade, no Uruguai, de estar à frente do escritório desde 2001, primeiro ano do centro de educadores sociais, e desde 2005 o que dá suporte ao escritório é a Associação de Educadores Sociais do Uruguai.

Sigamos, então, fazendo uma definição estatutária do que é um educador/a social para a AIEJI. É esta uma definição que não dá para comentar muito, mas que exemplifica um pouco do que foi a pauta de construção da AIEJI, muito baseada na experiência européia, e que recentemente começa a incorporar a experiência latino americana, com a realização do Congresso Mundial, no ano de 2005, em Montevideu.

Considera-se que os educadores sociais são profissionais formados, que trabalham com meninos, meninas, adolescentes e adultos - seja de forma pessoal ou coletivamente -, sendo estes, pessoas que necessitam de ações sócio-educativas. Os educadores sociais, em diferentes contextos, através de ações individuais ou comunitárias, respeitando a ética profissional, exercem diferentes funções de caráter educativo, na direção de programas, na ação de formação e na investigação no âmbito sócio-educativo.

Vamos ver como isso está refletindo na América Latina e como esses conceitos se enriqueceram. Para isso, eu proponho que revisemos o que foi o produto do Congresso Mundial de Montevideu - a Declaração de Montevideu.

A Declaração de Montevideu foi um produto do plenário de Montevideu, proposta em novembro de 2005. Nós, os educadores e educadoras sociais e outros atuantes, todos e todas reunidos nesse Congresso Mundial, a partir da reflexão e do debate coletivo, declaram que:

“Afirmamos e comprovamos a existência do campo da educação social, como um saber específico orientado a garantir o exercício dos direitos das pessoas e que requer o nosso compromisso permanente nos níveis éticos, técnicos, científicos e políticos.”

Como podem ver, o primeiro ponto dessa Declaração é, simplesmente, afirmativo sobre a existência do campo da educação social. Uma necessidade que foi sentida fortemente no Congresso de Montevideu. (...) Para o cumpri-

mento do compromisso a que este ponto se refere, é um imperativo a consolidação da figura do educador e educadora social, sua interação nas equipes de trabalho e sua organização como grupo. Essa função exige dos educadores sociais uma sólida formação inicial - de base - e também permanente.

Sugeria-se que as formações deveriam se basear nas práticas concretas, a partir de análises críticas permanentes. Era fundamental a centralidade da prática, entendendo que uma boa instrução sucede como ação e toda ação tem uma margem de previsibilidade e uma margem de ordem não previsível. E assim deve ser. Isto tem a ver com como o sujeito se envolve em essas propostas - do que ele se apropria e do que não, ante essa proposta. No mesmo Congresso, também se reconhecia a importância da sistematização das práticas.

Aqui temos, pois, a primeira referência que se faz na AIEJI sobre a participação crítica dos indivíduos. Até o Congresso Mundial, esse não era um tema que tivesse sido discutido como tema concreto. Por outro lado, se reafirmou "O compromisso pela democracia, pela justiça social, pela defesa do patrimônio cultural; os direitos de todos os humanos e o convencimento de que é necessário outro mundo, não o que temos atualmente".

(...) não sei se vocês conseguem perceber as diferenças que existem entre a primeira definição sobre educação social e o que é sugerido agora. Esta ênfase na participação dos sujeitos, independente do contexto em que trabalhamos, tem o sentido de fazermos da nossa experiência uma contribuição específica da educação social. Acredito que este encontro, assim como os outros que viemos realizando desde 2004, é um excelente exemplo de como é feita a participação entre os humanos e quais as necessidades desse tipo de participação. Só que também o objetivamos enquanto um direito das pessoas, e aí talvez esteja a contribuição do congresso de 2005 - da Declaração de Montevideu.

Após a introdução conceitual da definição de educadores sociais da AIEJI e do que foi a Declaração de Montevideu, eu os convido a conhecer um pouco do que tentamos realizar, desde o escritório da AIEJI, na América Latina - aqui, partir de fotos apresentadas em slides, faz-se referência a Encontros no Brasil, Chile e Uruguai, bem como a um intercâmbio profissional organizado com educadores sociais da Itália.

(...) Há alguns dias, tivemos um encontro regional - ou uma tentativa de encontro regional - em Montevideu, do qual felizmente participou pela primeira vez uma delegação de mais de 50 pessoas da Argentina, quase todas pertencentes à área de formação de educadores sociais, que se engajaram nesses

últimos anos. Eles eram de cursos técnicos em Pedagogia e Educação Social e não se conheciam. As três experiências iniciadas estavam isoladas umas das outras e o encontro de Montevideu serviu para que eles se conhecessem.

(...) O que se pretende é promover o debate, dentro e fora da região, sobre quais são as responsabilidades dos educadores e educadoras sociais e assim enriquecer o coletivo internacional. Neste sentido, o que produziram os Europeus é uma contribuição: se para nós serve, ótimo, se não nos serve, deixamos de lado. Não há nenhum problema quanto a isso. Mas sendo uma proposta dos companheiros, elaborada pelo comitê executivo da AIEJI seria interessante podermos ter acesso a ela. Refiro-me à Plataforma comum para os educadores e educadoras sociais da Europa, documento produzido pela oficina regional Européia.

Eu proponho, para ir concluindo minha apresentação, simplesmente, pegar uma das coisas que foram propostas no documento de Responsabilidade dos educadores sociais: a finalidade da educação. Com vistas à identificação de tal finalidade, tentei extrair todos os segmentos do documento que se referiam a isto e, nesta trilha, encontramos coisas diversas. Não se trata, pois, de um documento completamente uniforme, é isso que me interessa deixar claro. É um documento também aberto. É neste contexto que por finalidade da educação, propõe-se a integração da comunidade, feita de diversas formas, tonalidades e graus de precisão e a cidadania plena para todos; a promoção da igualdade e respeito para todas as pessoas; a promoção da articulação social; e também se faz referência à prevenção da marginalização e da exclusão.

Ainda sobre a finalidade da educação, do ponto de vista conceitual, o documento faz referência a reforçar e facilitar a capacidade das pessoas para lidar e exercer o controle sobre as suas vidas; apoiar o desenvolvimento dos usuários - prestem atenção no termo que utilizam na Europa: usuários é um termo usado com muita frequência, para nós é difícil entendê-lo, ao menos para mim. Na realidade, o que estrutura essas expressões é a autonomia, a auto-determinação como diremos mais adiante; é aumentar a capacidade pessoal para decidir por si mesmo... De se adaptar, de se desenvolver [num esforço de pertencimento a um mundo comum].

A Lista de Ética é outro componente. Propõe que os educadores e educadoras devem promover a igualdade social e respeito para todas as pessoas e com atenção especial às necessidades de cada indivíduo. Esta ênfase em cada sujeito, a preocupação com cada um, também é interessante e acredito que valha a pena, como educadores sociais, refletirmos sobre isso.



¹⁵ Trabalha no programa de intervenção especializada La Florita, da Fundação Leon Bloy; é assessora técnica de apoio, elaboração e avaliações de projetos sociais e culturais da ONG Imagem de Apoio a Promoção da Mulher; educadora social do programa de atenção a meninos e meninas infratores da lei, da Rede Cidadãos de Direito no Presente (Sename - Serviço Nacional de Menores); coordenadora dos encontros nacionais de educação social no Chile e vice-presidenta da Associação de Educadores e Educadoras Sociais do Chile.

Teremos a reunião de Buenos Aires, que está sendo planejada para o final de março, com o fim de trabalhar os seguintes eixos: o exercício profissional e as responsabilidades, a formação e a associatividade. Tem o objetivo de produzir um documento comum para a assembléia do 17º congresso. Esta é uma proposta que trazemos para ser considerada, para que prestem atenção nela e para levar uma resposta, dado que essa sugestão veio dos nossos colegas da Argentina.

Logo acontecerá o Congresso Mundial de Copenhague, de 04 a 07 de maio de 2009, questão que vai ser trabalhada na reunião do Comitê Executivo dentro de uma semana. O tema é: “Os educadores e educadoras no mundo globalizado”. O evento se destina a educadores e educadoras sociais de todo o mundo, mas também a professores e instrutores. A globalização será o tema central, mas também teremos três eixos complementares: “Os novos territórios e as redes globais de contatos”; “As novas divisões de trabalhos e a novas formas de poder” e “Os meios de comunicação, a globalização e a globalização da imprensa”.

Acredito que não falta mencionar nada. Resta-me somente dizer que para mim é um prazer estar aqui com vocês, em mais um encontro de educação social. Temos adiante uma tarefa difícil que é a de tornar possível a educação. À medida que vamos trabalhando, alguns de nós tendemos a pensar que, cada vez mais, temos que deixar de adjetivar a educação. Que possamos pensar a educação como somente uma coisa.

Da experiência do Chile

Dayana Osorio
Chile

Queridos companheiros e companheiras, todos educadores sociais, muito boa noite a todos. Primeiramente, gostaria de agradecer à organização desse 5º encontro por terem me convidado para participar e contar de maneira muito humilde a experiência que nós temos no Chile, poder dividi-la com vocês. Do, mesmo modo, também agradeço porque hoje posso ser uma testemunha fiel e dizer que no Brasil existe sim uma emancipação da educação social - isso está aqui visível, é uma conquista de vocês.

Primeiramente, vou partilhar com vocês uma reflexão. Posteriormente, vou contar um pouco sobre como aconteceu o nosso processo de articulação de educadores e educadoras no meu país.

Primeira coisa que quero dividir com vocês é a importância de comunicar e de dialogar entre os educadores e educadoras sociais do país, da América Latina e do mundo inteiro. O ato de comunicar é uma ferramenta fundamental para o crescimento e a abertura de novos campos de ação em torno da educação. Por isso é necessário dialogar em torno de bases sólidas que permitam dar sustentação a nossas ações cotidianas, com a finalidade de consentir ferramentas que complementam as apostas e os novos paradigmas que hoje surgem em torno dos desafios das ações educativas, como também do desenvolvimento dos atores da educação social. Nós mesmos.

Portanto, podemos dizer que o ato de dialogar (a relação dialógica) é a principal ferramenta emancipatória da educação social. Não só nesse Encontro, por exemplo, não só nesse país, mas no mundo inteiro. Nossa Região mostra importantes acontecimentos históricos, políticos e sociais, dos quais emerge uma caracterização da realidade conjunta, não menos diferenciada em cada país. Sem embargo, como força inerente, se desdobra uma identidade coletiva em termos de processos, mudanças, formas e exercícios cotidianos nas relações sociais. Certamente, as contribuições que surgiram no decorrer da nossa história, foi o que permitiu reconhecer as características de cada grupo social e também contribuir para a atualização de novas e variadas formas nas quais interagem os indivíduos.

Na atualidade, vivemos processos complexos, tempos globais hipertecnológicos, que impactam os sistemas humanos e as relações entre os indivíduos com mudanças drásticas. Estes, por sua vez, sentem a necessidade de atualizar e renovar as formas estratégicas de educação popular. Essa educação popular que nos forneceu por tanto tempo o legado de educar, de educar com amor, de educar com pureza, com sinceridade e, sobretudo, com força. Essa educação popular é uma frente importante e uma referência para nós, educadores sociais do Chile, e acredito que na América Latina e no mundo também. Por sua vez, essa é uma das expressões da educação social, porque não há somente uma a educação social existente, são muitas as educações sociais.

Então, essa educação social, essa em cujo conjunto [de ações e sentidos] nós apostamos hoje, é que se materializa na democratização do conhecimento e da informação. Daí toda a intenção de profissionalizar - entenda-se não como academizar, mesmo que, da mesma forma, seja importante ter acesso a novos

conhecimentos, como sobre a psicologia da educação, por exemplo, porque trabalhamos com indivíduos-. No entanto, compreendemos que o que estamos fazendo aqui hoje também é parte disso: participar de convenções, informar-se, participar de grupos de debates, isso, meus amigos, também é parte de nossa própria profissionalização. São precisamente esses espaços o que nutre o modo de atuar e o nosso papel como educador e educadora social no cotidiano.

Passamos agora a algumas das experiências que temos no Chile:

- » A primeira experiência é uma iniciativa que está marcada por um plano de Governo, iniciada em março e concluída em novembro de 2006, pelo Ministério de Moradia e Urbanismo, no qual o educador e educadora social cumpriram um papel fundamental na erradicação de um dos acampamentos mais emblemáticos da cidade Santiago.
- » A segunda experiência está relacionada a uma escola móbil-itinerante, em que participa um grupo de ação pedagógica bem jovem, na Comunidade La Pintana, zona sul de Santiago, em 2006. Experiências que alguns companheiros do Brasil puderam conhecer.
- » Também se destaca um curso simultâneo que se chama “Recuperando a Felicidade”, no qual nossos companheiros trabalharam em torno das atividades artísticas e criativas de meninos e meninas dessa mesma zona. Essa seria a terceira experiência.
- » E, por fim, a quarta experiência, ainda em curso - com a qual me envolvo profissionalmente -, refere-se a um programa integral e especializado com meninos, meninas e jovens que apresentam diversos problemas, como a exploração sexual, comercialização infantil, violência familiar, consumo de drogas, entre outros.

O que fazemos aí? O que dá vida a estas experiências?

Primeira experiência Erradicam-se as moradias precárias, inicia-se o trabalho ativo dos educadores sociais. Mais de 900 famílias devem deixar para trás o lugar onde moraram durante anos, a fim de tomar novos rumos que permitam melhorar suas condições de moradia, qualidade de vida e vencer a pobreza. A tristeza é grande, mas, da mesma forma, começam a se tornar realidade grandes sonhos. São realizados os esforços e começa o trabalho educativo. As famílias devem mudar de espaços, devem modificar as condições e formas de convivência. Os meninos e meninas deixaram para trás uma história marcada pelo desamparo, a fome e o abandono. Sem embargo, fica-

“Educar é um ato fruto de amor, que, por sua vez, não é só o sentimento dirigido a outro/a, mas sim uma atitude diante da vida”
P. Remolinos

ram latentes as recordações da convivência diária com os amigos, vizinhos, organizações e movimentos, que por vários anos apoiaram os esforços para melhorar as condições que dignificaram as suas próprias vidas. Então, com alegria, dedicação e muito profissionalismo, a coragem é acentuada e surgem múltiplas atividades, a fim de favorecer nesse processo de mudança dos meninos e meninas às suas novas casas. No dia-a-dia uma tarefa que exige esforço, aguerrido, conhecimento, disponibilidade e profissionalismo. A contribuição dos educadores e educadoras na erradicação da invasão de terra mais antiga de Santiago do Chile. Um lindo sonho. Uma enorme realidade.

Segunda e terceira experiências A aprendizagem surge espontaneamente. A tarefa continua dia após dia. Motivados nos espaços de recreação, dando a oportunidade a nossos companheiros estrangeiros de conhecer a experiência, aprendendo novas coisas em comunidade, os educadores e educadoras utilizam o teatro para ensinar, com ternura e acompanhamento constante... Conhecendo novos lugares, participando em trocas de experiência com educadoras e educadores sociais do país - “As crianças aprendem com o que vivem”.

Quarta experiência Faz-se um trabalho pelo reconhecimento dos direitos das crianças, fortalecendo o papel da família, abordando temas complexos, facilitando, jogando, pensando nos bons momentos, experimentando e descobrindo o mundo - uma equipe cheia de força e convicção pelos nossos meninos e meninas.

“Educar é um ato fruto de amor, que, por sua vez, não é só o sentimento dirigido a outro/a, mas sim uma atitude diante da vida” (P. Remolinos). Queridos, é precisamente essa atitude diante da vida que nos convoca aqui. Somos nós os encarregados de transformar esses sonhos, esse grande sonho coletivo, em uma realidade emancipatória. Somos nós os capazes de fomentar que os demais comecem a se reconhecer em si mesmos e reconhecer aos outros. Somos nós os encarregados em proporcionar esses espaços de movimentos e de articulação.

Agora eu vou contar para vocês como foi dada a nossa contribuição no processo de formação e articulação de educadores sociais. No Chile, prevalecem dois eixos centrais: um que data da experiência dos anos 60, da educação popular no campo, no tempo da reforma agrária, quando Paulo Freire deu uma contribuição significativa no nosso país. A isso se soma a necessidade de poder profissionalizar o educador social, mantendo certas responsabilidades e certos componentes teóricos que dão suporte ao trabalho cotidiano. De-

corre daí a primeira carreira de nível profissional da Educação Social – na qual eu me formei -, iniciada no Instituto Profissional Carlos Casa Nueva, em 1996. E é este o nosso segundo eixo: a profissionalização.

Com o passar do tempo, outras escolas foram adquirindo o curso técnico em educação social, em universidades privadas, e foram surgindo especializações em Pedagogia Social, bem como algumas graduações em trabalho social e história.

Os processos de articulação foram se dando paulatinamente, já existindo alguns movimentos, como o Movimento Nacional de Educadores e Educadoras Populares do Chile (Mover), o Coletivo de Pedagogia Social (Copeso), a Rede Nacional de Educadores e Educadoras Populares, o Coletivo Paulo Freire, entre outros. Encontrando-nos em diversos espaços, fomos convocando encontros. Para o primeiro Encontro Nacional de Educação Social, foram convocadas todas essas redes articuladas de educadores e educadoras sociais. O segundo Encontro foi muito significativo porque começamos a ver, com nossos companheiros da Região, que tínhamos uma realidade próxima (...).

Juntamente a isso, iniciamos, ainda mais motivados, uma articulação da Associação de Educadores e Educadoras do Chile (...) O espaço do 4º encontro, em Belo Horizonte, foi o empurrão para que nós disséssemos: - agora, sim, vamos, nós podemos fazer! Assim, devemos isso a vocês.

Hoje, temos constituída a Associação de Educadores e Educadoras do Chile (...) e certamente foi difícil todos entrarem em um acordo comum. Começamos com uma organização incipiente, hoje temos a força, a vontade, a garra e o entusiasmo, além da convicção de saber que nós podemos, sim, fazer algo por nós mesmos. Que somos nós, os próprios educadores sociais, que temos que fazer a diferença. Uma diferença social. Um conhecimento de nos reconhecer e, desse modo, impulsionar e tornar visíveis as nossas ações, não só no âmbito trabalhista.

Só para finalizar, gostaria de dizer que nós, educadores sociais, temos que estar conscientes de duas coisas (e aqui faço referência ao que falava Renato Roseno ontem): o mundo é possível que não consigamos mudá-lo, mas, sim, podemos contribuir para transformar a realidade de cada indivíduo. A segunda coisa, queridos, é que se cada educadora e cada educador social não for ser militante da educação social, então que pendure as botas e se vá, porque isso não serve. É preciso militar pela a educação social! Pode parecer radical, mas, sim, pode ser.

Da experiência da República Dominicana - no contexto do Caribe

Jéssica Rosário¹⁶
República Dominicana

Primeiro quero agradecer o convite que nos fizeram a Diana, Janete e a mim, da República Dominicana, para virmos dividir conhecimentos e experiências com vocês. Especialmente a Marquinho e Néia, que já estiveram também na República Dominicana, muito obrigada.

Nossos objetivos, quando nos propusemos a fazer essa apresentação, foi um pouco o de contextualizar a realidade do Caribe às perspectivas históricas; apresentar os desafios para a articulação dos educadores e educadoras sociais e propor, explicitar, linhas de ação e grandes conteúdos, sob os quais é possível mobilizar e desenvolver um processo de articulação sustentável em nível local e regional.

É importante também destacar que na República Dominicana a graduação em Educação Social ainda não foi iniciada porque o Governo não via a necessidade de ter trabalhadores e trabalhadoras sociais, nem educadores e educadoras sociais. Então, agora, como organizações não governamentais, estamos, de uma forma ou de outra, nos articulando para iniciar este curso. Vamos começar com um mestrado, uma pós-graduação em Educação Social, para a partir daí mostrar a necessidade que existe de haver a graduação de Educação Social.

O que vamos fazer aqui é propor um olhar desde a República Dominicana. São limitadas as experiências que nós temos, pelo menos não se socializam. O Caribe vive de costas, ou seja, a República Dominicana divide a mesma ilha com a República do Haiti e não temos o mesmo idioma, nem as mesmas crenças, vivemos completamente de costas um para o outro. Na verdade, conforme poderão observar no mapa, também estão próximos de Cuba, Jamaica e Porto Rico. É tudo muito perto, mas nós vivemos muito longe uns dos outros.

Nós, os educadores sociais, não estamos articulados, mesmo que já se reconheça que existem muitos programas e projetos nos quais sabemos que esses educadores estão envolvidos. Um exemplo pode ser um projeto regional que estamos desenvolvendo: “Meninos e Meninas de Rua, Gurises Unidos, IMPRUT e Caminhante na República Dominicana.” Ou seja, Brasil, Uruguai, República Dominicana e Nicarágua. Nós focaremos nos conteúdos e desafios da articulação a nível local e regional.



Contexto histórico

O Caribe tem a mesma história colonial que muitos países da América Latina:

- » Habitado por indígenas - que, no caso do Caribe, foram exterminados no primeiro século da colonização.
- » Povoado por negros, que foram levados aos nossos países como escravos. No processo, os negros seguiram para as montanhas, para as partes mais altas de muitos dos países, foi quando começaram a surgir os primeiros Cimarronaje e os primeiros Manieles e Palenques, sobretudo no Caribe.
- » A primeira república independente foi a República do Haiti, que é um dos países mais pobres da América Latina.
- » Multiculturais. Somos étnica, ideológica e economicamente diferentes, além de possuímos idiomas distintos. Portanto constituímos um Caribe disperso e diverso. Por exemplo, Cuba é socialista. Porto Rico ainda é, na realidade, colônia dos Estados Unidos. Haiti é o país mais pobre da América Latina, como mencionávamos antes, e a República Dominicana é uma democracia

representativa. Assim, nós dizemos ao nosso presidente: não queremos um mito, queremos que faça investimentos na educação e na saúde - e não fazem nada. É, de um lado, o que nós queremos, e do outro, o que o presidente quer. Essa é a nossa realidade e o contexto no qual trabalhamos.

Características do contexto no qual trabalhamos

- » Ausência de estratégias concretas dos Estados para diminuir ou prevenir os problemas que afetam a nossa região. Como, por exemplo, o baixo investimento para a educação social e para a saúde. Com a exceção de Cuba, onde, sim, são feitos investimentos em educação e saúde.
- » Aumento constante dos índices de desemprego, que é fruto do enfraquecimento econômico que sofremos.
- » Aumento das migrações. Por exemplo, temos uma constante migração dos haitianos para a República Dominicana, dos Dominicanos para Porto Rico, dos Cubanos para Miami. Estamos conscientes de que cada pessoa pode e deve escolher onde quer viver, e onde gosta de viver. No entanto, também é preciso considerar que, na maioria das vezes, colocam em risco suas vidas ao cruzar o Canal da Mona, que separa a República Dominicana de Porto Rico, e o Canal dos Ventos, que separa Cuba de Miami.
- » O problema da dívida externa, com o qual todos os países da América Latina sofrem.
- » A deteriorização dos recursos naturais, sem que sequer nos preocupemos com essa situação.
- » Alto índice de pessoas excluídas e discriminação.

Desafios para os educadores e educadoras sociais, diante do panorama atual:

- » Criação de ferramentas para uma prática política transformadora das estruturas injustas.
- » Atualização permanente para o desenvolvimento de ações de qualidade, que gerem impactos positivos.
- » Auto-cuidado para não nos queimarmos nos contextos cada vez mais adversos. Temos que reconhecer que na medida em que vamos nos entregando ao trabalho que desenvolvemos, vai também crescendo o nosso desgaste pessoal.

“Se você vai ao centro de saúde da República Dominicana, dependendo da sua situação econômica, você será melhor atendido, sem que importe a gravidade em que você chegou”.

Compreendemos-nos na perspectiva de uma prática política transformadora. A dimensão política obriga ter uma posição contestatória, pessoal e coletivamente, e nos remete a perguntas como: quais os riscos que se espera do ato de assumir a dimensão política? Quem é a pessoa educadora social, nesse contexto?

Pensamos que o educador e educadora social é um agente de educação especializado, que intervém na realidade sociocultural e acompanha as pessoas excluídas do sistema social, para que estas se apoderem dos processos de mudança. Ou seja, proporciona às pessoas o acesso às informações para que elas assumam o protagonismo da sua realidade. Neste sentido, nunca vai buscar assumir as responsabilidades de outras pessoas, mas sim propiciar a mudança dessas pessoas. Tomando isto como referência, tais educadores/as trabalham nos campos da educação não formal, educação de adultos, educação à população em risco, inserção social de pessoas excluídas e vulneráveis.

Em nossa experiência em “Caminante de República Dominicana”, essa é uma das realidades com a qual temos que trabalhar diariamente: a inclusão de pessoas mais vulneráveis. Estamos trabalhando com meninos, meninas e adolescentes que são vítimas e sobreviventes da exploração sexual comercial. Lá, nós temos essa dificuldade. Boca Chica é uma cidade vendida como um paraíso sexual, onde qualquer pessoa pode ir e com U\$ 20, U\$50, se pode conseguir duas meninas entre 13 e 14 anos, sem nenhum problema. Muitas vezes acontece de a própria família colocar em ofertas estes meninos e meninas em troca de presentes. Então, isso nos obriga a ter uma posição muito forte e trabalhar, não só para contribuir para que esses meninos e meninas se distanciem desse problema, mas também para a inclusão na escola, para que sejam cumpridos os direitos dessas crianças de receberem uma saúde adequada, receberem atenção. Pelo fato dessas crianças viverem na rua, ou fora da família, muitas pessoas os desprezam. Daí ser esta uma situação que precisamos resolver diariamente.

Como dizíamos, a dimensão política obriga uma posição contestadora tanto no âmbito pessoal, como no coletivo. O trabalho realizado não é neutro e implica um posicionamento contra um sistema injusto e desigual: “se você vai ao centro de saúde da República Dominicana, dependendo da sua situação econômica, você será melhor atendido, sem que importe a gravidade em que você chegou”.

Só para citar um exemplo, há dois anos, me assaltaram e atiraram no meu ombro. Nesse momento, eu não tinha nada de dinheiro e cheguei toda molhada

de sangue no Centro de Saúde. Não tinha comigo a carteira do Seguro Social de Saúde e, por isso, tive que sair do lugar aonde tinha ido para receber os primeiros socorros. Somente porque não tinha dinheiro para pagar. Supõe-se que se deve atender as pessoas, sem importar que o indivíduo tenha, ou não, dinheiro. Assim diz a lei, mas na prática é muito diferente.

Diante das condições adversas de trabalho, incluindo aquelas próprias das instituições, opera-se em uma constante contingência. E isso, de alguma maneira, se transforma em um potencial forte para a presença de riscos sociais. Entendendo isso como certas características das condições de trabalho vinculadas aos seus conteúdos, sua organização e seu entorno, que podem contribuir para a aparição de danos à saúde dos trabalhadores. Muitas vezes caímos no desgaste profissional, fruto da demanda que temos como educadores e educadoras sociais.

Que riscos corremos ao assumirmos a dimensão política em nossas práticas cotidianas? Para esta pergunta, certamente podemos responder: perda de trabalho; empobrecimento; perseguição; isolamento; pressões psicológicas. No entanto, sabemos que há potencialidades na dimensão política, e tais potencialidades se traduz numa maior capacidade de incidência e maior impacto.

No contexto a que estamos nos referindo, temos muitos outros desafios:

- » O uso de ferramentas de legibilidade para conseguir um maior investimento do Estado na educação e para eliminar as barreiras de acesso das populações mais vulneráveis;
- » A probabilidade de diminuir as doações para projetos sociais como os que estamos desenvolvendo, diante da crise econômica mundial;
- » Enfrentar a vulnerabilidade pela possível perda de empregos, em consequência dos cortes de investimentos.

No que diz respeito à formação permanente, consideramos que esta melhora o desempenho do educador e da educadora social e isso é traduzido na qualidade do acompanhamento que fazemos. Nesta perspectiva, no seio da atualização permanente, podemos utilizar as novas tecnologias a nosso favor. Ainda no sentido da nossa formação, importa-nos a sistematização e construção de novos conhecimentos para melhorar a prática.

No que toca aos desafios para o auto-cuidado dos educadores e educadoras sociais, é importante saber estabelecer limites - até onde nós educadores e

educadoras podemos chegar? -; gerar apoio social, criar redes, não só entre educadores e educadoras sociais, mas também com outros profissionais de outras áreas e, por fim, ter conhecimentos dos riscos psicossociais associados ao trabalho que realizamos.

As Linhas de ação que propomos para a articulação dos educadores sociais:

Em nível local: organizações que assumam a liderança para identificar quem são e onde estão os educadores/as sociais; desenvolver os perfis desses educadores; abrir o debate sobre temas de interesses que apóiem a definição da identidade dos educadores/as sociais; identificar canais viáveis de comunicação permanente, como blogs, páginas de internet, entre outros; construir objetivos comuns e nos focar no que une os educadores/as; conhecer a legislação trabalhista vigente; identificar uma estrutura de organização flexível e inclusiva, onde todos possam entrar; possibilitar a troca, entre os educadores e educadoras, de ferramentas, modelos de intervenção, entre outros; promover investigações sobre os fatores psicossociais negativos presentes nos ambientes de trabalho.

Em nível regional: análises do desafio do trabalho do educador social no contexto de crise econômica, quando os problemas sociais são aguçados; promoção de investigações regionais sobre os fatores psicossociais negativos presentes nos ambientes de trabalho; estabelecimentos de estruturas de participação flexíveis; fortalecimento das redes existentes; desenvolver do código de ética dos educadores e educadoras sociais.

ANEXOS

PROGRAMAÇÃO V ENES

13 de novembro de 2008

- 14h** Credenciamento
19h Abertura Oficial, com a presença de autoridades
20h Tema Central - “Educação social: consolidando caminhos na perspectiva da emancipação social”.
Conferencista: Renato Roseno – CE
21h Lançamento do livro “Encontros Nacionais de Educação Social”.

14 de novembro de 2008

- 8h** Credenciamento (até às 13h).
9h Mesa Temática: “Referenciais sobre as práticas da educação social no Brasil”.
Coordenação: Fernando Silva - PE
Expositores: 1. Olhares do Movimento da Infância e adolescência | Licínia Maria Correa – SP
2. Olhares do Movimento de Mulheres e Movimento Negro | Deise Benedito - SP
3. Olhares do Movimento dos Trabalhadores Rurais | Jaime Amorim – PE
- 12h** Almoço
14h 15 oficinas simultâneas, com 80 participantes.
17h30 “Relato de experiências sobre Educação Social e Articulação de Educadores na América Latina e Caribe”
Coordenação: Marco Antônio de Souza - SP
Expositores: 1. Jorge Freire - Coordenador da Rede Lamique (Uruguai)
2. Ignácio Arcos - Associação Mundial de Educadores Sociais (Uruguai)
3. Dayana Osório - Coordenadora dos Encontros de Educadores Sociais do Chile
4. Yesica Rosário - Caminante (República Dominicana)
- 20h** – Jantar

Dia 15 de novembro de 2008

- 9h** Mesa temática: “Os desafios da formação continuada e do fortalecimento da rede nacional de educação social”
Coordenação: Júlia Deptulski - SP
Expositores: 1. Olhares do Movimento da Infância e adolescência | Stela Graciani - SP
2. Olhares do Movimento de Mulheres e Movimento Negro | Ilma de Jesus - MA
3. Olhares do Movimento dos Trabalhadores Rurais | Adelar Pizetta - SP
- 12h** Almoço
14h 15 oficinas simultâneas, com 80 participantes.
18h Jantar
20h Noite cultural

Dia 16 de novembro de 2008

- 9h30** Plenária para apresentação da síntese das Oficinas.
Coordenação: Antonio Pereira - MG
12h Plenária de encerramento
Leitura da Carta de Olinda do V ENES.
Definição do local do VI ENES.

CARTA DE OLINDA

Nós, educadores e educadoras sociais de 19 estados do país, reunidos no Centro de Convenções de Olinda, em Pernambuco, no período de 13 a 16 de novembro de 2008, na quinta edição do Encontro Nacional de Educação Social - ENES, refletimos o tema: - Consolidando Caminhos na Perspectiva da Emancipação Social, alicerçando as reflexões a partir dos olhares:

- » Movimento da Infância e Adolescência;
- » Movimento de Mulheres e Movimento Negro, e;
- » Movimento dos Trabalhadores Rurais.

O V ENES carrega simbolismos destacadamente importantes na história recente da educação social no Brasil, a saber:

- » Mantém um ciclo ininterrupto desde a retomada da reflexão da prática da educação social, representada pela realização do I ENES, em 2001;
- » Ocorreu na Nordeste, região esta que tem extraordinário acúmulo no universo da história da educação social brasileira, e;
- » Consolida a reflexão acerca da articulação de espaços não eventuais para a reflexão/elaboração coletiva acerca da prática.

Constituímos um verdadeiro exército de educadores e educadoras sociais no País, comprometidos com os princípios da educação popular, com práticas que estimulam o protagonismo e com atuação em distintas áreas na busca da superação das desigualdades, da discriminação, do preconceito e da intolerância.

A história da educação social brasileira se legitima nas ações de resistência aos efeitos colaterais dos macro projetos de desenvolvimento, cujos alicerces se estabelecem nos aspectos do desenvolvimento econômico, urbanístico e arquitetônico, em detrimento ao desenvolvimento social, portanto, contraditórios aos princípios estabelecidos no conceito de Desenvolvimento Sustentável, definidos na ECO 92 - Rio de Janeiro.

Construir a desejada e necessária elaboração coletiva da prática da educação social no País, se impõe por diversos aspectos, destacadamente para qualificar o debate sobre:

- » Os rumos da reflexão e posicionamentos sobre o tema Educação Social no Brasil, e;
- » Os rumos da reflexão e posicionamentos sobre o tema Sujeito Educador(a) Social Brasileiro(a).

A possibilidade de contar com a participação de educadores e educadoras sociais do Uruguai, Chile e República Dominicana, dos coletivos que lideram o debate em seus países de origem, bem como em instâncias internacionais acerca do tema, tais como a REDLAMYC (Red Latino Americana y Caribeña por la Defensa de los Niños, Niñas y Adolescentes) e na AIEJI (Associação Internacional de Educadores Sociais), ao mesmo tempo que enriquece nossa reflexão nacional, dá vida às necessárias conexões para o debate Latino-americano e Caribenho e, a partir deste, para o debate mundial sobre os temas Educação Social e Educadores Sociais.

Os diálogos em Olinda, legitimados por aproximadamente 1.100 educadores e educadoras, consolidaram rumos, problematizaram dúvidas e fortaleceram caminhos para a reflexão sobre educação social no Brasil, das quais destacamos o que segue:

- » Necessidade de valorização da educação social e dos agentes autores desta prática, seja trabalhadores ou militantes, visando a superação das carências de políticas públicas e dos limites verificados nas ações ou omissões do estado em relação à temática.
- » Fortalecimento da perspectiva da educação emancipadora, considerando o sujeito agente de sua transformação, construindo espaços para o estabelecimento de uma relação dialógica e dialética entre o educador\educando, alicerçados nos princípios de valorização da pessoa humana, que observem a demanda da contínua oferta de espaços para formação, gerando perspectivas de fortalecimento da reflexão sobre papel e identidade dos educadores sociais, que proporcionem o de redes.
- » Construção coletiva de uma política de formação que valorize as distintas formas de desenvolvimento de saberes na área, seja por meio das práticas no movimento social, nas instituições governamentais ou nas recentes experiências acadêmicas na área da educação social.
- » Estimular a articulação de educadores(as) sociais, principal alicerce para a multiplicação e consolidação das práticas.

Até o VI ENES.

Adultos	População de rua: Sensibilização e abordagem nas ruas; encaminhamento sócio assistencial e de saúde; reintegração familiar e comunitária; EJA; qualificação profissional.	Nordeste	Pernambuco: Recife; Itamaracá. Piauí: Picos. Paraíba: João Pessoa.
	População carcerária: Alfabetização e qualificação com detentos.	Nordeste	Pernambuco: Recife.
Idosos	Acompanhamento psicossocial; encaminhamento a rede socioassistencial; Grupo operativo; atividades de integração que estimulem a auto estima; discussões sobre vida ativa, sexualidade, gênero; trabalhos manuais e artísticos; oficinas de produção; trabalho com materiais recicláveis integrado com o meio ambiente e qualidade de vida; encontros festivos, pastoril, quadrilha junina; terapia ocupacional; palestras sobre Direitos Humanos e Saúde; exercícios físicos; participação em Fóruns e Conferências.	Nordeste	Pernambuco: Recife; Olinda; Camaragibe.
Pessoa com Deficiência	Educação Inclusiva; acompanhamento psicossocial; Encaminhamento para rede socioassistencial; Carteira de Livre Acesso; apoio sociofamiliar.	Nordeste	Pernambuco: Jaboatão do Guararapes; Camaragibe.

Tema 1: Referenciais sobre as práticas da educação social no Brasil

Planilha 2: Referenciais das práticas

Marco Legal: Declaração Universal dos Direitos Humanos; Constituição Federal; Estatuto da Criança e Adolescente; LOAS – Lei orgânica Assistência Social; LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação; Estatuto do Idoso; Lei Maria da Penha; Lei 10.639/03; SUAS – Sistema Único da Assistência Social; Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária; Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo – SINASE; Referências Curriculares Nacionais.

Teóricos: Paulo Freire; Azevedo e Guerra; Vigotski; Piaget; Florestan Fernandes; Antônio Carlos Gomes da Costa; Vanderlino Nogueira; Eva Faleiros; Pablo Gentil; Maria Estela Graciane; Macarenko; Pichon – Rivière; Madalena Freire; Affonso Celso; Betinho; Winnicott; Gramsci; Moacir Gadotti; Foucault; Emilio Reggis; Josué de Castro; Emília Ferreiro.

Religiosos: Bíblia; Pe. Hilário Dick; Dom Hélder Câmara; São João Bosco; Paiva Neto (ecumênica); Bíblia Cética.

Princípios: construção coletiva; valorização do saber prévio (educadores sociais, crianças e adolescentes); autonomia; prioridade absoluta, doutrina da proteção integral (criança e adolescente sujeito de direitos); protagonismo social; protagonismo infante juvenil.

Principais características: prática dialógica; respeito ao outro; prática do cotidiano compartilhada em grupo; reconhecimento e crença na capacidade de enfrentamento aos desafios frente ausência de condições de trabalho; luta pela garantia de direitos e de políticas públicas; reconhecimento da criança como sujeito histórico, social e político; resgate das culturas; formação cidadã (emancipação dos sujeitos sociais); conscientização sócio político; reconhecimento do sujeito e valorização dos diferentes conhecimentos; abordagem multidisciplinar; respeito às questões étnicas raciais, gênero e sexualidade.

Palavras chaves: prevenção; orientação; facilitação; informação; multiplicação; inclusão; socialização; reflexão.

Outros Referenciais: Zumbi dos Palmares; VIOLOAISPOLIN (Educadora de teatro) e Gustavo Boal; Adalberto Barreto (Mística/Terapia comunitária); ECO 92; Gutierrez e Cruz Prado (Ecopedagogia e cidadania planetária); Braille.

Realização



Secretaria Especial de
Políticas de Promoção
da Igualdade Racial

Secretaria Especial
dos Direitos Humanos

